

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Júnior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria-Executiva
Fernando José de Araújo Abrantes

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria-Executiva - DE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Rio de Janeiro
Maio 2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria-Executiva - DE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

© IBGE. 2018

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar

Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e
Disseminação de Informações - CDDI

Diretoria-Executiva

Relatório de Gestão do exercício 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e nº 72, de 15 de maio de 2013, das Decisões Normativas TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017 e nº 163, de 6 de dezembro de 2016 e da Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018.

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Massashige Takiguchi

Equipe Técnica

Alan Costa Carneiro Silva
André Fernandes Chaves
Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira

Programação Visual e Editoração

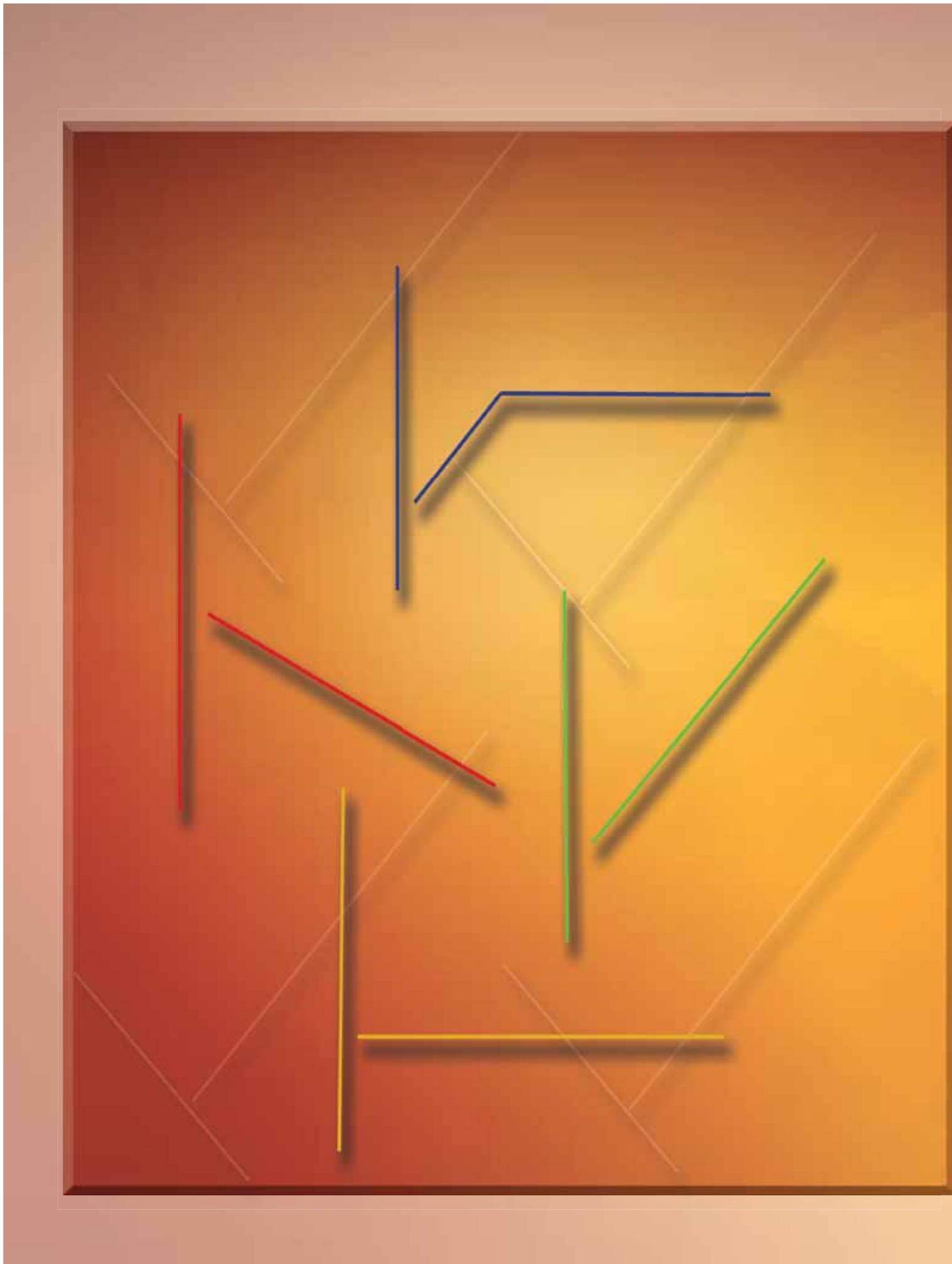
Mauro Emílio Araújo

Revisão de Texto

Clovis Alberto Garcia de Barros
Sandra Márcia de Melo

Colaboradores

Amaury da Silva Pereira Júnior	Rafael Magalhães Costa
André Eduardo Oliveira de Paula Lico	Raissa Batista Madureira
Andréia Fernandes da Silva	Ricardo Baptista
Antonio Agra Lopes Neto	Silvia Regina Cunningham Broering
Cláudio Marques Barbosa	Sonia Val Dias
Luiz Gutman	Stefanie Giulyane Vilela do Nascimento
Marcos Vinicius Amaral de Souza	Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Marcelo Henrique Ferreira Barbosa	Vinicius Duarte Figueira
Mariana Regattieri da Silva	Vivaldi Campos Junior
Nelio Ferreira Machado	Waldir Fortunato Júnior
Paulo César de Souza Quintslr	
Pedro Resende Barata	



Apresentação

O

Relatório de Gestão do IBGE tem por objetivo apresentar e analisar os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Além de trazer as informações requeridas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pela fiscalização e garantia da correta e eficaz gestão dos recursos públicos, cumpre a função de tornar transparente, para o Governo e a sociedade, os resultados alcançados e as atividades desenvolvidas pela Instituição.

O documento resulta da conjugação de esforços das várias áreas do Instituto, incluindo gerências, coordenações e diretorias no levantamento das informações, de modo a fornecer uma leitura completa e consolidada da dinamicidade dos trabalhos e do direcionamento na alocação de recursos.

Por fim, o relatório apresentará ao leitor um panorama de tudo o que o IBGE desenvolveu ao longo do exercício, as respectivas práticas de gestão e estratégia de atuação adotadas frente às responsabilidades institucionais no exercício de 2017.


Roberto Olinto Ramos
Presidente do IBGE





19	INTRODUÇÃO
23	1 VISÃO GERAL
25	1.1 Finalidade e competências
25	1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade
26	1.3 Ambiente de atuação
28	1.4 Organograma
30	1.5 Macroprocessos finalísticos
37	2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS
39	2.1 Planejamento organizacional
39	2.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício
42	2.2.1 Estágio de implementação do planejamento estratégico
43	2.2.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
44	2.2.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
46	2.3 Desempenho Orçamentário
46	2.3.1 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade
46	2.3.1.1 Ação gestão da documentação e disseminação de informações
53	2.3.1.2 Ação ensino de graduação e pós-graduação em estatísticas e geociências
61	2.3.1.3 Ação atualização da cobertura e produção estatística e geocientíficas
63	2.3.1.4 Ação censos demográfico e agropecuário
65	2.3.1.5 Ação pesquisas e estudos estatísticos
68	2.3.1.6 Ação pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos
70	2.3.1.7 Ação bases cartográficas para o plano nacional de gestão de riscos e respostas a desastres
72	2.3.1.8 Ação integração do sistema de informações estatísticas e geocientíficas oficiais
75	2.3.1.9 Ação gestão institucional
77	2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
78	2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Sumário

80	2.4	Desempenho operacional
94	2.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho
99	3	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
101	3.1	Descrição das estruturas de governança
110	3.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados
114	3.3	Atuação da auditoria interna
117	3.4	Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos
119	3.5	Gestão de riscos e controles internos
125	4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
127	4.1	Gestão de pessoas
127	4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade
130	4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal
131	4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal
132	4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
133	4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura
133	4.2.1	Gestão da frota de veículos
136	4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições
137	4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da união
139	4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas
139	4.2.5	Informações sobre os Imóveis locados de terceiros
140	4.3	Gestão da tecnologia da informação
144	4.3.1	Principais sistemas de informações
146	4.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

149	4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade
154	4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras
157	5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
159	5.1	Canais de acesso do cidadão
160	5.2	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
161	5.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
161	5.4	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações
163	6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
165	6.1	Desempenho financeiro do exercício
165	6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
167	6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
170	6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas
173	7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
175	7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU
177	7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (OCI)
178	7.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário
179	7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993
181		ANEXOS
183		Anexo 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
185		Anexo 2 – Macroprocessos finalísticos
192		Anexo 3 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
194		Anexo 4 – Demonstrações contábeis

Lista de Tabelas

- 78 Tabela 1 - Despesas por modalidade de contratação
- 79 Tabela 2 - Despesas por grupo e elemento de despesa
- 116 Tabela 3 - Plano de Providências Permanente 2017
- 127 Tabela 4 - Força de trabalho da UPC
- 127 Tabela 5 - Distribuição da lotação efetiva
- 128 Tabela 6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- 128 Tabela 7 - Quantitativo de ativos por escolaridade real
- 130 Tabela 8 - Demonstrativo das despesas do pessoal
- 133 Tabela 9 - Composição do quadro de estagiários
- 135 Tabela 10 - Média anual de quilômetros rodados por tipo de combustível nas unidades do IBGE
- 135 Tabela 11 - Despesas com manutenção da frota de veículos
- 136 Tabela 12 - Distribuição de veículos alienados e seus respectivos valores
- 138 Tabela 13 - Distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União
- 139 Tabela 14 - Distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros
- 178 Tabela 15 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Lista de Quadros

- 95 Quadro 1 - Indicadores de desempenho

Lista de Gráficos

- 96 Gráfico 1 - Resultado do indicador Taxa de Resultados Alcançados - IBGE 2012-2017
- 97 Gráfico 2 - Taxa de Satisfação dos Usuários de informações estatísticas e geocientíficas – IBGE 2015-2017
- 97 Gráfico 3 - Correspondências Respondidas, por intervalo de classes de dias, pelo IBGE (2015-2017)
- 116 Gráfico 4 - Folha de pagamentos - diferenças
- 117 Gráfico 5 - Auditoria Interna - Capacitação 2017
- 152 Gráfico 6 - Variação do consumo mensal de água e de energia elétrica - IBGE - 2017/2016

Lista de Figuras

- 29** Figura 1 – Organograma funcional do IBGE
- 82** Figura 2 – Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2015
- 82** Figura 3 – Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Esporte 2016
- 83** Figura 4 – Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017
- 83** Figura 5 – Mapa das Indicações Geográficas do Brasil 2017
- 84** Figura 6 – Sistema de Contas Regionais: Brasil 2015
- 85** Figura 7 – Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250 000 - 2017
- 87** Figura 8 – Estatísticas de Empreendedorismo 2015
- 87** Figura 9 – PNAD Contínua - Características Adicionais do Mercado de Trabalho: 2012-2016
- 88** Figura 10 – PNAD Contínua - Características Gerais dos Domicílios 2016; Características Gerais dos Moradores: 2012-2016
- 88** Figura 11 – PNAD Contínua – Trabalho Infantil 2016
- 88** Figura 12 – PNAD Contínua – Outras Formas de Trabalho 2016
- 89** Figura 13 – Atlas Nacional Digital do Brasil 2017
- 89** Figura 14 – Carta Imagem Alto Parnaíba
- 90** Figura 15 – Redes e Fluxos do Território - Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016
- 90** Figura 16 – Exemplo de mapeamento de recursos naturais
- 91** Figura 17 – Mapa Físico do Brasil na escala 1:2.500.000
- 93** Figura 18 – Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil
- 114** Figura 19 – Organograma AUD
- 118** Figura 20 – Relatório de procedimentos instaurados registrados no sistema CGU/PAD
- 167** Figura 21 – Modelo de trabalho para a apropriação do custo

Lista de Anexos e Apêndices

- 183** Anexo 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- 185** Anexo 2 - Macroprocessos finalísticos
- 192** Anexo 3 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
- 197** Anexo 4 - Demonstrações contábeis

Lista de Siglas e Abreviações

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ALAP	Associação Latino-Americana de População
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado do Mato Grosso do Sul
ASA	<i>American Statistical Association</i>
AUD	Auditoria Interna do IBGE
BME	Banco Multidimensional de Estatísticas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBED	Centro Brasileiro de Estudos Demográficos
CCAR	Coordenação de Cartografia
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CCT	Comitê de Coordenação de Treinamento
CD	Conselho Diretor
CDP	Companhia Docas do Pará
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CDHP	Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa
CEGRAD	Coordenação de Graduação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CETE	Coordenação de Estruturas Territoriais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPGrad	Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGED	Coordenação de Geodésia
CGEO	Coordenação de Geografia
CGS	Comitê de Gestão da Sustentabilidade
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CMGEs	Comissões Municipais de Geografia e Estatística
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADS	Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas
COAGRO	Coordenação de Agropecuária
COATI	Coordenação de Atendimento Integrado
COBAD	Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Lista de Siglas e Abreviações

COC	Coordenação Operacional do Censo
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças
COIND	Coordenação de Indústria
COINF	Coordenação de Serviços de Informática
COINP	Coordenação de Índices de Preços
COMAR	Coordenação de Marketing
COMEQ	Coordenação de Métodos e Qualidade
CONAC	Coordenação de Contas Nacionais
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
COPEs	Coordenação de Projetos Especiais
COPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais
COPRO	Coordenação de Produção
COREN	Coordenação de Trabalho e Rendimento
COSEC	Coordenação de Serviços e Comércio
CNODS	Comissão Nacional para os ODS
CPD	Centro de Processamento De Dados
CPS	Coordenação de Planejamento e Supervisão
CR	Correspondências Respondidas
CREN	Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CRM	Coordenação de Recursos Materiais
CTA	Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento
CTIC	Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação
DE	Diretoria-Executiva
DGC	Diretoria de Geociências
DI	Diretoria de Informática
DOU	Diário Oficial da União
DMC	Dispositivo Móvel de Coleta
DPE	Diretoria de Pesquisas
EAD	Educação a Distância
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologias da Informação
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ESTADIC	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
GCUSTO	Gerência de Custos
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GES	Grupos Executivos de Sustentabilidade
GLPI	<i>Gestionnaire Libre de Parc Informatique</i>
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>

Lista de Siglas e Abreviações

GPS	<i>Global Positioning System</i>
GSBPM	<i>Generic Statistical Business Process Model</i>
GS/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IASA	Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração
IASI	<i>Inter-American Statistical Institute</i>
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IG	Selos de Indicação Geográfica
ILAC	Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável
IN	Instrução Normativa
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPP	Índice de Preços ao Produtor
ISI	<i>International Statistical Institute</i>
ITERAL	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAI	Matriz de Absorção de Investimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público
MCidades	Ministério das Cidades
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDM	<i>Mobile Device Management</i>
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MGEST	Encontro Mineiro de Estatística
MI	Ministério da Integração Nacional
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Lista de Siglas e Abreviações

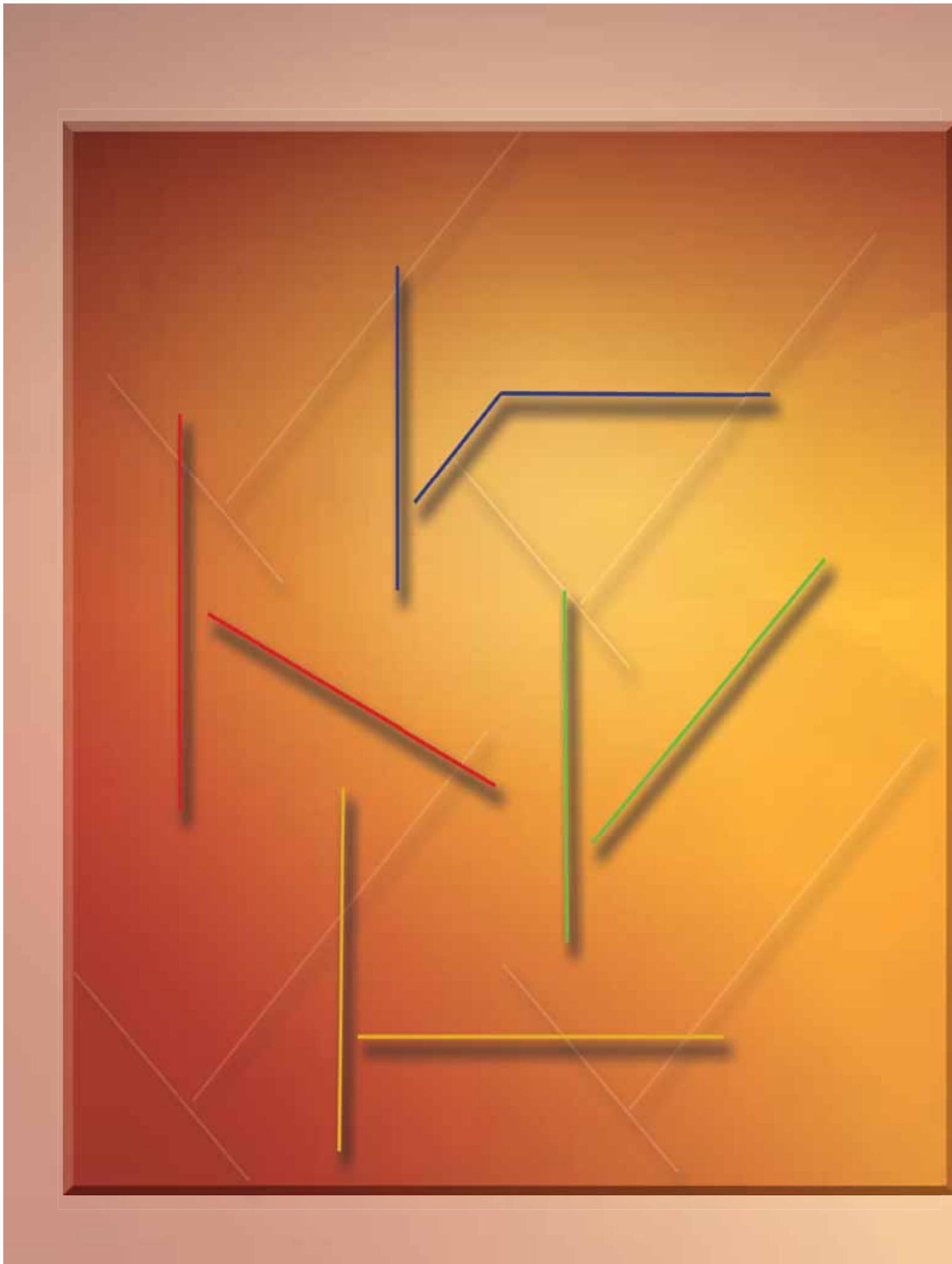
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAINT	Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PAM	Pesquisa de Agricultura Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PDA	Assistente Pessoal Digital
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PEVS	Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
PINTEC	Pesquisa de Inovação
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POG	Produção de Ovos de Galinha
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PSD	Processo Seletivo Discente
PSH	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RA	Taxa de Resultados Alcançados
RAEs	Reuniões de Análise da Estratégia
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RCB	Revista de Cartografia Brasileira
RCD	Resolução do Conselho Diretor
REBEP	Revista Brasileira de Estudos de População

Lista de Siglas e Abreviações

REGCI	Estatísticas de Registro Civil
RPMG	Rede Maregráfica Permanente para Geodésia
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SBC	Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria, e Sensoriamento Remoto
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SDA	Sistema de Dados Administrativos
SDI	Supervisão de Disseminação de Informações
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEV	Serviço de Veículo
SER	Seminário Internacional de Estatística com R
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIAD	Sistema de Atos Administrativos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Sistema Integrado Comercial
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGC	Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta
SIGA	Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento
SIMCAD	Sistema de Manutenção Cadastral
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISPEP	Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais
SisPES	Sistema Esplanada Sustentável
SIPE	Sistema Integrado de Pesquisas Estruturais por Empresa
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNA	<i>System of National Accounts</i>
SNIA	Sistema Nacional de Informações Ambientais
SNIO	Sistema Nacional de Informações Oficiais
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SPG	Sistema de Planejamento e Gestão
SPIunet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial Da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

Lista de Siglas e Abreviações

SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSU	Taxa de Satisfação dos Usuários
UE	Unidade Estadual
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USP	Universidade de São Paulo



Introdução

De acordo com a Lei nº 5.878 de maio de 1973, o IBGE é a instituição responsável por “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Por ser a informação um bem público e recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma organização que pauta pela qualidade da informação por ele gerada, o Instituto conta com o reconhecimento e a credibilidade do governo e dos cidadãos pela importância da diversidade dos produtos estatísticos e geocientíficos que dissemina.

Nesse contexto, o Relatório de Gestão vem a ser um dos principais instrumentos que viabiliza o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público. Para tanto, apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo institucional e às práticas e técnicas de gestão ocorridas no exercício, que propiciaram a produção e a disseminação das informações críveis e de qualidade.

A Instituição buscou nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, nº 72, de 15 de maio de 2013 e da Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, o embasamento teórico-normativo para a elaboração do Relatório de Gestão 2017.

O conteúdo do presente documento segue a estrutura definida no sítio do TCU e no Sistema e-Contas. Além dessa apresentação, o relatório foi dividido da seguinte forma: (i) a Visão Geral da Unidade é apresentada na seção 1; (ii) o Planejamento Organizacional e Resultados são detalhados na seção 2; (iii) a Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos são analisados na seção 3; (iv) as Áreas Especiais de Gestão são apresentadas na seção 4; (v) o Relacionamento com a Sociedade é resumido na seção 5; (vi) o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis são examinados na seção 6; (vii) a Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle são apresentadas na seção 7; (viii) por fim, os Anexos e Apêndices complementam e elucidam, por meio de quadros e tabelas, os temas desenvolvidos no relatório. Ressalte-se que ele é resultado de um trabalho coletivo que teve a colaboração das diversas unidades setoriais da Instituição.

Isto posto, destacam-se a seguir algumas informações e atividades que dizem respeito às principais realizações de gestão, que foram importantes na execução e aprimoramento do seu plano de trabalho, no exercício:

- Início da coleta de dados do 10º Censo Agropecuário, um Censo que conseguiu superar dificuldades orçamentárias e de recursos humanos implementando um projeto técnico de qualidade e adequado às circunstâncias existentes durante a sua realização. Ao longo de cinco meses, os quase 19 mil recenseadores visitaram mais de 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o país, levantando informações sobre a área, a produção, as características do pessoal ocupado, o emprego de irrigação, o uso de agrotóxicos, entre outros temas;
- Início da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, a mais abrangente investigação sobre os padrões de renda e consumo das famílias brasileiras. Baseado nessa importante pesquisa, o IBGE atualizará a estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação do país;
- Na esfera das informações geocientíficas, foi finalizado o mapeamento dos recursos naturais. Desenvolvido ao longo de quase duas décadas, o mapeamento dos recursos naturais do território brasileiro subsidia estudos ambientais e traz informações que servem de insumo para políticas públicas, além de contribuir para a construção de indicadores de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Lançamento da Agência IBGE Notícias, que tem o desafio de produzir e distribuir diretamente para a sociedade conteúdo multimídia - notícias, audiovisuais, impressos, a partir da rica e diversificada produção do Instituto em estatísticas e geociências. Tal Agência é um aperfeiçoamento da comunicação das informações públicas por nós produzidas e representa um avanço expressivo na sua democratização, o que é relevante ao exercício da cidadania;
- Consolidação do Programa de Doutorado implantado em 2015 na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), um centro de excelência em pesquisa, com a defesa de sua primeira tese de doutorado do programa de pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, intitulada "Potencialidades e desafios na utilização de registros administrativos e de imagens noturnas de satélite para a realização de estimativas populacionais municipais intercensitárias no Brasil";
- Atualização completa da nossa infraestrutura de TIC que apresentava grande obsolescência; o aumento da nossa capacidade e segurança computacional foi possível com a aquisição de novos equipamentos e a inauguração de um novo Data Center em São Paulo, que usa conceitos avançados de armazenamento em nuvem.

Isto possibilitou otimizar a distribuição de cargas de trabalho, evitar a lentidão nos sistemas principais do IBGE e garantir a segurança das informações existentes em casos de problemas no Data Center principal, evitando-se suspensões de acessos, transmissões e/ou processamentos de informações;

- Disponibilização do Novo Portal do IBGE, com novo visual, melhor navegabilidade, facilidades de busca e melhor divisão de conteúdo, o que tem facilitado enormemente o acesso dos cidadãos aos indicadores e informações disponibilizados pelo Instituto; e
- Realização do “II Encontro de Produtores de Informação Visando a Agenda 2030”. Organizado pelo IBGE em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV) e com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o encontro teve como objetivo reunir produtores de informação para discutirem os planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores para acompanhamento dos ODS. O IBGE, como representante do Grupo de Peritos Interagências sobre indicadores dos ODS (IAEG) e órgão de assessoramento técnico da Comissão Nacional para os ODS (CNODS), tem coordenado ações voltadas para definição de indicadores globais para os ODS.

No próximo exercício, teremos uma sequência nova de contribuições para a sociedade brasileira, entre elas os primeiros resultados do Censo Agropecuário 2017, que foi a campo no último trimestre desse ano. Em relação ao Censo, cabe destacar o esforço empenhado para sua realização, pois tal atividade não recebeu recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Os recursos alocados a essa operação foram obtidos por meio de uma parceria com o Congresso Nacional, através de Emenda ao orçamento de 2017, que possibilitou a retomada dos trabalhos dessa operação censitária.

Num ano em que o país, de modo geral, esteve submetido ao ambiente de restrição fiscal, o IBGE conseguiu implementar as atividades de seu plano de trabalho regular com qualidade e no tempo devido. Importante ressaltar, finalmente, que isso só foi possível com a dedicação, o esforço, a competência e o compromisso de seu corpo técnico, hoje bastante reduzido.



1

Visão Geral



1.1 Finalidade e competências

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ao IBGE coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, e as de natureza geográfica e cartográfica, bem como realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, constituindo-se assim como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

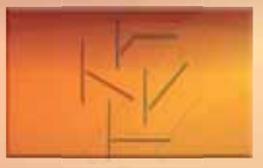
Cabe ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG); atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade

Normas de criação e alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740¹, de 13 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de

¹ O Decreto nº 4.740/2003 foi alterado pelo Decreto nº 8.952/2017. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 8.983/2017, alterado pelo Decreto nº 9.222/2017, que alocou temporariamente cargos ao IBGE.



agosto de 2004, e publicado no DOU nº 156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Normas relacionadas à gestão e estrutura do IBGE

O IBGE conta com um Sistema de Atos Administrativos (SIAD), disponível na intranet, que agrega os atos administrativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da Instituição.

Manuais e publicações relacionadas às atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet² mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da Instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos da Instituição, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

1.3 Ambiente de atuação

O IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação, que tem por base sua independência técnica e institucional em relação a interferências externas, está voltada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel institucional devem-se ao fato da instituição produzir essas informações como bens públicos cabendo, portanto, ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento, e ao IBGE de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras empresas e instituições. É isto que as tornam poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade

¹ <http://www.ibge.gov.br>



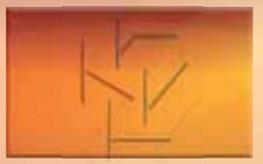
de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

No horizonte de atuação estratégica da instituição é inevitável mencionar as oportunidades e ameaças quanto à atuação do IBGE. Dentre as oportunidades de maior relevância, inclusive para se consolidar a excelência de nossa rede de unidades descentralizadas, destacam-se:

1. Avançar no uso estatístico de registros administrativos como uma alternativa eficiente e menos custosa do que a coleta direta tradicional das pesquisas, utilizando dados administrativos que já foram coletados por outros órgãos governamentais para complementar a produção estatística e geocientífica. Tal perspectiva requer, para além de ganhos de eficiência, o fortalecimento da dimensão de coordenação da produção estatística e geocientífica nacional;
2. Ampliar a organização e integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional, de forma a atender as demandas internas e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquelas relativas aos indicadores de desenvolvimento sustentável;
3. O crescimento da demanda por informações para atender as políticas públicas/ privadas e para o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências internacionais requer o reforço, não apenas da atenção para com a avaliação dos benefícios econômicos e sociais gerados pelos produtos do IBGE, mas também, e principalmente, maior ênfase nas atividades ligadas à etapa de comunicação junto ao grande público;
4. Desenvolver o uso intenso e emergente de informações geoespaciais integradas às estatísticas, em resposta à crescente demanda pública e privada por informações, especialmente as georreferenciadas, conforme ganha complexidade a estrutura econômica e social do país com a progressiva interiorização do desenvolvimento;
5. O uso crescente das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, na gestão e acessibilidade de arquivos digitais e na possibilidade de utilização usualmente expresso na ideia do *Big Data*; e
6. Avanço na construção de modelos genéricos de produção de informações estatísticas e geocientíficas a nível internacional, voltados para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade na produção dessas informações.

No que se refere às ameaças mais impactantes, merecem ser apontadas pela relevância que tiveram, e ainda têm, as que seguem:

1. A reposição insuficiente do quadro de servidores, frente ao elevado número de aposentadorias, tem atualmente dificultado a execução do nosso plano de trabalho. Mantendo-se tal quadro, as atividades do IBGE poderão ficar bastante prejudicadas, o que torna imperioso garantir a autorização de concursos para a incorporação imediata de novos quadros no âmbito de um plano de recomposição da força de trabalho;



2. Incerteza e limitação no planejamento e disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros, num contexto de crescentes demandas por informações, visando cobrir novos temas, com maior detalhamento temático e espacial, maior frequência e menor prazo;
3. Dificuldade de obter informações básicas e cooperação dos informantes (domicílios e empresas), bem como de estabelecer parcerias para acesso a registros administrativos;
4. Possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informação decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento.

Importante uma vez mais salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas, o IBGE conseguiu alcançar os objetivos previstos em seu plano de trabalho ao longo de 2017, como também buscou implantar estratégias e desenvolver ações ligadas à gestão de risco e da qualidade para prevenir e reduzir os impactos dessas ameaças.

Nesse sentido, a principal ação foi a criação do Comitê de Governança, Conformidade e Riscos e do Comitê Institucional da Qualidade, formado por dois representantes de todas as Unidades Organizacionais do IBGE, tendo por objetivo propor políticas formais nessas áreas temáticas.

Vale destacar que no caso da implantação do modelo de gerenciamento do risco, tal medida visa atender também à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 11 de maio de 2016 (DOU de 11/05/2016), com a adoção de um processo consistente e formal de gerenciamento de riscos na Instituição.

1.4 Organograma

O estatuto do IBGE define sua natureza, finalidade, estrutura organizacional e competências. A estrutura organizacional compreende: i) órgãos colegiados de direção superior; ii) órgão de assistência direta e imediata ao presidente; iii) órgãos seccionais; iv) órgãos específicos singulares; e v) órgãos descentralizados.

Dos órgãos colegiados de direção superior fazem parte os Conselhos Técnico, Diretor e Curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial.

O órgão de assistência direta e imediata ao presidente está representado, na estrutura organizacional, pelo Gabinete, cuja competência é prestar assistência ao presidente na



representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

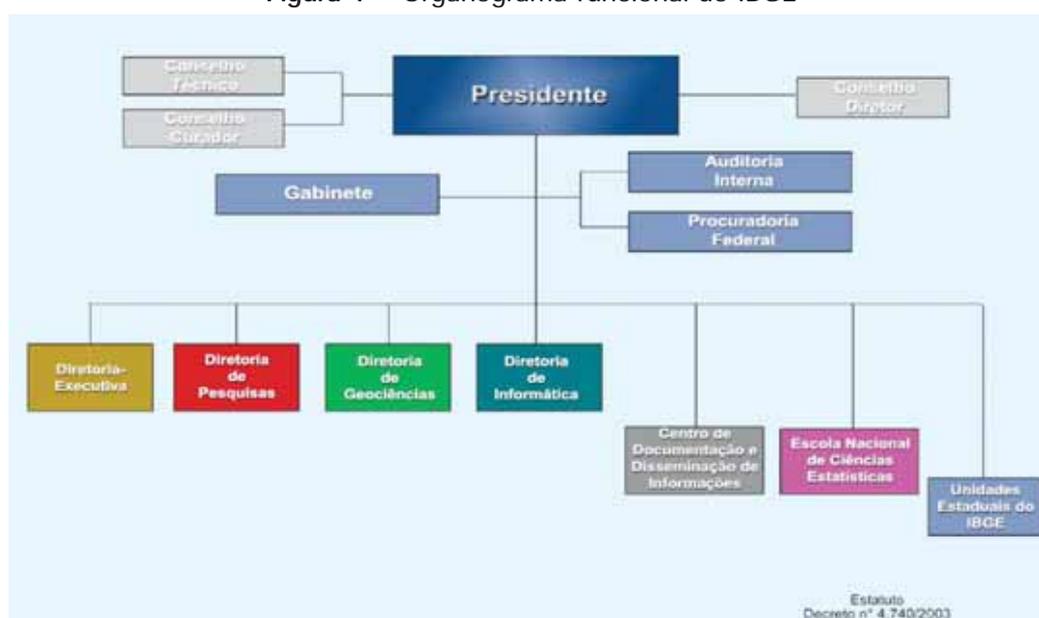
Ainda na função de assessoria estão os órgãos seccionais Auditoria Interna (AUD), Procuradoria Federal (PF) e a Diretoria-Executiva (DE). À Auditoria compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a Instituição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos; e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Dos órgãos específicos singulares fazem parte a Diretoria de Pesquisas (DPE), a Diretoria de Geociências (DGC), a Diretoria de Informática (DI), o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Os órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras e a elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Instituição no âmbito de sua jurisdição.

As informações referentes às áreas e subunidades estratégicas do IBGE encontram-se no Anexo 1. A Figura 1 apresenta o Organograma funcional da Instituição.

Figura 1 – Organograma funcional do IBGE



Fonte: Estatuto/Decreto nº 4.740/2003.



1.5 Macroprocessos finalísticos

Os produtos e serviços, os principais clientes e as unidades responsáveis relacionados aos macroprocessos finalísticos do IBGE, ou seja, às atividades primárias (de negócio) da Instituição, encontram-se no Anexo 2.

Para o cumprimento de atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos, o IBGE contou com parcerias estratégicas e fundamentais em 2017. São elas:

Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Em tramitação, acordo de cooperação entre os partícipes para oferta e realização dos cursos constantes no plano de trabalho, integrante do documento assinado, com intuito de ampliar as oportunidades de capacitação para servidores públicos localizados próximos à área geográfica de atuação da instituição parceira.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Em andamento, acordo de cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Demanda Social, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em andamento, acordo de cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br)

Em prosseguimento, acordo de cooperação para a realização de atividades de pesquisas amostrais sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil e desenvolver ações de capacitação de pessoas e produção acadêmica nas áreas de metodologias de pesquisa e estudos estatísticos.

SAS Institute Brasil Ltda

Em tramitação, termo de licença gratuita, à licenciada, da utilização de *software* do licenciador, para uso exclusivo na formação de alunos e usuários especializados em estatística, *data mining*, sistemas de apoio à decisão e áreas de conhecimento afins,



principalmente divulgando e ensinando na ENCE, seus conceitos, aplicabilidade e sua importância no mercado.

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET)

Em andamento, convênio que regula a cooperação técnico-científica entre o CEFET/RJ e a ENCE, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, nos seguintes setores: intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos; atividades de pesquisa em temas de interesse em comum; cessão mútua de recursos laboratoriais; formação de pessoal em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado); intercâmbio de professores.

Fundação Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Em prosseguimento, acordo de cooperação para oferta e realização dos cursos constantes do Plano de Trabalho, integrante deste documento, com o intuito de ampliar as oportunidades de capacitação para os servidores públicos que atuam nestes dois órgãos públicos.

Ministério do Turismo

Formalização junto ao Ministério do Turismo da parceria para a realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH).

Ministério do Desenvolvimento Social

Continuidade da realização dos suplementos da PNAD-2015: Educação e Qualificação Profissional, Acesso ao Programa de Inclusão Produtiva, Mobilidade Sócio-Ocupacional e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de apoio à realização do suplemento “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”.

Encontra-se em tramitação Acordo de Cooperação Técnica, que tem por objeto o intercâmbio de informações visando a realização conjunta de estudos, pesquisas, publicações e projetos de interesse mútuo, nos temas relacionados ao desenvolvimento social brasileiro, em especial aquelas que se relacionam ao CadÚnico, ao CNEFE, às Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e do Censo Demográfico.

Ministério do Trabalho e Emprego

Realização do suplemento da PNAD-2015: Aspectos das relações de trabalho e sindicalização.

Ministério da Educação

Realização do suplemento da PNAD-2015: Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade.



Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda

Em tramitação, acordo de cooperação técnica relativo à disponibilização de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para fins acadêmicos;

Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Em tramitação, acordo de cooperação técnica que tem por objeto promover uma conjugação de esforços e ações para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Pesquisas Estruturais por Empresa (SIPE) e promover uma maior disseminação das pesquisas junto à classe de contadores, facilitando o relacionamento com esses informantes.

Ministério da Saúde

Em tramitação, termo de execução descentralizada para a realização da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) em 2018.

Encontra-se em andamento termo de execução descentralizada para apoiar a nova execução do Bloco de Consumo Alimentar Pessoal na Pesquisa de Orçamentos Familiares, permitindo a atualização, pela terceira vez, do estudo “Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil”. Da mesma forma, possibilitar a revisão das tabelas de composição nutricional dos alimentos no Brasil e a tabela de medidas caseiras dos alimentos consumidos.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em andamento, acordo de cooperação técnica para a elaboração de estudos sobre o Sistema de Contas Nacionais do Brasil – Referência 2010, com vistas a construir a Matriz de Absorção de Investimento (MAI) e uma proposta metodológica de elaboração da Conta de Patrimônio Não Financeiro, conforme o manual *System of National Accounts 2008* (SNA 2008).

Caixa Econômica Federal

Em andamento, acordo de cooperação técnica para a produção contínua e sistemática das estatísticas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

Secretaria de Planejamento e Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá

Em andamento, acordo de cooperação técnica, com vistas ao desenvolvimento de um sistema de indicadores econômicos para o Estado do Amapá, por meio do



acesso à base de informações da nota fiscal eletrônica, avaliando as informações contidas nessa base e incorporando-as na ampliação do sistema de Contas Regionais.

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

Em andamento, acordo de cooperação técnica para elaboração das projeções de população estadual e para o aprimoramento metodológico das estimativas das populações municipais, promovendo discussões sobre as metodologias utilizadas, buscando a adoção de metodologia comum, definindo os parâmetros a serem empregados, bem como as hipóteses a serem estabelecidas para a elaboração das projeções de população estadual, no âmbito da construção e consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP).

Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Em andamento, acordo de cooperação técnica que tem por finalidade promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre a STN e o IBGE para fins de aprimoramento das estatísticas de finanças públicas e da conta intermediária do setor governo, em especial, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos; à definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, sejam registros administrativos, pesquisas por amostragem ou censos, visando a compatibilização conceitual das mesmas e a racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

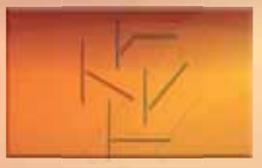
Em andamento, acordo de cooperação técnica para a elaboração das projeções de população estadual e o aprimoramento metodológico das estimativas das populações municipais (SISPEP).

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Formalização do primeiro termo aditivo ao acordo de cooperação técnica que prorrogará a vigência por mais cinco anos, com vistas a reforçar a pesquisa, o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação nas áreas de emprego, proteção social e direitos do trabalho no âmbito da agenda de trabalho decente.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Formalização do primeiro termo aditivo ao acordo de cooperação técnica com o INPI, que visa ao intercâmbio de conhecimento e expertise para o aperfeiçoamento da



documentação das estatísticas oficiais e de metadados das bases do INPI e, ainda, a compartilhar micro dados e estatísticas relacionadas a Propriedade Intelectual.

Companhia Docas do Pará (CDP)

Em andamento, acordo de cooperação técnica que tem por objeto o estabelecimento das condições de colaboração para a instalação e manutenção das atividades da estação meteo-maregráfica, a ser integrada à Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG), instalada nas dependências da CDP, na cidade de Belém/PA, essencial para o refinamento das altitudes do Sistema Geodésico Brasileiro.

Estado do Tocantins e Fundação Ezute

Cessão gratuita de direito de uso de arquivos digitais, referente aos pontos de controle GPS, para correção de imagens medidas pelo IBGE no estado de Tocantins a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), por prazo determinado e de forma não exclusiva, dos seguintes produtos: (i) recortes das fotografias dos pontos de apoio de campo; (ii) lista de coordenadas dos pontos de apoio de campo; e (iii) croquis de localização dos pontos de apoio de campo.

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Doação de material inservível e ocioso necessário ao desempenho de atividades educacionais exercidas pelo IFSC, sendo oportuna e conveniente sua doação por possibilitar a sua utilização de acordo com o interesse público e sua missão institucional. Cessão de direitos autorais de artigos acadêmicos-científicos produzidos pelo IFSC que podem contribuir para alguns dos campos de pesquisa com os quais o IBGE mantém contato, com vistas ao aprimoramento do cumprimento da missão do Instituto.

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) do Estado do Mato Grosso do Sul

Em andamento, acordo de cooperação técnica que tem por objeto o estabelecimento de normas e procedimentos visando os trabalhos referentes à consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul.

Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL)

Em andamento, acordo de cooperação técnica que tem por objeto o estabelecimento de normas e procedimentos entre o Estado de Alagoas visando os trabalhos referentes à consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do Estado de Alagoas.

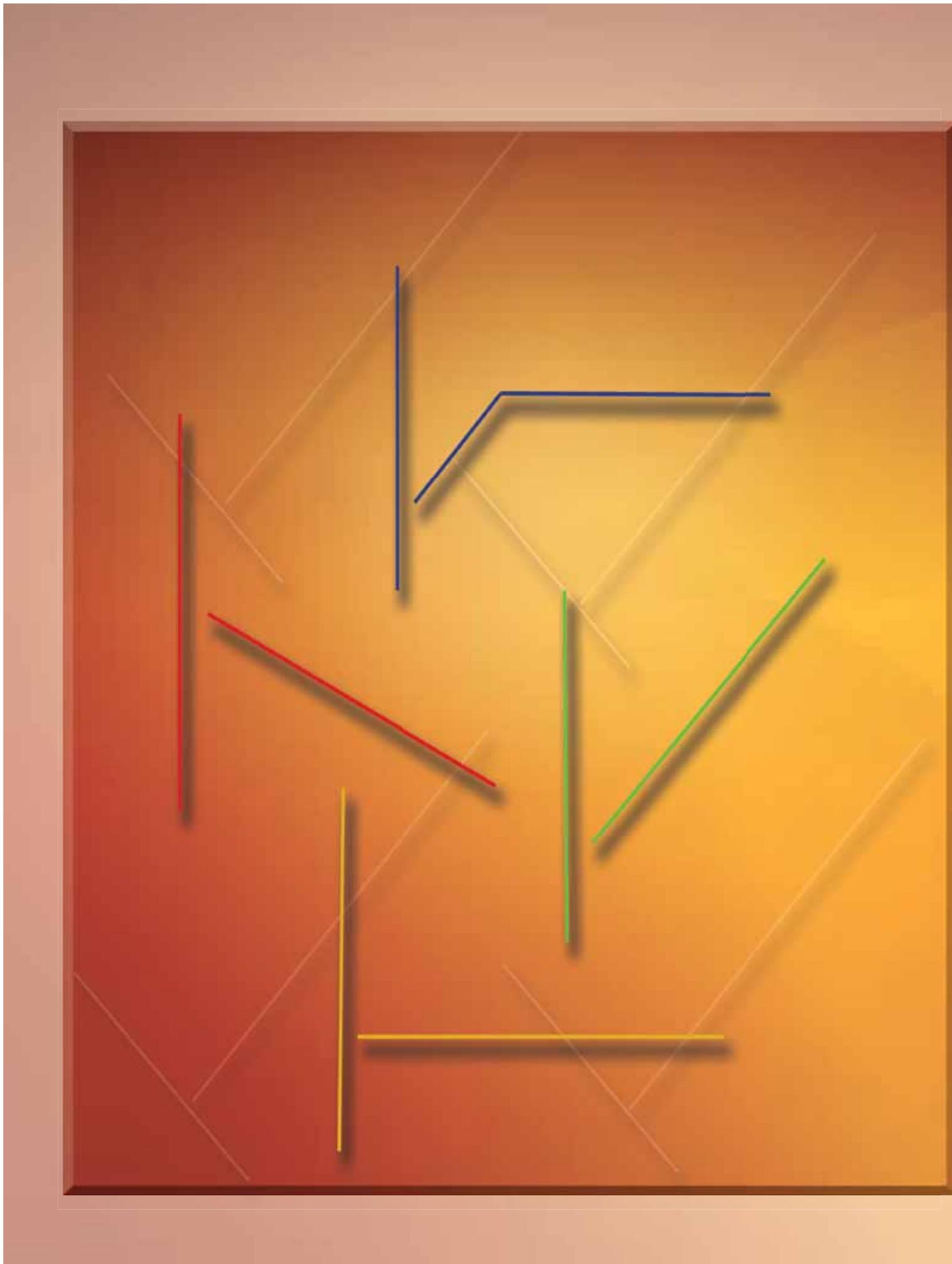


Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Em andamento, acordo de cooperação técnica que tem por objeto o estabelecimento das condições e princípios técnicos que permitam a validação dos limites de 121 (cento e vinte e uma) Unidades de Conservação Federais para inclusão nos mapeamentos censitários, topográficos e temáticos oficiais do IBGE.

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Aditivo ao acordo de cooperação técnica que tem por objeto acesso às análises ambientais, ao zoneamento ecológico das regiões, amplo intercâmbio técnico e científico através de desenvolvimento de projetos de interesse comum, intercâmbio de dados, de informações técnicas e de pessoal, assistência e assessoria.



2

Planejamento Organizacional e Resultados



2.1 Planejamento organizacional

O IBGE, empenhando-se em aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao governo, sempre se pautando nos valores de ética e profissionalismo, respeito à confidencialidade, imparcialidade e independência, qualidade e transparência, foco nos usuários, respeito ao informante e valorização dos talentos, dedicou-se, no ano 2017, à divulgação do Plano Estratégico 2017-2027 contendo mapa estratégico, missão, visão, valores e 24 objetivos estratégicos, além da lista de projetos que servirão de sustentáculo para o alcance da estratégia organizacional. Esse trabalho iniciado em 2015 e aprimorado em 2016 e 2017, terá sua continuidade em 2018, através do estabelecimento de indicadores estratégicos de monitoramento do plano, considerando o conjunto de objetivos estratégicos e a definição de linha de base e meta para cada indicador.

2.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No âmbito do PPA 2016-2019, o IBGE não possui objetivos sob sua responsabilidade. Não obstante, a contribuição da Instituição para o PPA encontra-se nas metas e iniciativas, nas quais desenvolve suas ações orçamentárias para os seguintes programas e objetivos:

A) 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Para o Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, o IBGE contribui para o Objetivo "1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos", por meio das seguintes metas e iniciativas:

- Meta 04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente àquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável;
- Meta 04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas;
- Iniciativa 06LU - Implementação da Infraestrutura do Sistema Nacional de Informações Oficiais, promovendo a organização e articulação das instituições envolvidas e dos dados por elas produzidos;
- Iniciativa 06LW – Implantação do Portal Nacional de Informações Oficiais, plataforma web de acesso ágil, completo e integrado aos dados e respectivos metadados do sistema de informações oficiais;



- Iniciativa 06LX – Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) ampliando a adesão das organizações produtoras e usuárias de dados geoespaciais;
- Iniciativa 06LY – Realização de pesquisas e estudos estatísticos de natureza conjuntural e estrutural, com base em pesquisas e registros administrativos;
- Iniciativa 06LZ – Aprimoramento dos levantamentos das pesquisas estatísticas existentes, através da adoção de novas tecnologias e metodologias e da ampliação da cobertura territorial e temática, com destaque para as estatísticas ambientais;
- Iniciativa 06MO – Realização do Censo Agropecuário, com coleta de outubro de 2017 até fevereiro de 2018 (referência: outubro/2016 a setembro/2017) e planejamento do Censo Demográfico de 2020;
- Iniciativa 06M1 – Realização das pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos, com a incorporação de novas tecnologias e metodologias, ampliando as áreas de cobertura, os detalhamentos em diferentes escalas, os recortes territoriais e a precisão das medidas;
- Iniciativa 06M2 – Ampliação da produção de publicações eletrônicas e impressas e aprimorar o portal do IBGE na internet; e
- Iniciativa 07F8 – Acompanhamento das convenções e acordos internacionais e produção de informações para o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

B) 2040 – Gestão de Riscos e Desastres

Para o Programa Temático Gestão de Riscos e Desastres, o IBGE contribui para o Objetivo “0602 - Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos”, por meio da seguinte iniciativa:

- Iniciativa 04R4 – Coordenação da obtenção, validação e disponibilização das bases cartográficas junto aos órgãos federais, estaduais e municipais para apoiar os mapeamentos.

C) 2080 - Educação de Qualidade para Todos

Para o Programa Educação de Qualidade para Todos, o IBGE contribui, através da ENCE, de forma direta para a realização do objetivo “1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.



No que concerne ao Planejamento Estratégico 2017-2027, os objetivos estratégicos definidos para 2017 foram:

1. Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos;
2. Estruturar e promover o Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO);
3. Ampliar a contribuição e atender aos acordos internacionais nas áreas de estatísticas e de geociências;
4. Fortalecer o papel da Instituição como difusora de conhecimento nas suas áreas de atuação;
5. Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos;
6. Estruturar e promover o Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA);
7. Formular e implementar as políticas de relações institucionais (internacional e nacional);
8. Fortalecer a gestão dos arranjos institucionais com produtores de informação;
9. Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade;
10. Subsidiar de forma estruturada as políticas públicas;
11. Ampliar a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional;
12. Implementar novas estratégias de aquisição de dados;
13. Promover a cultura da sustentabilidade na Instituição;
14. Formular e implementar a política de gestão de riscos;
15. Aprimorar e realizar operações censitárias;
16. Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade;
17. Adotar soluções genéricas de TI;
18. Integrar sistemas e bases de dados;
19. Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais;
20. Implementar e acompanhar a política de gestão de recursos humanos;
21. Formular e implementar a política de gestão do conhecimento;
22. Estruturar e implementar novo modelo de arquitetura organizacional;



23. Promover gestão orçamentária voltada para resultados;

24. Organizar informações para o planejamento e a execução e monitoramento.

Conforme exposto com maiores detalhes no tópico referente às formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados do plano, o IBGE ainda não possui sistema de monitoramento desenvolvido e nem indicadores de desempenho formulados para o acompanhamento dos objetivos definidos. Tais esforços foram iniciados em 2017, porém encontram-se em desenvolvimento com previsão de conclusão para 2018.

2.2.1 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico cristaliza as intenções estratégicas de uma instituição, servindo de referencial para todos aqueles que envidam esforços para a realização de sua missão. Em se tratando de uma instituição oficial de produção de informações estatísticas e geocientíficas, como o IBGE, o plano estratégico representa não apenas um direcionamento para os seus servidores, como também um veículo de transparência de suas intenções e atividades ao governo e à sociedade.

Em 2017 foi publicada a primeira versão do Plano Estratégico 2017-2027, com o respectivo Mapa Estratégico contendo a missão, a visão, os valores e um conjunto de 24 objetivos estratégicos.

Como parte das ações de comunicação do Plano, no III Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, realizado de 08 a 10 de maio de 2017, foi feita uma palestra sobre o Plano Estratégico. Neste mesmo Encontro, uma reunião com os Chefes das Unidades Estaduais foi realizada para discussão sobre as ações estratégicas estaduais a serem priorizadas.

Em 1º de junho de 2017 tomou posse Roberto Olinto, novo Presidente do IBGE, na mesma cerimônia em que foi empossado o novo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, que deixou o IBGE após 11 meses na Presidência.

Em 30 de agosto de 2017 foi realizado um Seminário IBGE sobre o Planejamento Estratégico Institucional, evento aberto ao quadro de servidores do Instituto, transmitido por videoconferência e pela TV IBGE.

Para discussão sobre os indicadores estratégicos de monitoramento do Plano Estratégico, foi organizada uma Oficina de Indicadores de Desempenho nos dias 26



e 27 de outubro de 2017, liderada por consultor externo. A Oficina contou com a participação de lideranças estratégicas e resultou em propostas de indicadores para monitoramento dos objetivos estratégicos.

Por solicitação do novo Presidente, em 19 de dezembro de 2017 foi realizada uma reunião do Conselho Diretor ampliado para repensar a estratégia, rever os objetivos e priorizar linhas estratégicas para melhor orientação de projetos e acompanhamento de ações. A reunião foi conduzida por um consultor externo e resultou em um novo Mapa Estratégico, com um conjunto mais enxuto de 19 objetivos estratégicos e texto revisado da visão de futuro.

Ficou para início de 2018 a tarefa de alinhamento e definição dos indicadores estratégicos de monitoramento do plano, considerando o novo conjunto de objetivos estratégicos e a definição de linha de base e meta para cada indicador.

Em 2018 a segunda versão do Plano, com o Mapa Estratégico atualizado será publicada e amplamente comunicada aos servidores.

Com vistas a auxiliar a equipe de gestão estratégica no monitoramento das ações e projetos estratégicos, foi formalizada a criação do Escritório de Projetos na estrutura do IBGE, vinculado à Coordenação de Planejamento e Supervisão da Diretoria Executiva. Para dar conta dos novos desafios, em 2017 a equipe participou de ações de capacitação e visitas de *benchmarking*. Um modelo simplificado para os termos de abertura dos projetos foi proposto e oficinas de trabalho foram organizadas para orientar os gestores de projeto no processo de preenchimento do termo. Está em estudo uma proposta de metodologia para priorização dos projetos estratégicos a serem implementados e monitorados.

2.2.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Constituição Federal, em seu artigo 21, inciso XV, dispõe sobre a competência da União para organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartográfica no âmbito nacional, tendo sido atribuído ao IBGE, instituição oficial do governo federal brasileiro, as referidas atividades de acordo com o descrito no Decreto nº24.609/34 e no Decreto-Lei nº218/38. Conforme observado no decorrer dessa seção, os planos vinculados ao IBGE obedecem rigorosamente suas competências constitucionais, legais e normativas.



2.2.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Tão importante quanto a fase planejamento são as fases que envolvem as atividades de monitoramento e avaliação. Levando-se em consideração que os resultados são consequências das tomadas de decisões dos gestores, os processos de monitoramento, juntamente com o de avaliação, são fundamentais para a melhoria da gestão pública.

O processo de monitoramento permite realizar um acompanhamento da execução das atividades, da entrega dos produtos e do uso dos recursos, permitindo julgar se a execução das estratégias tem seguido o que foi planejado para o alcance dos objetivos propostos. É um ponto fundamental, pois produz informações que contribuem para o alcance dos resultados aperfeiçoando as ações posteriores.

No ano de 2017 foi realizada uma oficina para a proposição de indicadores e metas para cada Objetivo Estratégico. Tal oficina, facilitada por um consultor externo, envolveu as lideranças estratégicas e resultou na proposta de um conjunto de 40 indicadores que permitiria monitorar, de forma quantitativa, os objetivos estratégicos. Em seguida, foi avaliada a consistência dos indicadores considerando-se cinco atributos: disponibilidade, confiabilidade, tempestividade, representatividade e simplicidade de comunicação.

A etapa seguinte consistiu no cálculo da linha de base, na definição das metas e dos responsáveis dos indicadores de cada objetivo do Mapa Estratégico. Nessa etapa, seria feita uma nova avaliação da consistência dos indicadores permanecendo apenas aqueles que fossem factíveis de cálculo e que melhor representassem o alcance dos objetivos compondo finalmente um Painel de Indicadores.

Entretanto, por solicitação do novo presidente, uma nova reunião com o Conselho Diretor ampliado foi realizada com o objetivo de repensar a estratégia, rever os objetivos e priorizar linhas estratégicas, resultando em um novo Mapa Estratégico, com um conjunto mais enxuto de 19 objetivos.

Com isso, torna-se necessário o alinhamento e redefinição dos indicadores de monitoramento do plano, considerando o novo conjunto de objetivos estratégicos e a definição de linha de base e meta para cada indicador, o que será realizado no início de 2018.

Tão importante quanto formular estratégias é criar uma estrutura para acompanhar e monitorar o progresso dos indicadores e a implementação efetiva das estratégias. Assim, para que o IBGE caminhe na direção de sua visão de futuro, é fundamental



que promova a cultura da gestão estratégica e planeje as rotinas e as instâncias de avaliação dos progressos, por meio de sistemas de medição e acompanhamento da efetividade das ações e projetos estratégicos.

Em que pese a atualização do Plano, em 2017 o IBGE selecionou o sistema de gestão que será utilizado por toda a Instituição e irá auxiliar os processos de apuração e atualização das informações sobre os projetos para acompanhamento da estratégia e seus resultados.

O sistema a ser adotado será o Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) utilizado pelo Banco Central, tendo em vista sua experiência positiva e maturidade adquirida no tema. No caso de concretização da parceria entre as duas instituições em 2018, a proposta é que o Banco Central conceda a cessão de direitos de uso do SPG, fornecendo a documentação e os códigos-fonte relativos ao sistema.

Não obstante à necessidade de se adequar algumas funcionalidades à realidade organizacional do IBGE, a cessão do SPG possibilitará desenvolver um sistema gestão robusto, maduro e, principalmente, com custo menor do que o de um *software* de mercado pronto ou desenvolvido desde o início. O sistema será declaratório, sendo de responsabilidade dos gestores de projeto a inclusão dos registros e a atualização mensal das informações sobre os projetos.

A partir daí, serão planejadas as rotinas e as instâncias de avaliação do progresso de implementação da estratégia. A apuração dos indicadores requer procedimentos específicos a serem desenvolvidos de modo a gerar relatórios periódicos, bem como uma visão consolidada dos indicadores e do conjunto de projetos.

Caberá à DE/CPS o monitoramento das ações estratégicas e seus resultados, bem como a visibilidade e o relato do andamento de projetos para acompanhamento pelo Conselho Diretor, que observará a evolução dos indicadores e o desempenho dos projetos estratégicos por meio de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) onde, também, as necessidades de mudança serão analisadas e os ajustes necessários efetuados.

No que tange ao PPA, o monitoramento é realizado com base na metodologia e na ferramenta definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de acordo com o Decreto Nº 8.759 de 10 de maio de 2016, que regulamenta a gestão do PPA 2016-2019.

No ano de 2017, o IBGE efetuou o registro e a consolidação de informações dos objetivos, metas e iniciativas para o monitoramento e avaliação dos programas temáticos que participa, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).



2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.1.1 Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2230			Tipo: Atividade		
Título	Gestão da Documentação Disseminação de Informações					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		Código: 2038		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.115.522	7.115.522	6.354.810	4.382.157	4.379.378	2.778	1.972.653
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Usuário atendido	Unidade	68.100.000	68.100.000	76.662.519		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.624.369	1.336.709	255.378	Usuário atendido		Unidade	-

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 7.115.522, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 4.382.157, representando 61,59% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em restos a pagar não processados, o valor de R\$ 1.972.653, o que totaliza a execução da Ação



em R\$ 6.354.810, elevando o percentual de execução a 89,31%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em 1º de janeiro somou o montante de R\$ 1.642.369, enquanto o valor liquidado representou R\$ 1.336.709, e o cancelado totalizou R\$ 255.378. Além disso, as despesas com maiores percentuais de valores liquidados foram: material para manutenção de bens móveis (18%), apoio administrativo, técnico e operacional (18%), material para utilização em gráfica (14%) e serviços gráfico e editoriais (13%).

No que tange à meta física, os acessos de usuários de informações estatísticas e geocientíficas no IBGE, acumulados no ano de 2017, alcançaram o número aproximado de 76,7 milhões, superando em 13% a estimativa de 68 milhões de acessos de usuários (acompanhando a taxa de crescimento dos dois anos anteriores). O resultado é justificado, em especial, pela atualização permanente do portal do Instituto.

Além da superação da meta física, o IBGE teve como principais realizações no âmbito da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações, para o ano de 2017:

- Portal do IBGE
 - Reformulação completa do Portal do IBGE;
 - Reformulação do Brasil em Síntese, integrando Cidades, Estados e Brasil;
 - Projeto do *site* dos Censos para abrigar todos os Censos;
 - Projeto de reformulação do IBGE Educa; e
 - Início do projeto de reformulação da Memória Institucional.
- Lançamento da versão completa do *App* do IBGE nas lojas Google e Apple
- Liberação de todos os serviços *web* para acesso público e gratuito
- Liberação de componentes de *software* na plataforma GitHub para uso público de gratuito
- Projeto da Agência de Notícias do IBGE
- Lançamento de diversos vídeos IBGE Explica
- Desenvolvimento de diversos vídeos institucionais e tutoriais
- Desenvolvimento do IBGEu
- Lançamento do Anuário Estatístico Brasileiro 2016
- Lançamento do Brasil em Números, volume 25, 2017. (Publicação bilingue, ilustrada com obras de arte do Museu de História do Pantanal)



- Treinamento de uso de ferramentas digitais do IBGE para usuários de informações estatísticas e geocientíficas
- Realização do X Seminário Brasil em Números: Uma Reflexão Multidisciplinar sobre a Realidade Brasileira, no Campus Pantanal da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- Painel Memória IBGE: 80 anos da Geociências
- Painel Memória IBGE: Indicadores Sociais
- 20 anos do CDHP - Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa
- 50 anos do CBED - Centro Brasileiro de Estudos Demográficos
- Elaboração do conteúdo da Exposição do Censo Agro 2017 na Câmara dos Deputados em Brasília
- Disponibilização de entrevistas de História Oral no Youtube Oficial do IBGE na *playlist* Memória IBGE-História Oral
- Catalogação e digitalização de 1.000 fascículos de periódicos
- Catalogação e digitalização de 2.000 fotografias
- Catalogação e digitalização de 650 livros
- Catalogação e digitalização de 1.500 instrumentos de coleta
- Catalogação de 1.300 mapas
- Monografias Municipais para 121 municípios
- Material promocional do Censo Agro 2017: mapas estaduais temáticos
- Elaboração do Prêmio Fotográfico Censo Agro 2017
- Participação/organização do IBGE em eventos externos estratégicos:
 - IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - 24 a 28/04/17;
 - *Campus Party*, Desafio Hackathon IBGE - 14 a 18/06/17;
 - Exposição sobre o Censo Agro no corredor Cultural da Câmara dos Deputados - de 25/09 a 06/10/17;
 - Eventos que abordam segmentos do Agronegócio - período de lançamento da coleta do Censo Agro;
 - II Encontro Produtores de Informação visando à Agenda 2030 - 26 e 27/09/17;
 - Reunião da Frente Nacional dos Prefeitos - 27 a 29/11/17;
 - Reuniões e oficinas internacionais para tratar temas de estatísticas e geociências para DPE, DGC e Presidência.



- Organização de eventos internos relevantes para a Instituição:
 - Encontro dos Chefes de Agências - 8 a 12/05/17;
 - Cerimônia de Condecoração por tempo de serviço, 81 anos do IBGE - 29/05/17;
 - Seminário de Metodologia do IBGE - 7 a 10/11/17.
- Elaboração de Termos de Referências e captação de propostas para aquisição de materiais de coleta para o Censo Agro; material promocionais do IBGE, como cordão de crachá, bolsa promocional, *squeeze*, camisas, bonés; aquisição de serviços para atender aos eventos do IBGE com alimentação, recursos humanos, tradução.
- Padronização das peças de divulgações das Pesquisas IBGE - Elaboração dos materiais de divulgação (em geral, cartaz e *folder*) para lançamentos do IBGE
- Acompanhamento do Projeto de Padronização da Entidade e das Unidades Estaduais - projeto nº 127 do Plano Estratégico 2017 - 2027
- Criação de peças para as campanhas internas - Campanha para Pesquisa Interna de Hábitos de Comunicação; Campanha de Inventário; Campanha de Segurança da Informação
- Elaboração da agenda 2018, caderno de anotações, calendário de mesa 2018 e calendário das pesquisas conjunturais
- Projeto Centros de referência em Censos com Coleta Eletrônica de dados em África:
 - Elaboração de texto-base para o vídeo do projeto; e
 - Elaboração de texto para a apostila e apresentação sobre Divulgação nos Censos.
- Censo Agro:
 - Elaboração e criação da primeira fase da campanha de divulgação do Censo Agro:
 - Criação e produção de peças para divulgar a chegada do Censo Agro;
 - Roteiro para o Institucional do Censo Agro; e
 - Elaboração e produção de peças para divulgação do PSS.
 - Produção de textos e tratamento de fotos para o *site* do Censo Agro:
 - Elaboração do PowerPoint sobre o site do Censo Agro para apresentação ao Conselho Diretor;
 - Produção de textos para as quatro lâminas explicativas de colaboração na divulgação do Censo Agropecuário;



- Texto para o *folder* sobre as Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs); e
- Adaptação das imagens para envio por *Whatsapp*.
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela SECOM, juntamente com a agência de publicidade NBS, para divulgação do início do Censo Agro;
- Treinamento:
 - Roteiro para vídeo de treinamento sobre Estabelecimento Agropecuário;
 - Roteiro para vídeo de treinamento sobre Percurso.
- Concurso de fotografia - Cartaz e *folder* para o Prêmio de Fotografia do Censo Agro
- Campanha de divulgação da Agência IBGE de notícias
- Criação de imagens sobre lançamentos e dados IBGE para publicação nas redes sociais
- Produção de matérias para intranet do IBGE:
 - Cobertura jornalística e fotográfica:
 - Abertura do Encontro de Comunicação e Disseminação;
 - Aniversário de 81 anos do IBGE;
 - Participação do IBGE na *Campus Party*;
 - Encontro de Unidades Estaduais do IBGE;
 - Programa de Integração de Novos Servidores - Servidores do CDDI do adicional de 50% do concurso 2016;
 - Novo formato de divulgação das pesquisas;
 - Acervo de fotos dos municípios; recepção dos analistas censitários do CDDI; lançamento do novo portal; Brasil em Números 2017;
 - Temas ligados ao Censo Agro:
 - ✓ Reuniões com parceiros;
 - ✓ Reunião do Conselho Diretor;
 - ✓ Videoconferência com SDIs;
 - ✓ Lançamento do site;
 - ✓ Teste de questionário;
 - ✓ Fases da campanha de divulgação;



- ✓ Exposição em Brasília;
 - ✓ Prêmio fotográfico.
- Temas ligados ao IBGE Educa:
 - Duas reuniões na Escola NAVE;
 - Vídeo e atividades relacionadas ao Censo Agro;
 - Seminário de Educação Estatística na USP;
 - Edição dos textos e imagens e inserção no Joomla²;
 - Edição de imagens e auxílio na edição de textos de SDIs e de outras áreas do IBGE; e
 - Propostas para o manual de boas práticas da intranet.
- Especial: colaboração com a Agência IBGE de Notícias, com a produção de matérias sobre a *Campus Party* e sobre parcerias do Censo Agro
- Edição de vídeo: relação de trabalhos realizados ou em andamento:
 - Vídeo “Dicas de Atividades” para Vamos Contar;
 - Gravação e edição de voz para o teleatendimento do IBGE no Carnaval;
 - Vinheta Piloto para Vídeo-Release CCS;
 - Vídeo-Release Conceito CCS;
 - Vídeo de Lançamento da Agência de Notícias do IBGE;
 - Vídeo para Evento “O IBGE e as Geociências” Memória IBGE;
 - Gravações “Emanuel no Bosque” + “Bonecos e Bolas” para Vamos Contar;
 - Vídeo para CCS do Prêmio Faz Diferença O Globo;
 - Gravações da construção do Estúdio IBGE no CDDI;
 - Pesquisa e criação do vídeo institucional do Censo Agro 2017 (versões longa e curta);
 - Vinheta para vídeo institucional do Censo Agro 2017;
 - Gravação de locução com Lúcia Abreu para o vídeo do Censo Agro 2017;
 - Gravações e edição da trilha sonora para vídeo “la la lo” Vamos Contar sobre o Censo Agro 2017;
 - Ajustes no vídeo “Suíte Cartográfica” para Coral do IBGE apresentação em Brasília Evento Chefes de Agências;

² Software livre de Gestão de conteúdo web.



- Preparação dos vídeos da Exposição dos 80 anos de IBGE para evento Chefes de Agências em Brasília;
- Vídeos “O Cio da Terra” para Coral do IBGE
- Apresentação do aniversário de 81 anos do IBGE;
- DVD para Treinamento COC Censo Agro 2017;
- Criação e preparação do material de vídeo-*slides* para Treinamento COC Censo Agro 2017;
- Gravações do Coral do IBGE no estúdio e edição de comercial de rádio para piloto da Campanha do Censo Agro 2017;
- Demo *Reel* de apresentação para contratação para Campanha Censo Agro 2017;
- Gravação de locução e edição de vídeo para evento “Indicadores Sociais” Memória IBGE;
- Gravação e edição da Vinheta “Minuto IBGE” para CCS;
- Edição de vídeos do Presidente do IBGE Roberto Olinto para o Programa de Desenvolvimento de Lideranças nas Agências;
- Gravação para o Vamos Contar vídeo projeto “Pipoca”;
- Legendas em Francês vídeo Institucional Censo Agro 2017 para COC;
- Pesquisa de material para vídeo Projeto África em parceria com COC;
- Autoração³ de DVDs das entrevistas de Ex-Presidentes do IBGE; e
- Vídeo “O Caminho das Coisas” para IBGE Educa.

³ Processo de criação, edição, legendagem e dublagem de um filme para a mídia DVD.



2.3.1.2 Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas Geociências

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20U5		Tipo: Atividade		
Título		Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1010				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício de 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.589.326	1.589.326	1.258.532	995.727	995.727	0,00	262.806
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
Aluno matriculado		Unidade		Prevista	Reprogramada	Realizada
				420	420	365
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
284.296	148.802	135.495	Aluno matriculado		Unidade	-

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 1.589.326, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 995.727, representando 62,6% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em restos a pagar não processados, o valor de R\$ 262.806, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 1.258.533, elevando o percentual de execução a 79,18%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em primeiro de janeiro somou o montante de R\$ 284.296, enquanto o valor liquidado representou R\$ 148.802 e o cancelado totalizou R\$ 135.495.



A partir da análise pormenorizada das despesas, observa-se:

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo destas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação, do mestrado e doutorado da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos, em projetos de pesquisa, bem como proporcionando também a dedicação exclusiva dos alunos de pós-graduação ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, facilitando que a conclusão das dissertações e teses ocorram nos prazos recomendados pela CAPES/MEC.

Os gastos referentes às bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes da graduação e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.

A contratação de professores colaboradores para a graduação, especialização, mestrado e doutorado foi importante para a atualização e manutenção dos Cursos de Bacharelado em Estatística, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento. Juntamente com o pagamento de bolsas de estudos no país, tais dispêndios são de suma importância para o desenvolvimento dos referidos cursos e a conclusão de dissertações e teses de alta qualidade.

Embora represente uma pequena parcela do orçamento, o pagamento de passagens e diárias também é essencial para as atividades da pós-graduação e da graduação, possibilitando a participação em eventos científicos e divulgação das produções de docentes e discentes da ENCE.

As demais despesas referem-se a gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE, tais como: inspetoria de alunos, manutenção do sistema acadêmico da ENCE, atividades da secretaria e da biblioteca da Escola, bem como outras atividades necessárias para a adequada gestão da Escola.

Meta física realizada e principais resultados alcançados em 2017 na graduação

No que diz respeito ao Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística, o curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) contou, em 2017, com 32 professores em seu quadro permanente e 12 professores colaboradores, seis no primeiro semestre e seis no segundo.



Foram oferecidas 45 turmas no primeiro semestre (33 obrigatórias e 12 eletivas) e 44 turmas no segundo semestre (33 obrigatórias e 11 eletivas). O curso teve 228 alunos matriculados no primeiro semestre e 257 alunos no segundo, em dois turnos, manhã e noite.

Para o ano letivo de 2017, foram oferecidas 120 vagas, sendo 60 vagas para o turno noturno (primeiro semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (segundo semestre letivo). O número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente - PSD 2017 chegou a 668, na primeira metade do ano, e 508, no segundo semestre; sendo a relação candidato/vaga de 11,1 e 8,5, respectivamente.

Graduaram-se 23 alunos no primeiro semestre de 2017 e 12 estão em vias de receber o diploma no segundo semestre letivo.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu 10 bolsas de monitoria por mês ao longo dos semestres letivos, cada bolsa no valor de R\$ 600,00, as quais podem contemplar até 20 discentes, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa de Iniciação Científica, contando, neste ano, com 10 bolsas do IBGE no primeiro semestre e com 10 bolsas do IBGE no segundo semestre.

O Projeto Ação Afirmativa – Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno com carência financeira e, conseqüentemente, maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar, contou este ano com 12 bolsas-auxílio por mês ao longo dos semestres letivos, cada bolsa no valor de R\$ 400,00, as quais podem contemplar até 24 discentes. Foram realizados dois processos seletivos para o Projeto Ação Afirmativa.

Cinquenta alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2017. A remuneração média observada para estágios de 6h/dia foi de R\$ 1.149,00 além dos benefícios. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE com as empresas contratantes.

Como parte das atividades ligadas à Iniciação Científica, de 21 a 24 de novembro, a ENCE realizou sua 1ª Semana de Iniciação Científica. Nos dias 21 e 22 foram realizados dois minicursos, “Construção de mapas e formas inovadoras de visualização



de dados com o R” (ministrado pelo professor Alexandre Silva - UNIRIO) e “Relatórios Dinâmicos com R - Introdução ao RMarkdown” (ministrado pelo professor Cássio Freitas - ENCE/IBGE). No dia 23, realizou-se a X Jornada de Iniciação Científica com a conferência de abertura “Desafios do desenvolvimento socioeconômico brasileiro no século 21: *“a bird’s eye view”* em uma análise prospectiva, realizada pelo professor Miguel Bruno (ENCE/IBGE). No dia 24 foi realizada uma sessão de pôsteres. Houve premiação dos melhores trabalhos julgados por uma comissão.

É relevante destacar, ainda, a participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais e internacionais ao longo de 2017, tais como Escola de Modelos de Regressão, Bienal da Sociedade Brasileira de Matemática, COBAL – Congresso de Estatística Bayesiana da América Latina (no México), MGEST – Encontro Mineiro de Estatística, SKEW WORKSHOP (no Chile), SER – Seminário Internacional de Estatística com R (em Niterói).

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE, tais como: a Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação (CEPGrad) e o Colégio de Docentes, a Comissão Organizadora e Científica do seminário de Metodologia do IBGE 2017 (SMI 2017).

Adicionalmente, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Cursos de Verão nos meses de janeiro e fevereiro. Em 2017 foram oferecidos os cursos de “Limpeza e Manipulação de Dados com R”, ministrado pelo professor Cássio de Freitas Pereira de Almeida, com carga horária de 15h; “Visualização de dados: Uma introdução ao ggplot (R package)”, ministrado pelo professor Cássio de Freitas Pereira de Almeida, com carga horária de 12h; “Curso Básico de SAS”, ministrado pela professora Maria Deolinda Borges Cabral, com carga horária de 15h e “Visualização de Dados Georeferenciados no R”, ministrado pelos professores Steven Dutt-Ross e Alexandre Silva, com carga horária de 12h.

2. Comemoração do Dia do Estatístico – o evento aconteceu no dia 31 de maio, organizado pela Coordenação de Graduação e sediado na própria Escola. Nele foram apresentadas uma palestra de abertura intitulada “A experiência de produção de indicadores sobre Tecnologia de Informação e Comunicação no



Brasil”, ministrado por Marcelo Trindade Pitta (Nic.br), e também a mesa redonda com título “Pós-graduação: qual o melhor momento para fazer?”, formada por ex-alunos da ENCE.

3. Convênio com o CEFET/RJ: estabelecido pelo prazo de 5 anos, a partir de julho de 2014, visando o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos, atividades de pesquisa em temas de interesse comum, cessão mútua de recursos laboratoriais, formação de pessoal (mestrado e doutorado) e intercâmbio de professores.

Meta Física realizada e principais resultados alcançados em 2017 na pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*

O IBGE, por meio da ENCE, executa ações relativas a Programas de Pós-Graduação *stricto* e *lato sensu*. A Escola oferece desde 1998 um curso de mestrado e, a partir de março de 2015, um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa de pós-graduação teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para População, Território e Estatísticas Públicas. Tal modificação atendeu de forma mais significativa à interdisciplinaridade do programa e se vinculou, sobretudo, à reformulação realizada quando da proposição do curso de doutorado à CAPES. Inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e especificamente na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES, o programa alcançou nota 4 na última avaliação, cujos resultados foram divulgados em 2017. Atualmente, conta com 336 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado defendidas. Desde 1997, a Escola oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, curso *lato sensu* com 214 monografias concluídas.

O curso de pós-graduação *stricto sensu*, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País. A partir de 2014, com a reformulação do programa e inclusão do nível de doutorado, as linhas de pesquisa foram organizadas em duas: População, Território e Condições de Vida e Produção de Estatísticas Públicas. A primeira tem como finalidade o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de



dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda linha tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.

Durante o ano de 2017, ingressaram na pós-graduação *stricto sensu* 25 alunos, sendo 18 em nível de mestrado e 7 de doutorado. Durante o mesmo ano, ainda estavam com matrículas regulares 12 alunos em nível de mestrado e 11 alunos em nível de doutorado – ingressantes em 2015 e 2016 no caso do doutorado e em 2016 no caso do mestrado; e 16 alunos, em nível de mestrado, ingressantes em 2015. Desse modo, ao todo 64 alunos estavam regularmente matriculados no programa ao longo do ano de 2017.

O programa de pós-graduação *stricto sensu* da ENCE busca sempre oferecer bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-la. Em 2017, foram 13 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES no mestrado e seis no doutorado. Dos sete discentes do curso de doutorado que ingressaram em 2017, apenas dois não solicitaram bolsa. Nesse sentido, ao longo do de 2017, tivemos quatro alunos de doutorado com bolsas financiadas pelo IBGE e, ainda, sete alunos bolsistas de mestrado que contaram com os recursos do Instituto. Importante mencionar que também há entre nossos discentes servidores do IBGE com afastamento integral de suas atividades laborais em tempo integral. A dedicação exclusiva dos alunos é fundamental para um Programa de pós-graduação *stricto sensu*, pois é um facilitador para que a conclusão das dissertações e teses ocorram nos prazos recomendados pela CAPES.

Em 2017, ocorreram um total de 16 defesas de dissertações e a primeira defesa de tese de doutorado. Adicionalmente, foram realizados os quatro exames de qualificação do curso de doutorado. As versões finais das dissertações já entregues pelos discentes encontram-se disponíveis na biblioteca da ENCE e no Portal da Instituição para leitura do texto completo. Também foi encaminhada uma versão em formato digital à Plataforma Sucupira, portal da CAPES para a coleta dos dados do programa.

A seleção dos ingressantes é feita anualmente a partir da publicação do edital de chamada. Para as turmas de mestrado e doutorado que terão início em março de 2018, cujo processo seletivo ocorreu em 2017, foram oferecidas até 24 vagas para o mestrado e até 10 vagas para o curso de doutorado. Neste processo seletivo,



houve 62 candidatos inscritos para o mestrado, sendo 11 de fora do estado do Rio de Janeiro e 12 de fora do município do Rio de Janeiro, mas ainda residentes em território fluminense. Para a seleção do doutorado, inscreveram-se 24 candidatos, sendo quatro residentes fora do estado do Rio de Janeiro e seis residentes fora da capital, mas ainda dentro dos limites do estado. Após a finalização do processo seletivo, foram aprovados 20 candidatos para o mestrado e oito para o doutorado. As aulas se iniciarão em março de 2017.

Em 2017, o Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD) na ENCE contou com uma bolsista que deu continuidade às atividades desempenhadas desde fevereiro de 2016. Em novembro de 2017, por sua vez, a bolsista solicitou sua desvinculação do Programa. Houve a abertura de processo seletivo para preenchimento da vaga e, a partir de dezembro, outra bolsista iniciou suas atividades na Pós-Graduação.

Com relação ao corpo docente do programa, em 2017 a ENCE contou com 16 professores permanentes e cinco colaboradores para os cursos de mestrado e doutorado. Os professores estiveram envolvidos em 18 projetos de pesquisa, vários contemplados em editais por agências de fomento; tiveram um número de orientações que variou de um a no máximo cinco alunos por professor; houve maior participação dos docentes ministrando aula na graduação; a maioria dos professores do corpo docente permanente teve publicações em pelo menos um periódico classificado pelo Qualis⁴ da CAPES; vários professores participaram de congressos e seminários, com pelo menos um trabalho apresentado em cada evento financiados pelo programa e várias outras participações em seminários, conferências internacionais e congressos foram realizadas com financiamento externo com recursos da CAPES, CNPq, Faperj ou do próprio organizador do evento. Ressalta-se também que, visando o acompanhamento da atuação dos docentes junto à CAPES, tem-se incentivado a atualização de forma mais constante dos Currículo Lattes dos professores.

Tais atividades são de maior importância para a evolução do programa e conquista de maiores notas no âmbito da avaliação da CAPES, com aumento da produção intelectual dos docentes e de projetos financiados pelos diversos órgãos de fomento.

Ademais, os professores também participaram ativamente de atividades de caráter de inserção social e científica, tais como: planejamento e organização do 6º Seminário

⁴ Conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.



de Metodologia do IBGE; participação no 61st *World Statistics Congress*, na XXVIII *Internacional Population Conference*, na V Escola de Amostragem e Metodologia de Pesquisa; editoria da Revista Brasileira de Estatística – RBES; editoria da Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP); Membros do Comitê Editorial da Revista Latino-Americana de Estudos de População da Associação Latino-Americana de População (ALAP); Comitê Editorial da Revista de Cartografia Brasileira (RCB); participação em associações científicas (ALAP, ABEP, ISI, IASI, ABER, ASA, SBC, dentre outras).

Adicionalmente, cabe destacar a continuidade dos processos administrativos em andamento, como a contínua disponibilização de informações na página da pós-graduação no Portal ENCE a informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares para o mestrado e doutorado, com a implementação das funcionalidades do Portal do Aluno para os discentes de doutorado.

Com relação às atividades e projetos futuros, a principal atividade da pós-graduação é o fortalecimento do doutorado e melhoria das notas de avaliação junto à CAPES. Adicionalmente, continua-se com os avanços, principalmente em questões administrativas. Dentre essas destacam-se a finalização da implementação do sistema acadêmico informatizado, a revisão do conteúdo do Portal internet e intranet, implementação de regulamento do Programa de Pós-Doutorado, regulamentação do estágio docente, aperfeiçoamento do processo de avaliação das disciplinas feito pelos alunos, realização de um censo de alunos egressos, definição de uma comissão de publicações para retomar as publicações dos Textos para Discussão e outras publicações pertinentes.

Com relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, durante o ano de 2017 realizou-se o processo seletivo de discentes para ingresso em 2018, turma que já contará com a nova matriz curricular proposta pela comissão de reformulação do curso, com vistas a atender às demandas acadêmicas e ao disposto no Planejamento Estratégico do IBGE.

Em 2017, houve 24 alunos regularmente matriculados que ingressaram nesse ano e 24 alunos matriculados da turma de 2016, totalizando 48 alunos regularmente matriculados no curso de Especialização.



2.3.1.3 Ação Atualização da Cobertura e Produção Estatística e Geocientífica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		15MV			Tipo: Projeto	
Título		Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160				
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.436.764	10.436.764	6.969.413	6.053.579	6.053.579	0,00	915.834
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto implantado	Percentual de execução física	82	82	48		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Projeto implantado	Percentual de execução física	-	

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 10.436.764, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 6.053.579, representando 58% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em restos a pagar não processados, o valor de R\$ 915.834, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 6.969.413, elevando o percentual de execução a 66,78%.

Do montante da dotação orçamentária não foram executados, em virtude de limites orçamentários impostos, os recursos programados para a execução do projeto Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Ampliado (SNIPC) e do projeto Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias (SNPA), os quais somam R\$ 1.498.746, que representam 14,36% do total da ação. Além disso, houve uma economia de escala



por conta das atividades censitárias no período de agosto a dezembro que otimizaram o uso dos recursos.

As despesas liquidadas da Ação, se referem, principalmente, a diárias (55%), combustíveis e lubrificantes automotivos (14%), locação de meios de transporte (13%), passagens no país (5%) e locomoção urbana (3%), tais despesas decorrem da necessidade de obtenção das informações nos mais diversos e distantes pontos do país.

No tocante ao projeto Pesquisa de Orçamentos Familiar (POF), no ano de 2017, várias atividades foram realizadas de forma a viabilizar a coleta da pesquisa, iniciada oficialmente em 26 de junho. Todo o material de coleta foi finalizado, impresso e distribuído para as unidades da federação. O sistema de entrada de dados da pesquisa também foi finalizado nos primeiros meses do ano de 2017, e foi objeto de um treinamento centralizado, com a presença dos coordenadores de todas as UFs. Esse treinamento foi replicado de forma descentralizada em cada UF, tratando não só do sistema, mas também dos conteúdos conceituais, numa operação que envolveu cerca de 800 pessoas. Foi implementado o Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC). Essa ferramenta, que já era utilizada na PNAD Contínua, trouxe grande incremento na qualidade da pesquisa. Em 2017, a POF visitou 37.782 domicílios, representando aproximadamente 50% da amostra. A finalização da coleta da pesquisa está prevista para o mês de julho de 2018.

No âmbito do projeto do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Ampliado (SNIPC), no ano de 2017, a coleta de preços piloto no Acre, Maranhão, Sergipe e Mato Grosso teve sua continuidade, e foram realizadas visitas técnicas às equipes de coleta nesses estados por parte dos técnicos da Coordenação de Índice de Preços (COINP). Tais atividades não demandaram recursos específicos e, devido aos limites orçamentários impostos a esse projeto, a implantação dessas áreas no SNIPC foi postergada para 2018.

Em relação ao SNPA é prevista uma operação de atualização cadastral dos estabelecimentos agropecuários para a seleção de amostra. Como trata-se de uma operação cujo custo é estimado em cerca de R\$ 30 milhões, adotou-se como estratégia alternativa usar o cadastro proveniente do Censo Agropecuário, que foi realizado entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018. Dessa forma, os estudos e atividades referentes ao projeto foram adiados para 2018, quando os dados do Censo deverão estar apurados e o cadastro preparado, e assim será possível selecionar uma amostra para testes piloto a partir de 2019.



No que concerne ao Aprimoramento do Mapeamento Temático e de Referência, em 2017 as despesas foram relacionadas à realização de atividades de campo, como diárias, passagens e combustíveis e lubrificantes automotivos. Tais despesas se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para realizar a implantação de novos marcos geodésicos, medição de estações gravimétricas e nivelamento geométrico de alta precisão ao longo da região costeira do Rio de Janeiro, além da instalação de uma nova estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG) em Arraial do Cabo-RJ.

2.3.1.4 Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20U7			Tipo: Atividade		
Título	Censos Demográfico e Agropecuário					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Temático		Código: 2038		Tipo:	
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
505.000.000	505.000.000	430.336.140	303.714.684	303.115.029	599.655	126.621.455
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Censo divulgado	Unidade	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
825.603,78	109.713,23	355.389,85	Censo Divulgado		Unidade	-

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 500.000.000, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários) e R\$ 5.000.000, concentrada na fonte 0188 (Remuneração das Disponibilidades de Tesouro Nacional). Foram liquidados



R\$ 303.714.684, representando 60,14% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em restos a pagar não processados, o valor de R\$ 126.621.455, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 430.336.140, elevando o percentual de execução a 85,22%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em 1º de janeiro somou o montante de R\$ 825.603,78, enquanto o valor liquidado representou R\$ 109.713,23 e o cancelado totalizou R\$ 355.389,35.

No âmbito do Censo Agropecuário, houve a aprovação do orçamento com cortes necessitando de reprogramação e adequação de cronograma e de características à nova realidade orçamentária disponível. A coleta foi definida para o período outubro de 2017-fevereiro de 2018. No primeiro semestre de 2017, até o mês de setembro, o IBGE realizou as atividades de preparo onde destacaram-se, por suas complexidades, a finalização do questionário, a atualização da Base Territorial, o desenvolvimento de sistemas para uso na coleta, o desenvolvimento de processos seletivos e licitatórios para a contratação serviços especializados, a aquisição de equipamentos e materiais diversos, o desenvolvimento do Projeto Básico do Censo Agropecuário 2017, a implantação de Comissões Municipais de Geografia e Estatísticas e o desenvolvimento do programa de treinamento. No segundo semestre, foram contratados cerca de 25.000 servidores temporários, entre eles 18.000 recenseadores, que foram treinados em setembro e iniciaram a coleta em outubro.

O cenário apresentado neste texto facilita o entendimento dos gastos mais significativos realizados: o processo seletivo e, também, com salários, obrigações patronais, auxílio-alimentação, 13º salário, diárias, ajudas de custo e outros. Em adição, a necessidade de visita aos estabelecimentos agropecuários em todo o território nacional justifica os gastos com a aquisição de veículos, locomoção urbana e locação de meios de transporte. Por fim, o investimento em equipamento de tecnologia para dar suporte à operação em campo, postos de coleta e infraestrutura de TIC na sede para armazenamento, segurança e processamento dos dados coletados.

Até o final de 2017, foram recenseados cerca de 65% dos estabelecimentos previstos, ultrapassando a meta de 60%.

Em relação ao Censo Demográfico, apesar de não receber recursos orçamentários, teve continuidade com as atividades que podem ser realizadas pela força de trabalho do IBGE. Além do planejamento do cronograma da operação foram realizadas reuniões de preparo, visita técnica ao INE em Portugal, teste-piloto de coleta em comunidade quilombola e teste-piloto cognitivo de cor e raça e coleta. Em adição, foram iniciados estudos de integração de bases de dados para atender à operação.



2.3.1.5 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20U6			Tipo: Atividade		
Título	Pesquisas e Estudos Estatísticos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código: 2038		
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.743.096	41.743.096	38.072.593	34.274.546	34.273.762	784	3.798.047
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Resultado divulgado		Unidade	253	253	233	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.804.224	2.185.781	873.166	Resultado divulgado	Unidade	9	

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 41.743.096, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 34.274.546, representando 82,11% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, em restos a pagar não processados, o valor de R\$ 3.798.047, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 38.072.593, elevando o percentual de execução a 91,21%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em 1º de janeiro somou o montante de R\$ 2.804.224, enquanto o valor liquidado representou R\$ 2.185.781 e o cancelado totalizou R\$ 873.166.

Ilustrado o esforço para a obtenção das informações nos mais diversos e distantes pontos do país, verifica-se que as despesas de maior vulto, representando



aproximadamente 90% referem-se a diárias, combustíveis e lubrificantes automotivos, locomoção urbana, passagens no país, indenização por trabalho de campo, locação e manutenção de veículos. Destaca-se, também, no exercício de 2017, o gasto de aproximadamente 10% do total executado com serviços de informática, essenciais para a execução da Ação.

No exercício de 2017, com os recursos autorizados para a Ação, o IBGE cumpriu integralmente sua programação de pesquisas divulgando todos os resultados previstos. Foram divulgados 146 resultados de pesquisas conjunturais e sete de pesquisas estruturais, a saber:

- 16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate - 4, Couro - 4, Leite - 4, Produção de Ovos de Galinha - POG - 4);
- 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques;
- 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA);
- 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM-PF);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor da Indústria Extrativa e de Transformação (IPP);
- 12 resultados da PNAD Contínua Mensal;
- 4 resultados da PNAD Contínua Trimestral;
- 24 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPCA);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15);
- 4 resultados do IPCA-E;
- 12 resultados do SINAPI;
- 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC; Pesquisa Anual de Comércio – PAC; Pesquisa Anual de Serviços – PAS; Pesquisa da Agricultura Municipal – PAM; Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS; Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM; Pesquisa Industrial Anual – PIA);
- 2 resultados das pesquisas estruturais sociodemográficas (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais / Municipais – ESTADIC / MUNIC; Estatísticas do Registro Civil – REGCI).



Além desses, o IBGE divulga, também, outros resultados que, por derivarem das pesquisas principais, não demandam recursos específicos para a coleta, entre os quais: Contas Nacionais Trimestrais, Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, Sistema de Contas Nacionais Brasil, Conta Intermediária do Governo, Contas Regionais do Brasil, Prognósticos de Safras, Tábuas de Mortalidade, Estimativas de População, Demografia de Empresas e Estatísticas do Cadastro Central de Empresas.

Importante ressaltar, também, que em 2017, o IBGE realizou outras divulgações, as quais foram viabilizadas através de parcerias firmadas com outros órgãos. Como exemplo, podem ser citados a Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH), fruto de parceria entre o IBGE e o Ministério do Turismo, e os diversos suplementos da PNAD: “Educação e Qualificação Profissional”, da PNAD 2014; “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, da PNAD 2015, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Ministério da Educação; “Prática de Esportes e Atividade Física”, da PNAD 2015, em convênio com o Ministério do Esporte; “Estatísticas de Empreendedorismo 2015” em cooperação técnica com o Instituto Empreender Endeavor Brasil.

Ainda sobre o tema Esporte, as pesquisas MUNIC e ESTADIC trouxeram também um suplemento, o qual aborda aspectos dessa temática nos entes federativos considerados – Estados e Municípios.

No âmbito da PNAD Contínua, a par da divulgação anual da Renda Domiciliar per Capita, a pesquisa introduziu, em 2017, a investigação de diversos temas, os quais passarão, também, a ter divulgação anual: “Características gerais dos moradores”, “Características gerais dos domicílios”, “Rendimentos de todas as fontes”, “Características adicionais do mercado de trabalho”, “Educação”, “Trabalho Infantil” e “Outras formas de trabalho”.

Em relação à Base Territorial e ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, embora tenha havido limitação dos recursos orçamentários para a execução do Plano Orçamentário, com o início do Censo Agropecuário diversos trabalhos em campo puderam ser realizados com o compartilhamento de recursos, ou seja, em conjunto com outras pesquisas do IBGE. Esse compartilhamento de recursos possibilitou que 80% da meta física do Plano Orçamentário para o período fosse alcançada. Destaque para o trabalho de campo, que priorizou, os endereços de zonas rurais, face à necessidade de atualização para uso no Censo Agropecuário.



2.3.1.6 Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20U8		Tipo: Atividade			
Título	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Temático		Código: 2038		Tipo:	
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.809.519	6.809.519	5.914.341	2.900.197	2.900.197	0	3.014.144
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informação disponibilizada		Unidade	2.324	2.324	4.840	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.706.450	1.534.318	175.392	Informação disponibilizada		Unidade	-

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$ 6.809.519, concentrada na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 2.900.197, representando 42,59% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$ 3.014.144, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 5.914.341, elevando o percentual de execução a 86,85%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em primeiro de janeiro somou o montante de R\$ 1.706.450, enquanto o valor liquidado representou R\$ 1.534.318 e o cancelado totalizou R\$ 175.392.

As principais despesas observadas na Ação estão em acordo com o planejamento orçamentário da Diretoria de Geociências, estando algumas delas descritas a seguir.



Os gastos com diárias, passagens, combustíveis e lubrificantes automotivos se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para realizar as atividades, em campo, de manutenção e implantação das estações geodésicas, levantamento de dados geoespaciais para a elaboração das bases cartográficas, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente, cobrindo amplas e diversas áreas do país. Além das atividades de campo, que representam a maior parcela da despesa com diárias e passagens, há também gastos com a participação em eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos.

Os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio tem sido realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), com base na Portaria número 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistemas e informática.

Quanto à despesa com locação de equipamentos de processamento de dados, trata-se de periféricos para impressão, que têm por finalidade dar suporte à condução das atividades, possibilitando a ampliação do uso da geotecnologia aplicada à coleta, tratamento e disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção da informação geoespacial e reduzindo os custos e os prazos de produção.

Os gastos com exposições, congressos e conferências são relacionados à infraestrutura necessária aos eventos como simpósios, congressos e encontros técnico-científicos nos quais é importante a representação institucional do IBGE.

A execução física da ação – 4.840 informações disponibilizadas – superou, em números absolutos, as metas estabelecidas no planejamento para o exercício de 2017. A meta estabelecida para a ação no início do exercício – 2.324 informações disponibilizadas – foi revista ao final do primeiro semestre para 3.541 informações. Alguns dos fatores que possibilitaram os resultados bastante positivos foram as condições favoráveis para a execução orçamentária, as melhorias aplicadas a processos logísticos e operacionais e a finalização do processamento de marcos geodésicos medidos em anos anteriores que tiveram imposição de sigilo por acordos de cooperação técnica.



2.3.1.7 Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	15DN			Tipo: Projeto		
Título	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos. Código: 0602					
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres Temático		Código: 2040		Tipo:	
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
437.953	437.953	386.358	153.320	153.320	0,00	233.039
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informação disponibilizada		Unidade	500	500	329	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.321	3.498	2.824	Informação disponibilizada	Unidade	-	

Fonte: SIOP, fev/2018.

A Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres surgiu da necessidade de se levantar e validar as informações cartográficas de municípios com maior suscetibilidade a desastres naturais.

O Plano Gestão de Riscos e Respostas a Desastres possui foco nos eventos enchente, enxurrada e deslizamentos, reconhecidos como causadores de grandes impactos em diversos estados brasileiros. A partir da identificação das localidades críticas, foi formada lista prioritária com 835 municípios, para os quais estão sendo realizados mapeamentos temáticos geotécnicos para a identificação das áreas de risco a



desastres. Dentre esses, há 286 municípios selecionados, pelo maior nível crítico, para ações adicionais de estruturação da defesa civil, de monitoramento e alerta, e de resposta após a ocorrência da catástrofe.

A participação do IBGE no Plano é uma demanda das instituições que o integram⁵ para obtenção de bases cartográficas confiáveis e a respectiva validação quanto à qualidade geométrica dos dados. Na disponibilização de informações cartográficas está a maior contribuição do IBGE para o Plano. A partir dessas informações serão produzidos mapas de suscetibilidade a desastres, de risco à população e de aptidão à urbanização, além de orientação à construção de obras preventivas, muitas das quais integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento.

Desta forma, o envolvimento do IBGE é fundamental para a confiabilidade das informações que serão retratadas nos mapeamentos temáticos do Plano em questão. A atuação do IBGE na disponibilização de informações cartográficas relativas aos municípios críticos a desastres, se somará as ações públicas de prevenção a desastres naturais e proteção da população.

Em 2017, a ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 437.953, sendo todo o valor na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 153.320, que correspondem a 35% da dotação orçamentária para o exercício. Encontra-se, ainda, em restos a pagar não processados o valor de R\$ 233.039,00, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 386.359,00, elevando o percentual de execução para 88,22%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em primeiro de janeiro somou o montante de R\$ 6.321, enquanto o valor liquidado representou R\$ 3.498 e o cancelado totalizou R\$ 2.824.

Em relação à execução física, a meta estabelecida de 500 pontos de controle não foi alcançada. O resultado de 329 pontos se deve ao não recebimento, pelo IBGE, de insumos que deveriam ter sido enviados por instituições que integram o Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

⁵ Conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.



2.3.1.8 Ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			<input checked="" type="checkbox"/> Integral		<input type="checkbox"/> Parcial	
Código	15DM			Tipo: Projeto		
Título	Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código: 2038		
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária			<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			
			Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.577.008	1.577.008	606.256	404.278	404.278	0	201.978
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Sistema implantado		Percentual de execução física		33	33	14
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
60.731	5.106	53.224	Sistema implantado		Percentual de execução física	-

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 1.577.008, sendo todo o valor na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 404.278, que correspondem a 25,64% da dotação orçamentária para o exercício. Encontra-se, ainda, em restos a pagar não processados o valor de R\$ 201.978, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 606.256, elevando o percentual de execução para 38,44%. No caso dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em primeiro de janeiro somou o montante de R\$ 60.731, enquanto o valor liquidado representou R\$ 5.106 e o cancelado totalizou



R\$ 53.224. Além disso, as despesas com maiores percentuais de valores liquidados foram relacionadas a exposições, congressos e conferências (46%), locação de bens móveis e intangíveis (17%) e manutenção e conservação de bens imóveis (12%).

Em relação à Organização das Demandas do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais, o presidente do IBGE, em evento específico sobre Atividades Internacionais no ano de 2017, realizado em 18/12/2017, no CIC (Sede), ressaltou a importância que sua gestão dá aos eventos internacionais, algo também acordado em reuniões do Conselho Diretor (CD). A atual administração decidiu enfatizar a participação em todos os eventos no exterior possíveis, buscando também financiamentos externos para viabilizá-las. Os objetivos primordiais dos afastamentos do país são: aumentar a projeção da casa, dos seus técnicos e dos seus trabalhos, bem como fomentar as trocas entre o IBGE e outras instituições parceiras. Ainda de acordo com o presidente, expondo-se e participando ativamente, obter-se-á, gradativamente: (1) maior reconhecimento; (2) atualização das técnicas do Instituto; (3) contatos/trocas com outros técnicos estrangeiros; (4) promoção mundial do nosso trabalho; e, como consequência, (5) obtenção de financiamento em diversos projetos. Além dos afastamentos para o exterior, o presidente colocou-se a favor da vinda de eventos e de sua realização nas instalações do IBGE, envolvendo a miríade de temas tratados pela casa e as entidades com as quais coopera.

Ainda no que se refere ao P.O. Organização das Demandas do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais, especificamente no âmbito das geociências, é interessante frisar a realização de *Workshop* no Rio de Janeiro com institutos nacionais de estatística e diversos ministérios do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe para discutir sobre criação de dados, acesso à informação ambiental e cooperação no âmbito da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O encontro foi promovido pela ONU Meio Ambiente e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante os cinco dias de evento, no mês de dezembro, 50 participantes compartilharam experiências locais, desafios e boas práticas em temas como: geração, uso e acesso à informação ambiental; criação de dados e de indicadores de meio ambiente; relação entre informação, imprensa e tomada de



decisão; e capacitação de recursos técnicos e humanos para o monitoramento de indicadores de desenvolvimento sustentável. A realização da atividade foi um passo importante para o alcance da Agenda 2030. Os indicadores ambientais representam mais de metade do conjunto total de indicadores de monitoramento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Outros eventos que merecem ser destacados são: o XVIII SBSR - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, o MundoGEO#Connect 2017, o XXXVI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo e o XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia.

A meta física do P.O. Organização das Demandas do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas ficou abaixo do esperado devido à alta concentração de recursos organizacionais no Censo Agropecuário e ao limite de empenho que contingenciou recursos financeiros durante o ano.

No que diz respeito à INDE, vale salientar que, no segundo semestre, o P.O. recebeu R\$ 200.000,00 adicionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com vistas à utilização em melhorias na página da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), em acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC). Além disso, a principal despesa relacionada a este P.O. refere-se à manutenção de software, uma vez que foram realizadas atividades de manutenção evolutiva na plataforma da INDE e no portal da CONCAR.

Em relação ao SNIO, sua implementação não foi possível em 2017, uma vez que o projeto Censo Agropecuário concentrou os esforços de Tecnologias de Informação e Comunicação. Além disso, dada a nova presidência do Instituto e a definição de novas estratégias para o IBGE, foi possível uma melhor definição, por parte do Conselho Diretor, quanto à envergadura do projeto "Sistema Nacional de Informações Oficiais".

No âmbito do SNIA, por decisão estratégica da área responsável pelo sistema, foi aplicado corte orçamentário em 100% do valor do P.O. em 2017. As ações de desenvolvimento do SNIA estão sendo replanejadas para os anos seguintes, a partir de 2018.



2.3.1.9 Ação Gestão Institucional

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(x) Integral		() Parcial		
Código	15MW			Tipo: Projeto			
Título	Gestão Institucional						
Iniciativa	Representa o próprio objetivo						
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1060						
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código: 2038			
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística						
Ação Prioritária			() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
2.566.930	2.566.930	349.870	213.034	213.034	0	136.836	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Aluno matriculado				Unidade	71	71	72
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0	0	0	Projeto implantado	Percentual de execução física	-		

Fonte: SIOP, fev/2018.

Em 2017, a ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 2.566.930, sendo todo o valor na fonte 0100 (Recursos Ordinários). Foram liquidados R\$ 213.034, que correspondem a 8,29% da dotação orçamentária para o exercício. Encontra-se, ainda, em restos a pagar não processados o valor de R\$ 136.836, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 349.870, elevando o percentual de execução para 13,63%. Salienta-se, ainda, que o valor liquidado foi gasto com o desenvolvimento de softwares relacionados às novas pesquisas estatísticas e geocientíficas produzidas pela Instituição.



No âmbito do P.O. Gestão por Processo e da Logística Sustentável, com vistas ao atendimento do planejamento estratégico e da demanda institucional por modernização de processos da área meio e por melhoria da gestão, o IBGE necessita contratar empresa especializada na prestação de serviços de Modelagem de Processo incluindo serviços técnicos de identificação e mapeamento, modelagem, automação, implantação, suporte e manutenção de processos organizacionais em plataforma *Business Process Model and Notation* (BPMN). No intuito de acelerar a contratação em questão, foram realizadas consultas a atas de registro de preços vigentes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, onde foi identificado o Pregão Eletrônico nº 09/2015-SRP, realizado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (UASG 160076), Órgão do Exército Brasileiro, no qual a empresa Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda foi vencedora do item “11 Informática Acompanhamento / Análise Processo”. A composição do referido item envolve a prestação de serviços equivalentes ao item 1 do termo de referência do IBGE, atendendo, assim, plenamente, nossas necessidades. Nesse contexto, justifica-se que a adesão à Ata de Registro de Preços do citado órgão cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento, o IBGE contrata um serviço já aceito por outro Órgão Público, fator que propicia segurança de que o objeto em questão atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço acessível em relação ao praticado pelo mercado. Contudo, embora o processo de adesão à Ata de Registro de Preços seja menos moroso que o processo licitatório, o e-mail com a permissão para que o Instituto pudesse aderir à ata do Exército Brasileiro nos foi encaminhado apenas em 21 de dezembro de 2017, quando recebemos o Ofício 129 SALC/DCT, datado de 20/12/2017, formalizando a autorização de adesão à ata de registro de preço do PE 09/2015. Assim, a partir desta autorização, já foram iniciadas as devidas providências para agilizar os trâmites que permitirão iniciar os serviços e conseqüentemente utilizar em 2018 os recursos reservados para este projeto. Isto posto, conforme explicado acima, os recursos financeiros destinados para este P.O., no ano de 2017, não puderam ser utilizados.

No que diz respeito à Melhoria de Gestão de Pessoas, não houve execução financeira por questões operacionais de gestão de limite orçamentário. Cabe ressaltar que em função do Censo Agropecuário, optou-se por priorizar a gestão do limite com o objetivo de garantir toda a infraestrutura necessária para não prejudicar a coleta da operação censitária. Entretanto, a meta física ficou acima do esperado para o ano, tendo sido realizado no âmbito desse tema: o Encontro Nacional das Equipes de Recursos Humanos, o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, o Programa Novo



Tempo (relacionado às aposentadorias) e cerca de 70% das ações de capacitações previstas pela Coordenação de Recursos Humanos. Tal fato é explicado em função da gestão do limite realizada ao longo do exercício. Periodicamente, as despesas de infraestrutura eram avaliadas e toda economicidade gerada possibilitou a utilização dos recursos nos projetos de Recursos Humanos, considerados fundamentais pela Instituição.

No tocante ao Aprimoramento da TIC, os recursos de investimento foram totalmente utilizados para o desenvolvimento de sistemas relacionados às novas pesquisas estatísticas e geocientíficas produzidas pela Instituição. Não houve necessidade de manutenções, fato este verificado pela não utilização do recurso para manutenção de sistemas (custeio).

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores considerados intervenientes no desempenho orçamentário, caso sejam de relevante menção, estão descritos nos demais tópicos desta seção.



2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 1 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Unidade orçamentária: IBGE		Código UO: 47205				UGO: 114601			
	Despesa executada		Despesa paga		Despesa executada		Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%		
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)	211.784.737,23	7,308	155.453.768,74	6,671	157.139.164,54	5,752	85.365.676,65	3,793		
a) Convite	34.137,00	0,001	35.700,00	0,002	33.600,00	0,001	35.700,00	0,002		
b) Tomada de Preços	581.466,60	0,020	276.249,42	0,012	251.617,21	0,009	23.456,62	0,001		
c) Concorrência	969.285,40	0,033	1.637.508,09	0,070	639.204,95	0,023	98.228,63	0,004		
d) Pregão	210.199.848,23	7,254	153.504.311,23	6,587	156.214.742,38	5,718	85.208.291,40	3,786		
e) Concurso	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000		
f) Consulta	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000		
2. Contratações Diretas (h + i)	76.371.889,19	2,635	88.069.396,66	3,779	66.268.826,35	2,426	81.974.689,10	3,643		
h) Dispensa	45.473.184,83	1,569	63.002.540,61	2,703	42.412.466,35	1,553	61.141.533,17	2,717		
i) Inexigibilidade	30.898.704,36	1,066	25.066.856,05	1,076	23.856.360,00	0,873	20.833.155,93	0,926		
3. Regime de Execução Especial (j)	9.094.034,23	0,314	6.098.204,72	0,262	9.094.034,23	0,333	6.098.204,72	0,271		
j) Suprimento de Fundos	9.094.034,23	0,314	6.098.204,72	0,262	9.094.034,23	0,333	6.098.204,72	0,271		
4. Pagamento de Pessoal (k + l)	2.173.498.725,45	75,008	1.962.821.949,80	84,226	2.172.758.256,83	79,540	1.959.829.788,26	87,089		
k) Pagamento em Folha	2.150.004.826,88	74,197	1.951.933.870,05	83,759	2.149.264.358,26	78,680	1.948.941.708,51	86,605		
l) Diárias	23.493.898,57	0,811	10.888.079,75	0,467	23.493.898,57	0,860	10.888.079,75	0,484		
5. Total das Despesas acima (1 + 2 + 3 + 4)	2.470.749.386,10	85,265	2.212.443.319,92	94,938	2.405.260.281,95	88,051	2.133.268.358,73	94,796		
6. Total das Despesas da UPC	2.897.690.811,58	100,000	2.330.421.005,13	100,000	2.731.651.967,68	100,000	2.250.377.345,90	100,000		

Fonte: TESOIRO GERENCIAL 2016 e 2017.



Tabela 2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: IBGE		Código UO: 47205						UGO: 114601		
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	2.150.004.826,88	1.951.933.870,05	2.150.004.826,88	1.950.587.993,78	0,00	1.345.876,27	2.149.264.358,26	1.948.941.708,51		
11-Venc. E Vantag. Fixas	738.456.588,53	704.863.042,82	738.456.588,53	704.863.042,82	0,00	0,00	737.723.193,58	704.403.123,60		
01-Aposentadorias e Reformas	914.832.745,44	796.497.930,11	914.832.745,44	796.478.740,73	0,00	19.189,38	914.832.745,44	796.478.675,73		
03-Pensões do RPPS e do Militar	212.264.593,94	176.592.067,11	212.264.593,94	176.592.067,11	0,00	0,00	212.264.593,94	176.592.067,11		
Demais elementos do grupo	284.450.898,97	273.980.830,01	284.450.898,97	272.654.143,12	0,00	1.326.686,89	284.443.825,30	271.467.842,07		
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
21-Juros s/a Dívida p/ Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
22-Outros Encargos s/a Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3. Outras Despesas Correntes	665.067.283,55	314.195.914,80	529.939.603,29	300.172.520,17	135.127.680,26	14.023.394,63	528.152.140,25	300.087.895,77		
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	127.158.276,03	130.657.579,43	106.758.630,51	122.465.432,40	20.399.645,52	8.192.147,03	105.397.800,51	122.420.496,47		
04-Contratação p/ Tempo Determinado	315.339.662,46	34.375.678,06	216.664.235,30	34.375.678,06	98.675.427,16	0,00	216.316.870,65	34.375.678,06		
46-Auxílio Alimentação	30.247.408,56	30.821.459,76	30.247.408,56	30.821.459,76	0,00	0,00	30.247.408,56	30.821.459,76		
Demais elementos do grupo	192.321.936,50	118.341.197,55	176.269.228,92	112.509.949,95	16.052.607,58	5.831.247,60	176.190.060,53	112.470.261,48		
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	82.618.701,15	64.291.220,28	54.459.157,25	1.347.741,62	28.159.543,90	62.943.478,66	54.235.469,17	1.347.741,62		
52-Equip. E Mat. Permanente	74.348.946,28	57.717.467,46	48.589.201,85	1.200.010,71	25.759.744,43	56.517.456,75	48.589.201,85	1.200.010,71		
51-Obras e Instalações	1.137.430,70	542.978,44	512.224,83	43.459,07	625.205,87	499.519,37	512.224,83	43.459,07		
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	7.132.324,17	6.007.769,91	5.357.730,57	81.267,37	1.774.593,60	5.926.502,54	5.134.042,49	81.267,37		
Demais elementos do grupo	0,00	23.004,47	0,00	23.004,47	0,00	0,00	0,00	23.004,47		
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
71-Principal da Dívida p/ Cont.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	2.897.690.811,58	2.330.421.005,13	2.734.403.587,42	2.252.108.255,57	163.287.224,16	78.312.749,56	2.731.651.967,68	2.250.377.345,90		

Fonte: TESOIRO GERENCIAL 2016 e 2017.



A programação orçamentária do IBGE de 2017, comparada com a de 2016, sofreu oscilações no grupo “Pessoal e Encargos” especialmente no elemento 01 (Aposentadorias e Reformas), considerando o aumento no número de aposentadorias concedidas em 2016 (429) e 2017 (617).

Com relação ao grupo “Outras Despesas Correntes”, o aumento verificado no elemento 04 – Contratação de Pessoal por Tempo Determinado espelha a despesa orçamentária com a contratação temporária de pessoal de acordo com a Lei nº 8.745 de 09/12/1993, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis para a realização do Censo Agropecuário 2017 e conseqüentemente refletindo nos outros elementos, tais como: passagens e locomoção, diárias, aquisição de material de consumo, locação de mão de obra e outros.

Com relação ao grupo de “Investimentos”, o aumento significativo no elemento 52 decorre das despesas orçamentárias com aquisição de equipamentos de processamento de dados, veículos de tração mecânica, equipamento de áudio e vídeo e mobiliário em geral visando a estrutura para realização do Censo Agropecuário 2017; no elemento 51, as obras em andamento na Sede do Rio de Janeiro e no elemento 39, as aquisições e desenvolvimentos de software.

Na inscrição de Restos a Pagar não Processados destacamos o valor do grupo Outras Despesas Correntes, elemento 04, referente às despesas com pagamento dos setores censitários iniciados em 2017 e não concluídos até o término do exercício.

2.4 Desempenho operacional

Como dito no tópico acima, o IBGE não possui sistema de monitoramento e indicadores de desempenho, metas e linhas de bases desenvolvidos para o monitoramento efetivo do Planejamento Estratégico 2017-2027. Porém, embora o Instituto ainda esteja elaborando tais atividades, os resultados que contribuirão para o cumprimento da missão institucional continuam sendo alcançados.

Em 2017, os resultados foram atingidos com base, principalmente, nos objetivos, nas metas e nas iniciativas definidas pelo Plano Plurianual 2016-2019.

Por meio das informações estatísticas e geocientíficas disponibilizadas para sociedade, o IBGE contribuiu diretamente para o alcance do objetivo 1160 “Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos”,



vinculado ao programa 2038 “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, composto por duas metas e nove iniciativas, que nortearam a atuação da Instituição na obtenção dos resultados do exercício.

Visando atender a crescentes demandas por informações geocientíficas e estatísticas em um cenário de restrição de recursos, cresce a necessidade de aprimorar a gestão da informação, que se dá por meio das atividades de coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas com diferentes órgãos oficiais federais produtores de informações, bem como da ampliação do uso e do aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e dos registros administrativos.

Neste sentido, o objetivo supracitado busca o estabelecimento e a implementação de arranjos institucionais abrangentes que possibilitem a integração das bases de dados existentes. Tais arranjos ampliarão as possibilidades de produção de informações estatísticas e geocientíficas e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do país, bem como a elaboração de diagnósticos mais precisos e o monitoramento periódico e mais eficiente das políticas públicas e programas de governo.

Aprimorar a integração e gestão da informação vai ao encontro dos eixos estratégicos e diretrizes do PPA, que buscam a modernização da gestão do Estado, a melhoria da qualidade do gasto, da entrega de serviços à população e às empresas, e da governança e gestão pública.

No que se refere a atividade de coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas, destacam-se:

1. O lançamento, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), da base cartográfica vetorial contínua do território fluminense, a primeira na escala 1:25.000 a trazer todas as categorias de informação homologadas pela Comissão Nacional de Cartografia (Concar). Esta é a primeira base cartográfica vetorial contínua de uma unidade da federação a ser produzida pelo IBGE na escala 1:25.000, que permite, dentre outras aplicações, o planejamento territorial dos municípios, com destaque para a elaboração de planos diretores municipais.
2. Divulgação do suplemento PNAD 2014 de Educação e Qualificação Profissional, realizado em convênio com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A pesquisa investigou aspectos relativos à educação e qualificação profissional da população, auxiliando na compreensão da dinâmica da educação profissional no País.
3. Divulgação do suplemento PNAD 2015 de Práticas de Esporte e Atividade Física, realizado em parceria com o Ministério do Esporte, e do suplemento “Aspectos



dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, realizada em parceria com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

4. Lançamento da publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2015”, elaborada em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Central do Brasil. O objetivo desse trabalho conjunto, que traz resultados para os governos federal, estaduais e municipais, é fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração de estatísticas de governo por meio da harmonização de conceitos e metodologias, e do compartilhamento de informações entre a STN, o IBGE e o Banco Central do Brasil.
5. Divulgação dos Suplementos de Esportes das Pesquisas de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e Municipais (Munic) de 2016, elaborados em parceria com o Ministério do Esporte. A publicação traz uma análise de resultados e um quadro geral do esporte nas Unidades da Federação e nos municípios sob a responsabilidade direta dos governos estaduais e prefeituras e/ou que tenham contado com sua participação.

Figura 2 – Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2015

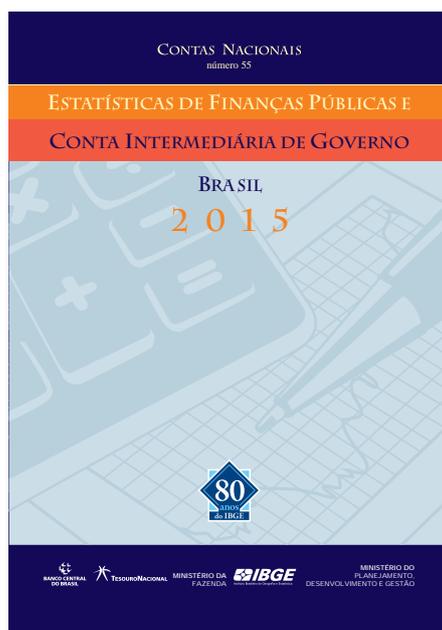
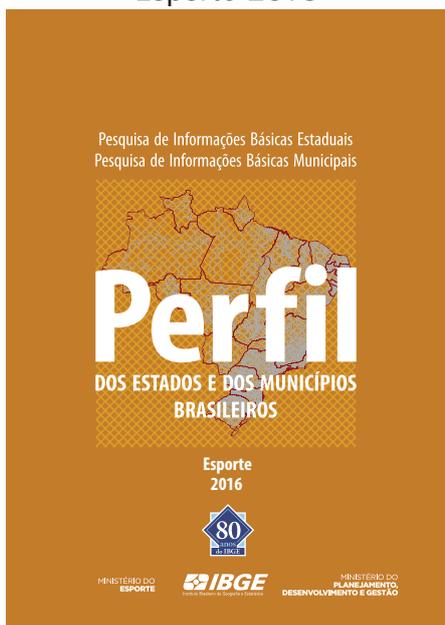


Figura 3 – Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Esporte 2016



6. Disponibilização da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, apresentando um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. O objetivo do estudo é atualizar as articulações das cidades entre si, em termos de circulação de pessoas, serviços e informações, por exemplo, e com isto subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos para os próximos dez anos. Cabe ressaltar que o projeto buscou incorporar novos atores ao processo de delimitação das Regiões Geográficas, incluindo o conhecimento local das diferentes formas de organização do espaço brasileiro. Para isto, contou com a participação de órgãos de



planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes), e com o trabalho de unidades do IBGE em todo o território nacional.

7. Divulgação da Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH) 2016, realizada em convênio com o Ministério do Turismo, destacando os principais aspectos da rede hoteleira do Brasil. As informações trazem relevantes subsídios para os gestores públicos, permitindo a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para a melhoria e ampliação do setor.
8. Lançamento da versão 2017 do Mapa das Indicações Geográficas do Brasil. Fruto de uma parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o mapa traz informações sobre os Selos de Indicação Geográfica, localizando as regiões de origem de produtos e serviços certificados por Indicação de Procedência e/ou Denominação de Origem. A versão 2017 ganhou quatro novos produtos: o inhame de São Bento de Urânia (ES), a erva-mate de São Matheus (PR), as uvas de Marialva (PR) e o mel do oeste do Paraná, elevando para 53 as Indicações Geográficas certificadas no Brasil.

Figura 4 – Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017



Figura 5 – Mapa das Indicações Geográficas do Brasil 2017





9. Lançamento do informativo “Sistema de Contas Regionais: Brasil 2015 (SCR 2015)”, que são elaboradas em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do SCR 2015. Esses comentários são ilustrados graficamente e traçam comparações em relação a 2014 e, para alguns indicadores, também em relação a 2002, ano de início da série, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho regional da economia no período.

Para a execução do objetivo, é essencial, ainda, ampliar o uso e aprimorar as informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos. Para isso, foram divulgados aproximadamente 191 resultados de estudos e pesquisas estatísticas e 215 produtos geocientíficos que, além de atualizar a realidade brasileira, aprimoraram seu conhecimento por meio da divulgação de novos produtos e resultados que ampliam a cobertura territorial e temática dos levantamentos, pesquisas e estudos produzidos.

Para atualizar a realidade brasileira, foram produzidos dados conjunturais e estruturais, informações e produtos geocientíficos, bem como publicações. A renovação dessas informações é fundamental não só para manter atualizado o conhecimento sobre a realidade brasileira, mas também para aprimorá-la.

No âmbito da atualização das informações, destacam-se a produção dos indicadores conjunturais, estudos e pesquisas estruturais e especiais, tais como: Contas Nacionais Trimestrais; Índice de Preços ao Produtor-Indústrias Extrativas e de Transformação; Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor; Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Pesquisa de Estoques; Pesquisa Industrial Mensal, Brasil e Regional; Pesquisa Mensal de Comércio; Pesquisa Mensal de Serviços; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, mensal e trimestral; Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha; Prognóstico Safra e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, Pesquisa Anual da Indústria da Construção; Pesquisa Industrial; Pesquisa Anual de Comércio; Pesquisa Anual de Serviços; Estatísticas do Registro Civil, entre outras.

Figura 6 – Sistema de Contas Regionais: Brasil 2015





Ainda no âmbito da atualização das informações, vale ressaltar o (a):

1. Atualização semestral da listagem dos municípios que compõem as regiões metropolitanas (RMs), regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e aglomerações urbanas definidas pelos estados e pela União, com base em informações de 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017. Desde 2013, o IBGE atualiza semestralmente, em seu site, a composição das diferentes RMs, RIDEs e Aglomerações Urbanas instituídas no país.
2. Atualização dos Mapas Municipais para fins estatísticos das Estimativas Populacionais 2016, que mostram transformações decorrentes de legislação estadual mais recente, retratando que em 2016, 295 municípios brasileiros tiveram modificação em seus territórios. Destaca-se, ainda, a atualização das áreas territoriais de estados e municípios brasileiros, onde a superfície do Brasil foi atualizada para 8.515.759,09 km².
3. Atualização dos mapas políticos das regiões brasileiras. O mapa, cuja última atualização foi realizada em 2009, abrange os 5.570 municípios brasileiros e traz informações acerca dos limites geográficos estaduais e internacionais, do sistema rodoviário e das feições hidrográficas do Brasil, além de símbolos que permitem identificar portos, aeroportos e municípios conforme o tamanho da população.
4. Disponibilização da versão 2017 da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250.000 - BC250 (1 cm = 2,5 km), construída pelo IBGE para servir como referência cartográfica para as ações de planejamento, atualizações das informações dos recursos naturais, monitoramento e gestão territorial. A versão 2017 incorporou informações sobre o relevo e situou as chamadas Indicações Geográficas, que são produtos ou serviços originários de localidades tradicionais, ou produtos com características especiais, exclusivas de determinada região.

Figura 7 – Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250 000 - 2017





5. Divulgação das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2017. As estimativas populacionais municipais são um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União no cálculo do Fundo de Participação de Estados e Municípios e são referência para vários indicadores sociais, econômicos e demográficos.
6. Lançamento da edição 2017 do “Brasil em números”, publicação anual bilíngue (português e inglês), que reúne as principais informações sociais e econômicas sobre o país, como as contas nacionais, os índices de preços e as características demográficas. A 25ª edição do “Brasil em números” é uma publicação que traz informações sobre importantes aspectos da realidade brasileira, servindo de instrumento para consultas, análises e planejamento em diversas esferas do governo e da sociedade. Além das principais pesquisas realizadas pelo IBGE, dados produzidos pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras e pelos ministérios também serviram como fontes.

No rol dos levantamentos, pesquisas e estudos que ampliam o uso e o aprimoramento das informações estatísticas e geocientíficas, vale destacar:

1. Início da coleta de dados do 10º Censo Agropecuário. Ao longo de cinco meses, os quase 19 mil recenseadores visitarão mais de 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o país, levantando informações sobre a área, a produção, as características do pessoal ocupado, o emprego de irrigação, o uso de agrotóxicos, entre outros temas. O importante papel da agricultura familiar na produção agropecuária do país será investigado mais uma vez. A coleta de dados será inteiramente digital e as operações serão monitoradas via internet. O Censo Agro também vai subsidiar a criação de uma nova pesquisa anual do IBGE: a Pesquisa Nacional por Amostra de Estabelecimentos Agropecuários.
2. Início da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, a mais abrangente investigação sobre os padrões de renda e consumo das famílias brasileiras. Com duração de 12 meses (junho de 2017 e maio de 2018) e abrangendo 75 mil domicílios em 1.900 municípios, a POF é o levantamento mais detalhado sobre os padrões de consumo dos brasileiros. Baseado nessa pesquisa, o IBGE atualiza a cesta de itens do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação do país. A POF investigará o tema Insegurança Alimentar, que anteriormente integrou algumas edições da PNAD. Incluiu, ainda, alguns itens de consumo mais presentes nos lares brasileiros, como canais de TV com programação sob demanda, redes digitais que comercializam músicas e aplicativos e acessórios para celulares, consumo relativo a animais de estimação, etc.
3. Divulgação, durante a Semana Global do Empreendedorismo, da pesquisa Estatísticas de Empreendedorismo 2015, em parceria com o Instituto Empreender Endeavor Brasil. A pesquisa apresenta as características das empresas de alto crescimento e gazelas (empresas de alto crescimento com até cinco anos de idade), como idade, porte, características do pessoal ocupado, setores de



atividade. Traz, ainda, estudo específico das empresas resilientes - as empresas de alto crescimento da edição anterior (2014), que mantiveram o ritmo de contratação, crescendo 20% ou mais em 2015. Traçar o perfil dessas empresas permitiu observar aquelas que continuaram gerando novos postos de trabalho em um período de menor ritmo de atividade econômica.

4. Divulgação de cinco módulos temáticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, a saber:
 - a. Características Adicionais do Mercado de Trabalho, investigando um conjunto de indicadores complementares sobre a força de trabalho, contemplando o período de 2012 a 2016, com comentários analíticos sobre as seguintes características adicionais do mercado de trabalho: associação a sindicato, turno de trabalho, cooperativa de trabalho ou produção, registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e tamanho do empreendimento.

- b. Habitação e Moradores, trazendo comentários analíticos sobre as seguintes características gerais dos domicílios: tipo e condição do domicílio; material predominante nas paredes, piso e telhado; serviços essenciais de saneamento básico, que abarcam o abastecimento de água, a presença de banheiro e esgotamento sanitário, o destino do lixo e a disponibilidade de energia elétrica; bem como a posse de bens e serviços, contemplando, por exemplo, a posse de telefone móvel celular ou fixo convencional, geladeira, máquina de lavar roupa, televisão, microcomputador, carro, TV por assinatura e acesso à internet nos domicílios.

Traz, ainda, comentários analíticos sobre a distribuição da população residente por sexo, grupos de idade, cor ou raça e condição no domicílio dos moradores, que possibilitam conhecer importantes feições sociais e demográficas do País.

Figura 8 – Estatísticas de Empreendedorismo 2015

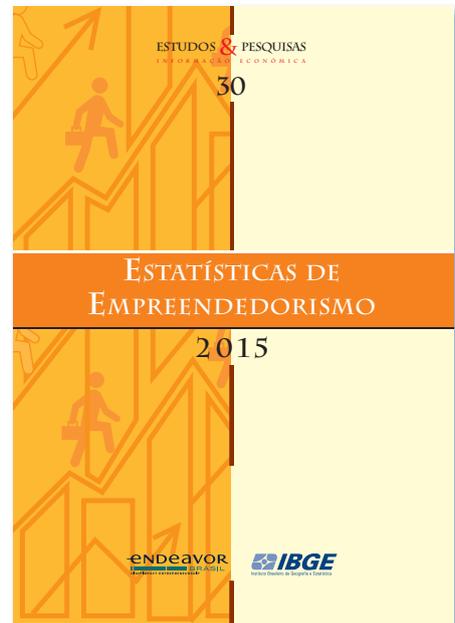


Figura 9 – PNAD Contínua - Características Adicionais do Mercado de Trabalho: 2012-2016

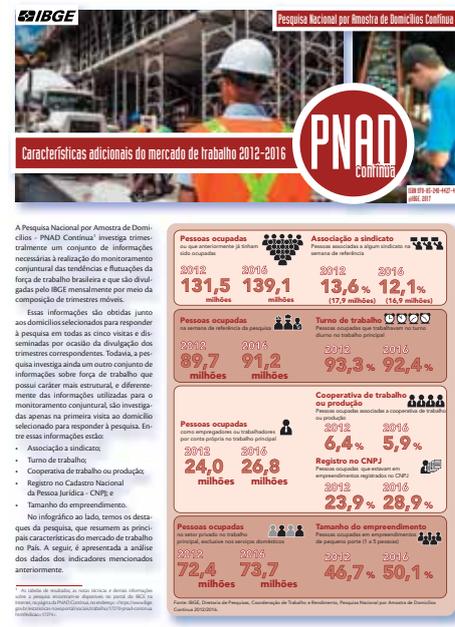




Figura 10 – PNAD Contínua - Características Gerais dos Domicílios 2016; Características Gerais dos Moradores: 2012-2016



- c. Trabalho Infantil, abordando o tema sob duas perspectivas: o desenvolvido em atividades econômicas e o destinado à produção para o próprio consumo e aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, que constituem outras formas de trabalho.
- d. Outras Formas de Trabalho, que investigou pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram atividades que abarcam a produção para o próprio consumo, cuidados de pessoas, afazeres domésticos, e trabalho voluntário, considerando como tal o trabalho não compulsório, realizado por pelo menos uma hora na semana de referência, sem receber nenhuma remuneração em dinheiro ou benefícios, com o objetivo de produzir bens ou serviços para terceiros, isto é, para pessoas não moradoras do domicílio e não parentes.

Figura 11 – PNAD Contínua – Trabalho Infantil 2016



Figura 12 – PNAD Contínua – Outras Formas de Trabalho 2016





5. Lançamento do segundo número do volume 61 e do primeiro número do volume 62 da Revista Brasileira de Geografia (RBG). Editada pelo IBGE entre 1939 e 2006 e retomada no ano passado, a RBG é uma publicação científica em meio eletrônico, das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras, na área de Geografia e ciências afins. Muitos de seus artigos abriram importantes fronteiras de conhecimento tornando-se clássicos, tanto no país quanto no exterior.
6. Divulgação do Atlas Nacional Digital do Brasil 2017, onde revela as profundas transformações ocorridas na geografia brasileira, acompanhando as mudanças observadas no processo de ocupação do território nacional na contemporaneidade. Traz, ainda, a atualização das seções “Brasil no mundo” e “Sociedade e economia”, além de um caderno temático inédito sobre “Cidades Sustentáveis”. A publicação incorpora, em ambiente interativo, as informações contidas no Atlas Nacional do Brasil Milton Santos.

Figura 13 – Atlas Nacional Digital do Brasil 2017



7. Disponibilização de 71 cartas imagem digitais, na escala 1:100.000 (1cm = 1km), abrangendo parte dos estados do Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Com esse lançamento, o estado do Piauí passa a ter todo seu território representado. Produzidas a partir de imagens do sensor AVNIR-2, com dez metros de resolução espacial, as cartas imagem proporcionam uma visão do território compatível com os requisitos de representação da escala e apresentam a denominação dos elementos geográficos de maior relevância. A produção é realizada em um tempo menor do que as folhas topográficas completas, o que permite disponibilizar informações mais rapidamente para a sociedade.

Figura 14 – Carta Imagem Alto Parnaíba





8. Lançamento da publicação *Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016*, um estudo inédito sobre a rede urbana brasileira vista através das ligações por transporte de passageiros público e coletivo. A coleta de dados foi realizada nos terminais rodoviários e hidroviários, nos pontos de vendas de passagem, nas paragens de ônibus e nos locais de transporte alternativo de todos os municípios do Brasil. Os dados também podem ser consultados por aplicativo criado especialmente para a pesquisa.

9. Lançamento da publicação *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação*, que propõe a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional. O objetivo do estudo é aprimorar a divulgação do Censo Demográfico de 2020 e oferecer à sociedade avanços na diferenciação de

áreas rurais e urbanas que possam servir de base para a otimização de políticas públicas e do planejamento privado. Com metodologia alinhada a de organizações internacionais como a União Europeia, e a de países como os Estados Unidos, o que permite a comparabilidade dos resultados brasileiros, o estudo apresenta uma classificação dos espaços rurais e urbanos por município e define critérios comuns para todo o país. De acordo com a nova proposta, 76% da população

Figura 15 – Redes e Fluxos do Território - Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016



brasileira era “urbana” em 2010, enquanto a classificação usada atualmente, via legislação municipal, indica 84,4%.

Figura 16 – Exemplo de mapeamento de recursos naturais



10. Disponibilização do conjunto completo de mapas contendo informações em Geologia (rochas), Geomorfologia (relevo), Pedologia (solos) e Vegetação para todo o Brasil. São as últimas 122 cartas para composição do território brasileiro, na escala cartográfica de 1:250.000, algo inédito no país. Desenvolvido ao longo de quase duas décadas, o mapeamento dos recursos naturais do território brasileiro subsidia estudos ambientais e



traz informações que servem de insumo para políticas públicas, além de contribuir para a construção de indicadores de acompanhamento dos ODS. O uso de uma única metodologia para o território brasileiro torna estes mapeamentos comparáveis entre si e passíveis de uma futura integração com outros temas, como o risco de deslizamentos, a fragilidade ambiental, o potencial agrícola, vulnerabilidade da biodiversidade, entre outros, dando suporte ao planejamento ambiental e à elaboração e aplicação da legislação ambiental. Cabe ressaltar, que até julho de 2018, as quatro camadas do mapeamento estarão integradas a um banco de dados digital, aberto a consultas da sociedade civil e das três esferas do setor público. Empresas que desenvolvem atividades relacionadas a manejo florestal, mineração, área agrícola, infraestrutura de transporte, de energia e comunicação, óleo, gás, entre outros, também poderão explorar livremente estas informações.

11. Disponibilização da primeira versão do Mapa Físico do Brasil na escala 1:2.500.000 (1cm = 25km). Abrangendo aspectos físicos da superfície terrestre do território brasileiro, o mapa é uma representação cartográfica mural que traz informações sobre a altimetria e elementos fisiográficos do país, como montes, morros, picos, serras e corpos d'água. O Mapa ainda apresenta a organização político-administrativa do território nacional, através dos seus 26 estados, com respectivas capitais e do Distrito Federal.

Figura 17 – Mapa Físico do Brasil na escala 1:2.500.000





12. Lançamento da Agência IBGE Notícias, que produz e distribui diretamente para a sociedade conteúdo multimídia - notícias, audiovisuais, impressos, a partir da rica e diversificada produção do Instituto em estatísticas e geociências. A Agência tem o desafio de traduzir as classificações estatísticas, facilitando a compreensão do público, podendo também, abordar aspectos importantes da coleta de dados e sobre metodologia de pesquisa. Os produtos multimídia da Agência são distribuídos para a mídia regional, fortalecendo a comunicação regional. A Agência IBGE é um aperfeiçoamento da comunicação das estatísticas públicas e geociências, representando um grande salto na direção da democratização da comunicação dessas informações e do exercício da cidadania.
13. Participação na *Campus Party*, maior festival tecnológico do mundo, que reuniu jovens para uma maratona digital sobre inovação, criatividade, ciência e empreendedorismo. O desafio lançado pelo IBGE às equipes de jovens programadores que participaram do evento, propôs o desenvolvimento de aplicativos para a *web*, celulares e tablets, que potencializem o acesso à base de dados do instituto. As soluções propostas pelos participantes poderão vir a ser adotadas pelo IBGE, como forma de potencializar e popularizar o acesso ao acervo de dados do instituto.

Além disso, com vistas a atender à crescente demanda nacional por informações geocientíficas e estatísticas, e as necessidades da agenda internacional, em especial aquela relativa aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 da ONU, é fundamental promover a coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas, ampliando a organização e a integração entre os diferentes órgãos oficiais federais produtores de informações. Para isso, merecem destaque algumas ações e resultados alcançados em 2017:

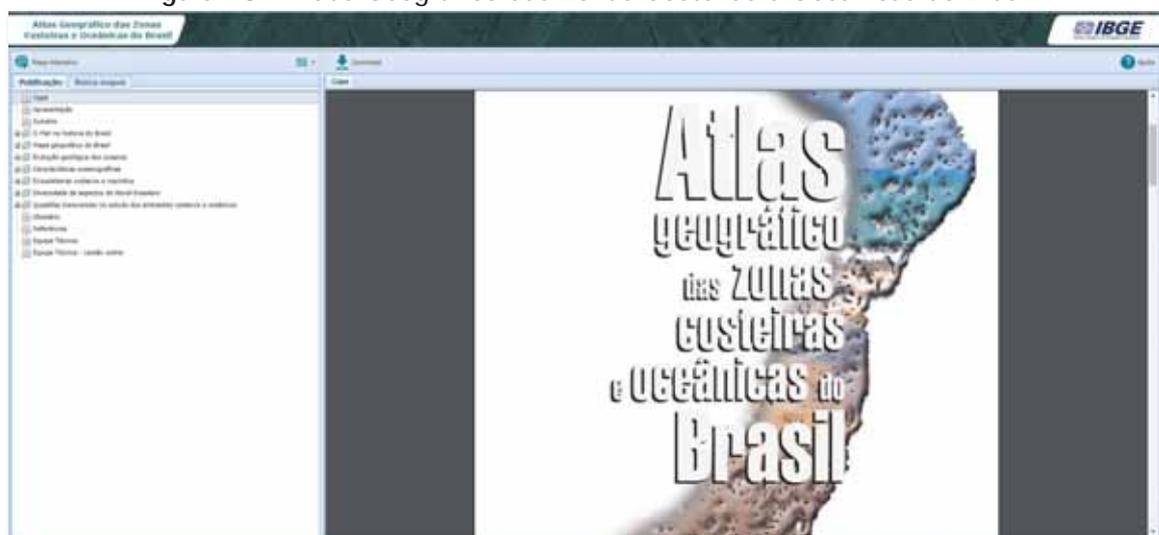
1. A realização do II Encontro de Produtores de Informação Visando a Agenda 2030. Organizado pelo IBGE, em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV) e com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o encontro tem como objetivo reunir produtores de informação para discutirem os planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores para acompanhamento dos ODS. O IBGE, como representante do Grupo de Peritos Interagências sobre indicadores dos ODS (IAEG) e órgão de assessoramento técnico da Comissão Nacional para os ODS (CNOODS), vem coordenando ações voltadas para definição de indicadores globais para os ODS. Durante os dois dias do Encontro, os participantes discutiram metodologias para melhoria da Plataforma Digital dos Indicadores ODS e sua gestão.
2. Articulação dos encontros dos Grupos de Trabalho para construção dos indicadores globais e nacionais para mensuração dos ODS, definidos pelas Nações Unidas. Cada um dos 17 Grupos é coordenado por um servidor do instituto, que é responsável por convocar e por alinhar os pontos focais dos cerca de 70 órgãos públicos federais envolvidos com as temáticas dos Objetivos. A iniciativa é da Comissão Nacional para os ODS, que tem o IBGE e o Ipea como assessores técnicos permanentes, e é composta por 16 representantes,



sendo oito governamentais e oito da sociedade civil. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a ter uma comissão paritária sobre o assunto.

3. Realização de workshop, promovido também pela ONU Meio Ambiente e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), além do Ministério do Meio Ambiente (MMA), envolvendo institutos nacionais de estatística e ministérios de meio ambiente de países da América Latina e do Caribe para um debate sobre criação de dados, acesso à informação ambiental e cooperação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030 da ONU.
4. Lançamento da versão WEB do Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil. Em parceria com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a nova versão é voltada para estudantes e o público em geral e contém informações sobre os oceanos e o litoral brasileiro e as dimensões histórica, demográfica, econômica, social, cultural e natural. O objetivo é incentivar a sociedade a pensar, conhecer e valorizar o uso racional da biodiversidade e dos recursos minerais e energéticos presentes nas águas oceânicas, solo e subsolo marinhos, que constituem parte fundamental do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade ambiental do país em consonância ao ODS 14 “Vida no Mar” que trata da conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Figura 18 – Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil



5. Lançamento da publicação Áreas Urbanizadas do Brasil 2015. O projeto, que está em sua segunda edição, retorna mais moderno e alinhado às necessidades dos ODS das Nações Unidas. O propósito do estudo é fornecer um panorama das áreas urbanizadas do país a partir de uma base consolidada. Dessa forma, a expectativa é colaborar com pesquisas que abordem a forma urbana e suas diferenciações regionais, a influência de aspectos geográficos na conformação das áreas urbanizadas, a identificação de tendências e potenciais vetores de expansão das cidades, além de auxiliar a elaboração de políticas públicas e investimentos.



2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Com o objetivo de avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, o IBGE utiliza três indicadores, conforme exposto no Quadro 3.

O primeiro é o indicador Taxa de Resultados Alcançados (RA) que tem como objetivo a mensuração da dimensão eficácia. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS)/Diretoria-Executiva, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional.

O segundo indicador, Correspondências Respondidas (CR), passou a ser adotado pelo IBGE em 2016, visando um contínuo aumento da eficiência dos serviços de atendimento prestados aos nossos cidadãos-usuários através da associação de cada correspondência recebida com tempo transcorrido entre a chegada da correspondência no IBGE, e a sua resposta para os cidadãos-usuários. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do CDDI.

O terceiro indicador, Taxa de Satisfação dos Usuários (TSU), permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do CDDI, que o executa com base na relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.



Quadro 1 - Indicadores de desempenho

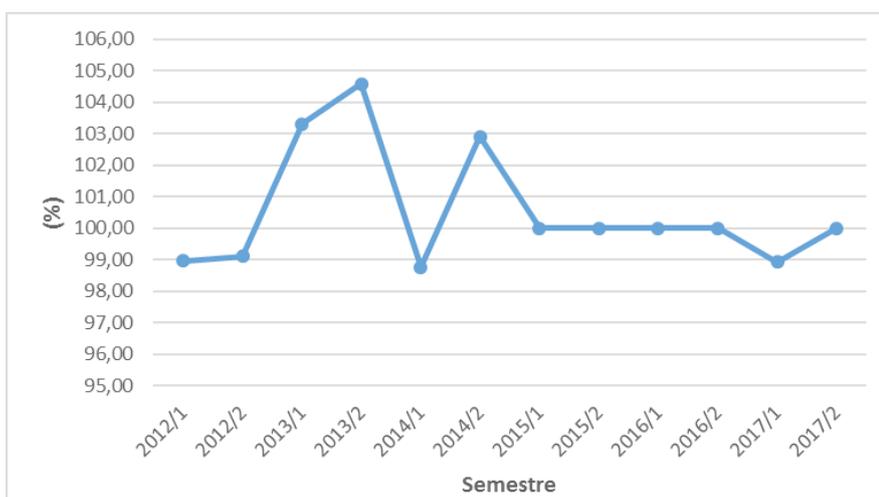
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		Fórmula de cálculo	Unidade	Periodicidade
E F I C I Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados - RA</p> <p>A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum (M_r \times 100)}{M_p \times n}$ <p>M_r = metas realizadas. M_p = metas previstas. n = nº de resultados obtidos.</p>	%	Semestral
E F I C I Ê N C I A	<p>Correspondências Respondidas - CR</p> <p>Percentual de correspondências respondidas aos usuários, segundo intervalos de classes de dias, por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar, segundo períodos de tempo, o desempenho do atendimento a demandas por informações de natureza estatística e geocientífica.</p>	$CR_{ptn}(\text{Ano } t) = \frac{\sum CR_{ptn}}{\sum Cr}$ <p>Cr_{ptn} = Correspondências respondidas em um determinado período de tempo n (ptn), onde ptn é igual aos seguintes intervalos de classe: até 5 dias; de 6 a 20 dias; e mais de 20 dias.</p> <p>Cr = Total de correspondências respondidas no ano.</p>	%	Anual
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário - TSU</p> <p>Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$TSU = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$ <p>\bar{A} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i>. \bar{E} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i>.</p>	%	Anual



No exercício de 2017, no que se refere a Taxa de Resultados Alcançados, a Instituição atingiu o patamar de 98,92% no primeiro semestre e 100,00% no segundo semestre do exercício, conseguindo um ótimo desempenho, no que concerne a eficácia, no alcance das metas institucionais.

Uma série histórica na qual verifica-se o cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2012-2017 é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Resultado do indicador Taxa de Resultados Alcançados - IBGE 2012-2017



Fonte: IBGE.

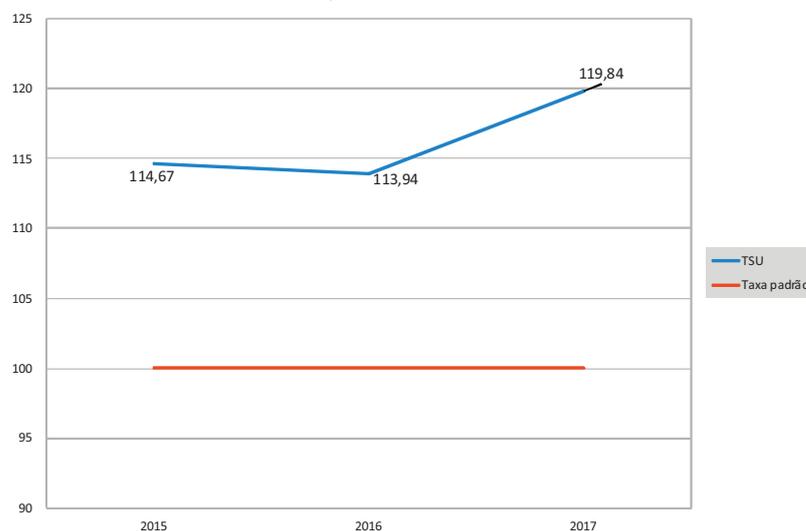
Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros. Com o objetivo de mensurar essa satisfação, o IBGE desenvolveu um indicador chamado de “Taxa de Satisfação dos Usuários” que permite analisar a efetividade do atendimento prestado pelo Instituto para a sociedade.

Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição. De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Em 2017, a pesquisa apresentou uma Taxa de Satisfação dos Usuários de 119,84%, enquanto em 2015 e 2016, as taxas foram de 114,67% e 113,94% respectivamente, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com



qualidade acima das expectativas dos usuários anualmente, conforme representado no Gráfico 2.

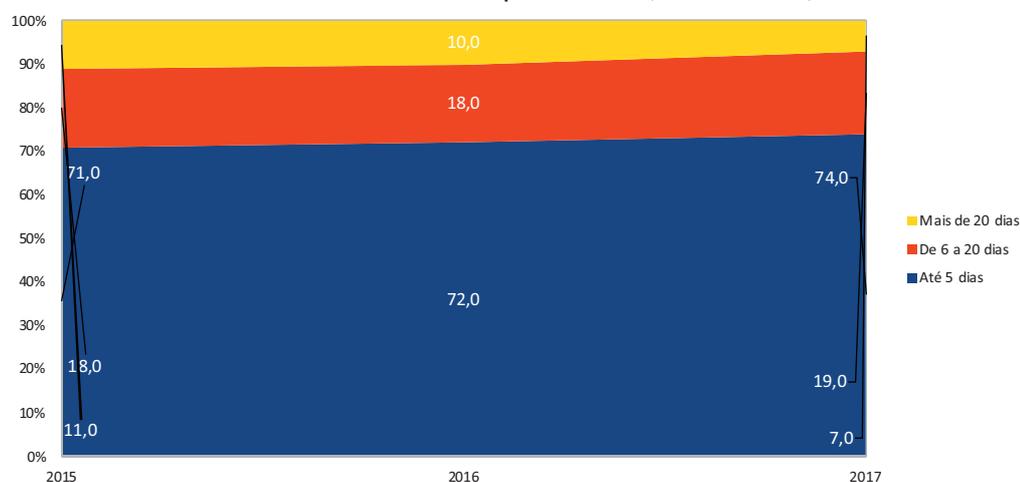
Gráfico 2 - Taxa de Satisfação dos Usuários de informações estatísticas e geocientíficas – IBGE 2015-2017



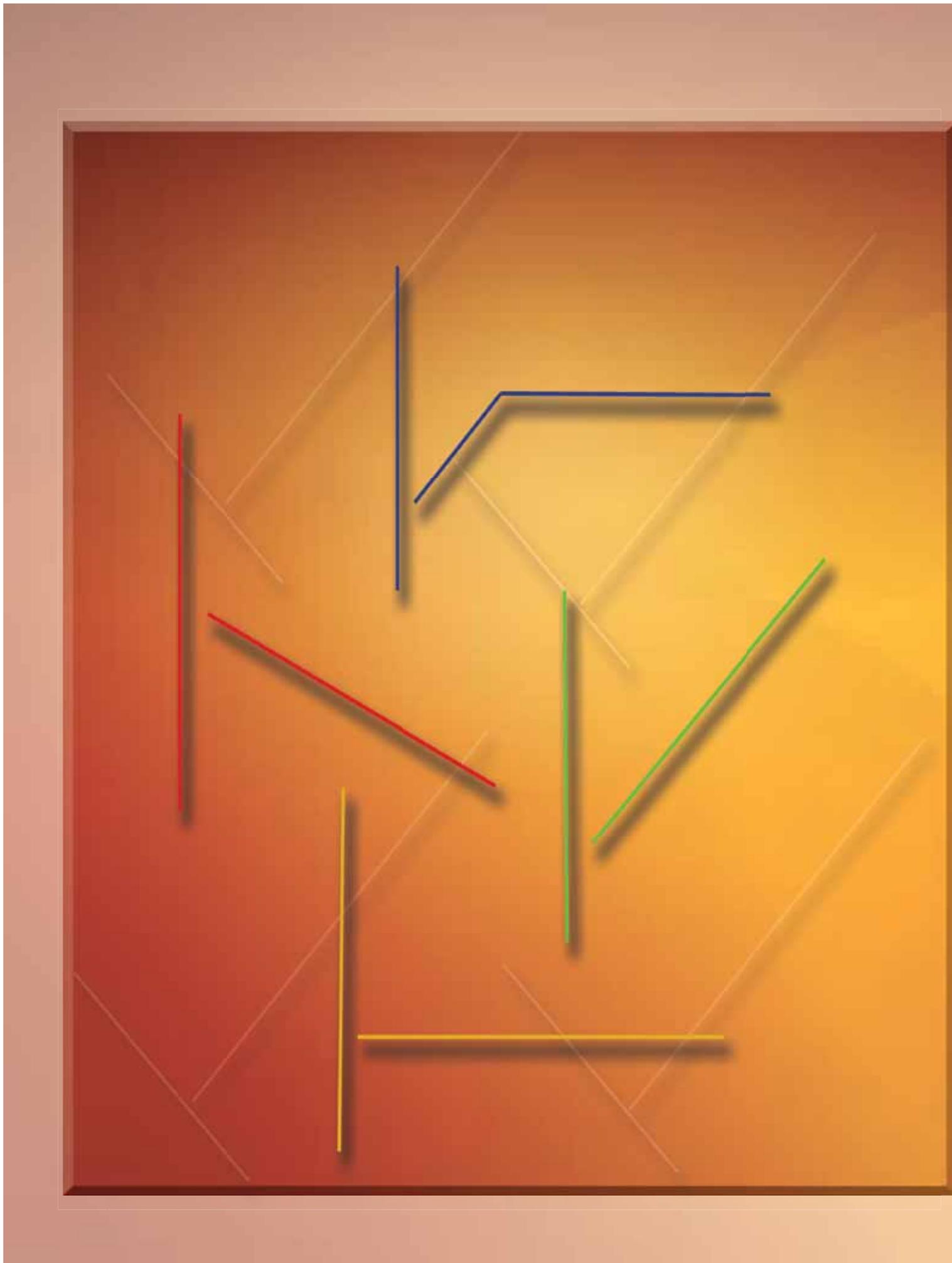
Fonte: IBGE/CDD/COATI, Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dos diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Correspondências Respondidas é utilizado para avaliar a eficiência desse serviço de atendimento oferecido no endereço ibge@ibge.gov.br. Nesses últimos três anos, conforme o Gráfico 3, observa-se uma estabilidade no percentual de correspondências respondidas em até cinco dias, de seis a 20 dias e mais de 20 dias; tendo variado, em percentual, de 71 a 74; 18 a 19; e 7 a 11, respectivamente.

Gráfico 3 - Correspondências Respondidas, por intervalo de classes de dias, pelo IBGE (2015-2017)



Fonte: IBGE, CDDI, COATI, SIGA - Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento.



3

Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos



3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:
 - a. Gabinete da Presidência
- III. Órgãos seccionais:
 - a. Auditoria Interna
 - b. Procuradoria Federal
 - c. Diretoria-Executiva
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Pesquisas
 - b. Diretoria de Geociências
 - c. Diretoria de Informática
 - d. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - e. Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- V. Órgãos descentralizados:
 - a. Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada instância de controle da Instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do art. 8º, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Técnico são tomadas por maioria de votos dos presentes.



Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Está previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do art. 10, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente, quatro vezes por ano, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, desde que estejam presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com o art. 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é um órgão seccional que no exercício de suas competências vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 37 do regimento interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.



A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram (Lei nº 10.180/2001; Instrução Normativa nº 1/2001, Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações da organização, tendo como objetivo comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no art. 17 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Está prevista no art. 18 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.



Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

Está prevista no art. 19 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Está prevista no art. 20 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Está previsto no art. 21 do Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:



- Curso de Bacharelado em Estatística;
- Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; e
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento.

Está prevista no art. 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Unidades Estaduais

A Fundação IBGE possui ainda 27 Unidades Estaduais, sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE, que tem como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam ainda com 584 agências de coleta de dados nos principais municípios brasileiros para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados do IBGE.

Comissão de Ética

O Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE foi instituído pela Resolução nº 06 da Presidência, de 28 de junho de 2013, e dispõe sobre as normas de funcionamento e de rito processual da Comissão, delimitando suas competências, atribuições, procedimentos e outras providências, em consonância com a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública.

As principais competências desta comissão são:

- a. Atuar como instância consultiva do dirigente máximo, diretores e dos respectivos servidores do IBGE;
- b. Aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994;
- c. Representar o IBGE na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 2007;
- d. Orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;
- e. Receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração, instaurando



processo, se for o caso, para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

- f. Esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;
- g. Aplicar a penalidade de censura ética ao servidor;
- h. Elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno da respectiva Comissão de Ética.

A atual Comissão de Ética do IBGE, instituída pela Portaria da Presidência nº 154, de 11 de abril de 2013, é composta por três servidores e seus respectivos suplentes – todos pertencentes ao quadro do próprio IBGE.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, instituído e aprovado pela Resolução nº 04 do Conselho Diretor, de 14 de janeiro de 2014, é a materialização de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do IBGE e segue, de maneira estrita, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a ele agregando, não obstante, importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado no IBGE.

Comitê de Coordenação de Treinamento (CCT)

O CCT é um fórum colegiado constituído por representantes de unidades setoriais (Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências, Diretoria de Informática, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE e ENCE/Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento), nomeados pelo Presidente do IBGE.

Reúne-se periodicamente para decidir sobre as políticas de treinamento da Instituição, bem como avaliar os pleitos de afastamentos temporários de servidores para cursar programas de pós-graduação.

Cada representante das unidades setoriais responde pelo encaminhamento das necessidades de capacitação de sua área organizacional.

As principais atribuições do CCT, definidas na Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003, são:

- a. Identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- b. Propor ações de treinamento;
- c. Coordenar os levantamentos das necessidades de treinamento dos servidores de todas as unidades organizacionais;
- d. Elaborar o Plano Anual de Treinamento em conjunto com a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento- ENCE/CTA;



- e. Analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento;
- f. Acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

Comitê de Gestão da Sustentabilidade (CGS)

O Conselho Diretor do IBGE instituiu o Comitê de Gestão da Sustentabilidade (CGS), conforme a Resolução nº 23, de 12 de novembro de 2013, com o objetivo de avaliar e monitorar a implementação das ações descritas no Plano de Logística Sustentável (PLS), e os Grupos Executivos da Sustentabilidade (GES) com vistas ao acompanhamento da execução das ações e práticas de sustentabilidade, de racionalização de gastos e otimização dos processos nos diversos complexos da sede e nas Unidades Estaduais.

Este Comitê tem como principais atribuições:

- a. Estabelecer diretrizes, propor estratégias e buscar meios para garantir a implementação do PLS;
- b. Propor e viabilizar treinamentos para capacitação e disseminação das ações e boas práticas de sustentabilidade;
- c. Monitorar os indicadores de sustentabilidade;
- d. Analisar as metas e objetivos alcançados, com vistas à continuidade das ações e práticas, ou suas redefinições;
- e. Elaborar um boletim semestral da sustentabilidade para publicação interna, com vistas a dar conhecimento aos servidores e aos gestores sobre os resultados do PLS.

A Portaria da Presidência nº 329, de 3 de julho de 2015, designa os atuais membros deste Comitê.

Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE

Este Comitê foi criado pela Resolução do Conselho Diretor nº 26, de 21 de outubro de 2015, devido à necessidade de proteger as informações coletadas, armazenadas, analisadas, produzidas e disseminadas pelo IBGE com o uso de recursos de tecnologias da informação e comunicações (TIC) e o crescente número de ameaças e vulnerabilidades às quais as informações estão hoje expostas, em virtude da grande conectividade e disponibilidade das informações na rede.

Este comitê está em consonância com a Instrução Normativa nº 1 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que, em seu artigo 5.º, inciso VI, d, determina aos órgãos e entidades da Administração



Pública Federal, direta e indireta, em seu âmbito de atuação, instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE tem por objetivo reunir competências para elaboração e gestão permanente da Segurança da Informação e Comunicações do IBGE, alinhando ações e posturas relativas à segurança da informação com as estratégias e metas da Instituição para prestar um serviço público da mais alta qualidade e considerando a Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE, que estabelece políticas, planos, normas e procedimentos para proteger as informações da Instituição, garantindo confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

Comitê de Sigilo

O Comitê de Sigilo foi criado pela Resolução do Conselho Diretor nº 21, de 29 de agosto de 2016, com a incumbência de tratar da manutenção do sigilo das informações coletadas, produzidas, disseminadas e armazenadas pelo IBGE. Cabe a este Comitê analisar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso; propor soluções para questões relacionadas ao sigilo das informações e avaliar rotineiramente o cumprimento da promessa de assegurar a manutenção do sigilo das informações confidenciais.

A Portaria da Presidência nº 704, de 27 de julho de 2017, designa os atuais membros deste Comitê.

Comitê de Governança, Conformidade e Riscos

Este comitê foi criado pela Resolução do Conselho Diretor nº 28, de 25 de agosto de 2017, considerando a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 11 de maio de 2016 (DOU de 11/05/2016), que dispõe sobre necessidade de adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Suas atribuições são:

- a. Propor a política de gestão de riscos, integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às demais políticas institucionais e assegurar a implantação do modelo de Gerenciamento de Riscos para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos e estabelecimento, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;
- b. Assegurar que os riscos sejam gerenciados e monitorados de acordo com a política de gestão de riscos e garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis;



- c. Assegurar o cumprimento dos princípios éticos e de boa governança e incentivar a adoção de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, garantindo aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões;
- d. Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos, promover o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave e a institucionalização da gestão de riscos e controles internos, oferecendo suporte para sua implementação.

Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)

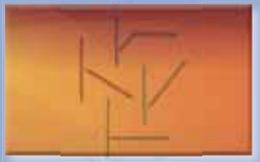
O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE foi criado por meio da Resolução do Conselho Diretor nº 02, de 19 de março de 2010, com o objetivo de reunir competências para elaboração e gestão permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do IBGE, com as seguintes atribuições:

- a. Apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do IBGE com objetivo de alinhar os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações com o planejamento e metas institucionais;
- b. Deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- c. Criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE;
- d. Convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário;
- e. Sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Portaria da Presidência nº 922, de 24 de novembro de 2017, designa os atuais membros deste Comitê.

Comitê Institucional da Qualidade

O Comitê Institucional da Qualidade foi criado por meio da Resolução do Conselho Diretor nº 27, de 11 de agosto de 2017, devido à necessidade de implantar um sistema de gestão da qualidade, em conformidade com o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE e com outras referências nacionais e internacionais relevantes de sistemas de gestão de qualidade, bem como à necessidade de adoção de modelos para a melhoria da qualidade da gestão institucional e a implementação de mecanismos de avaliação de desempenho institucional, para identificação de oportunidades de melhoria. Adicionalmente, está em consonância com as recomendações constantes no Relatório CGU de Avaliação dos Resultados da Gestão 201505589, que dispõem sobre a necessidade de se aumentar a aderência do IBGE aos indicadores do seu Código de Boas Práticas das Estatísticas.



Suas atribuições são:

- a. Estabelecer a política da qualidade do IBGE e elaborar um plano de trabalho para a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade Institucional, com cronograma de implantação, definição de recursos e de responsáveis, detalhado em iniciativas e projetos de melhoria contínua de produtos e processos existentes;
- b. Elaborar e implantar plano de trabalho para aumentar a aderência dos processos e produtos aos indicadores do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, com ações voltadas para a institucionalização de uma cultura de melhoria contínua e de monitoramento de indicadores em diferentes níveis institucionais, para acompanhamento da aderência ao Código;
- c. Atuar para garantir a execução dos projetos e iniciativas detalhados no Plano Permanente de Providências (PPP), elaborado em resposta ao conjunto de recomendações feitas no Relatório CGU de Avaliação dos Resultados da Gestão supracitado, bem como monitorar e acompanhar seu desenvolvimento e seus resultados, para que prazos de atendimento estabelecidos sejam cumpridos e objetivos sejam alcançados;
- d. Acompanhar a condução dos projetos estratégicos e táticos previstos no Plano Estratégico Institucional 2017-2027, propostos para atendimento ao objetivo estratégico de implementar o Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito do Programa de Modernização Institucional, assegurando alinhamento entre as ações e o alcance dos resultados pretendidos.

3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

A seguir, são apresentadas informações sobre a composição dos colegiados, seus papéis e funcionamento e o processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil.

Conselho Técnico

O Conselho Técnico é composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do Conselho, quatro são representantes, respectivamente, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e da Defesa, por indicação de seus titulares.

Ao Conselho Técnico compete:

- Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;



- Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- Elaborar seu Regimento Interno.

Conselho Curador

O Conselho Curador é composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério do Planejamento; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta de seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- Apreciar os balancetes periódicos;
- Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;
- Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;
- Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- Elaborar seu Regimento Interno; e
- Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.



Conselho Diretor

O Conselho Diretor é composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

O Presidente e os Diretores da Fundação IBGE são escolhidos devido à competência técnica e gerencial, sendo nomeados pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, conforme o disposto no art. 1º do Decreto no 4.734, de 11 de junho de 2003. Assim como Presidente e Diretores, os Coordenadores-Gerais também são escolhidos considerando competência técnica e gerencial, sendo nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após a indicação ser apreciada previamente pelo Presidente da República, por intermédio da Casa Civil.

Ao Conselho Diretor compete:

- a. Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- c. Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- d. Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- e. Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- f. Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- g. Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- h. Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;
- i. Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;
- j. Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;
- k. Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- l. Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.



Auditoria Interna

A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

À Auditoria Interna compete:

- a. Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- b. Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

O Procurador Federal no IBGE será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União, e a ele compete:

- a. Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- b. Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- c. Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Unidades Estaduais

Os Chefes de Unidades Estaduais são nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após processo seletivo interno conforme critérios estabelecidos Resolução do Conselho Diretor nº 27, de 05 de dezembro de 2014. Conforme descrito nessa Resolução, os titulares de cargo de Chefia das Unidades Estaduais devem possuir extensos e profundos conhecimentos sobre a Instituição e seus trabalhos.



3.3 Atuação da Auditoria Interna

No exercício de suas competências, a Auditoria Interna (AUD) vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do §3º, art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

Conforme Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, são competências da Auditoria Interna:

- I. *fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e*
- II. *comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.*

Em dezembro de 2017 a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe, Gerente de Auditoria, Assistente Técnico, Secretaria e Auditores, conforme Figura 19.

Figura 19 – Organograma da AUD



Fonte: AUD, dez/2017

A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe seguem os procedimentos descritos no item 3.2.

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e



consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 24/2015, de 17 de novembro de 2015. A execução das ações do PAINT é reportada à Secretaria Federal de Controle Interno, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, mediante comunicação dos relatórios de auditoria emitidos, bem como pelo Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Os relatórios emitidos são encaminhados aos respectivos responsáveis, pelo Gabinete da Presidência do IBGE, para pronunciamento e apresentação de plano de providências para tratamento das recomendações de auditoria.

O conjunto dos planos de providências, com os respectivos prazos, constitui o Plano de Providências Permanente, cujo monitoramento foi implementado em 2016. A implementação das recomendações é monitorada até o pleno atendimento.

Como rotina, informações sobre as recomendações atendidas, e aquelas em monitoramento, compõem os relatórios de auditoria de contas trimestrais que são emitidos para assistir o Conselho Curador no cumprimento das competências regimentais desse órgão colegiado de direção superior.

Em 2017 os trabalhos foram orientados por duas abordagens: Unidades Estaduais e por temas. Pela primeira, cada unidade é visitada com periodicidade (rotação de ênfase) não superior a três anos. Pela segunda foram temas de auditoria as concessões de pensão e aposentadoria, folha de pagamento, auxílio-transporte e prestação de contas trimestrais. O escopo deste último tema contemplou a gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira do IBGE, bem como aspectos relevantes/materiais de concessões de aposentadoria e pensão.

As atividades de auditoria interna são orientadas segundo critérios como materialidade, relevância e criticidade. Pelo primeiro destaca-se a Administração Central que respondeu por cerca de 96% da execução orçamentária do exercício de 2017. As Unidades Estaduais (27), que executaram cerca de 4% da despesa anual, são ciclicamente visitadas em períodos não superiores a três anos, tendo por base os outros dois critérios.

Foram realizadas 91% das ações de auditoria previstas no PAINT 2017. De 23 ações planejadas e iniciadas, não foram finalizadas as Ações nº 17 – Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul – UE/RS, e nº 22 – Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro – UE/RJ. As ações foram suspensas em decorrência de redirecionamento da



disponibilidade da força de trabalho para a capacitação em auditoria, tendo em vista a oportunidade e disponibilidade de recursos orçamentários que se apresentaram ao final de novembro/2017, considerando que não houve demanda para a Ação nº 27 – Auditorias Especiais.

Como resultado foram efetuadas 212 (duzentos e doze) recomendações para encaminhamento de correções ou melhorias em procedimentos e rotinas administrativas. Destas, foram atendidas 48,1%, e 51,1% estão em monitoramento com prazo a vencer. Eventuais situações adversas, ou críticas, são imediatamente comunicadas à Administração que, prontamente, adota as medidas adequadas ao caso.

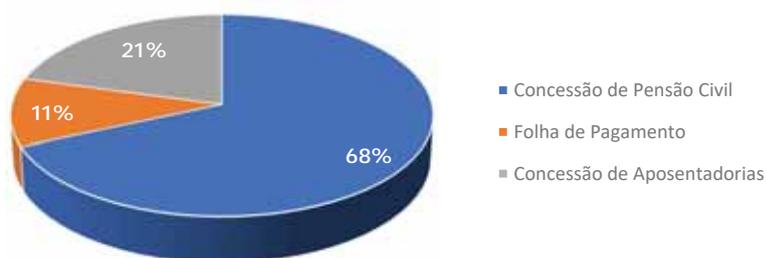
Tabela 3 - Plano de Providências Permanente 2017

Documento	Achados	Recomend.	Canceladas	Atendidas	Monitoram.	Outras	Prazo Máx.
Relatório PR/AUD nº 2016/19	1	2	0	1	1	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/02	5	5	0	0	4	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/04	55	55	0	44	11	0	31/12/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/05	28	28	0	22	6	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/07	13	23	0	14	9	0	31/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/09	48	48	0	21	27	0	30/06/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/10	20	20	0	0	20	0	03/08/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/12	31	31	0	0	31	0	30/03/2018
Total	201	212		102	109		

Fonte: AUDGESTAO.

No exercício de 2017 foram identificadas impropriedades em pagamentos de despesa de pessoal da ordem de 700 mil reais, distribuídos pelos temas conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Folha de pagamentos - diferenças



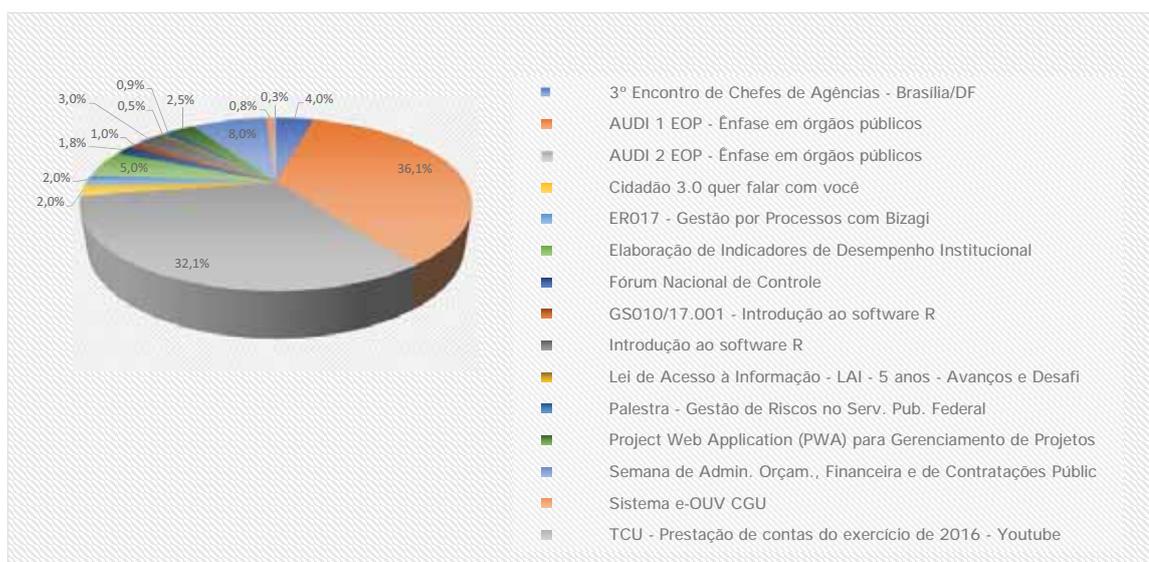
Fonte: AUDGESTAO.



Desse montante, cerca de 77% foi regularizada ainda no exercício de 2017, e os demais acertos são acompanhados pela Auditoria Interna.

Quanto ao desenvolvimento institucional, os servidores da AUD participaram em treinamentos e eventos de capacitação com carga horária total de 797 horas, conforme Gráfico 5, representativos de 53 horas de capacitação por participante.

Gráfico 5 - Auditoria Interna - Capacitação 2017



3.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativo

O IBGE desenvolve, habitualmente, as atividades relativas à apuração de ilícitos administrativos. No âmbito da Sede, os processos correccionais são desenvolvidos por servidores lotados na Gerência de Processos Administrativos Disciplinares da Diretoria-Executiva (GEPAD/DE), que, em algumas ocasiões, conta com a participação de servidores lotados em outras Diretorias. Nas Unidades Regionais estes procedimentos, via de regra, são desenvolvidos por servidores lotados na própria Unidade, excetuando-se aqueles processos que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina que sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2017, destacamos desdobramentos de processos instaurados em exercícios anteriores, (Amazonas, Santa Catarina, Paraíba), além de apurações



relacionadas a supostas irregularidades no recebimento de auxílio-transporte, denúncias de assédio (moral e sexual) e diversas sindicâncias ao longo de todo o ano, todas com o objetivo de apurar violações às normas da Lei 8.112/90, especialmente àquelas relativas aos Deveres e Proibições do Servidor Público, conforme disposto nos artigos 116 e 117 do referido diploma legal.

Também, deu-se início a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instituído pela Instrução Normativa N° 02/2017 da CGU, instrumento que deve ser aperfeiçoado e muito utilizado doravante, em face da proposta de economicidade e praticidade.

Importante asseverar que, com relação aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043/2007, referente ao Sistema CGU/PAD, tais recomendações são cumpridas rigorosamente, enfatizando-se que, no exercício de 2017, foram lançados no CGU/PAD, 42 procedimentos disciplinares, como evidenciado na figura abaixo:

Figura 20 – Relatório de procedimentos instaurados registrados no sistema CGU/PAD.

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas		0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		4
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		30
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		7
Total de Sindicâncias Patrimoniais		1
Total de Procedimentos		42

Fonte: CGU/PAD, jan/2018.



3.5 Gestão de riscos e controles internos

Organizações de todos os tipos e tamanhos enfrentam influências e fatores internos e externos que tornam incerto se e quando elas atingirão seus objetivos. O efeito que essa incerteza tem sobre os objetivos da organização é chamado de risco. Todas as atividades de uma organização envolvem riscos que devem ser gerenciados, o que inclui sua identificação, análise e avaliação, bem como a definição das respectivas formas de tratamento, quando aplicável (ABNT NBR ISO 31000, 2009).

Embora o IBGE sempre tenha gerenciado riscos em algum grau, desde a publicação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, em 11 de maio de 2016 (DOU de 11/05/2016), equipes do Instituto vêm se preparando e estudando o tema para sistematizar e adotar processo consistente e formal de gerenciamento de riscos, o que passa pelo desenvolvimento, implementação e melhoria de uma estrutura que integre o processo de gerenciamento de riscos na governança, estratégia e planejamento, gestão, políticas, valores e cultura em toda a organização.

Cientes da importância estratégica do tema, no Plano Estratégico do IBGE para os próximos 10 anos foi incluído o objetivo estratégico “Formular e Implementar a Política de Gestão de Riscos” e previsto o projeto estratégico “Gestão de Riscos no IBGE”, com o objetivo geral de formular e implementar a política institucional de gestão de riscos para o IBGE e implementar o modelo de gestão de riscos. O projeto tem início previsto para janeiro de 2018 e previsão de término em janeiro de 2020. O projeto inclui:

- a. Proposta de Política de Gestão de Riscos do IBGE e apresentação ao Conselho Diretor e acompanhamento da implementação da Política de Gestão de Riscos do IBGE aprovada;
- b. Proposta de Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE e apresentação ao Conselho Diretor e acompanhamento da implementação da Metodologia de Gestão de Riscos no IBGE aprovada;
- c. Planejamento das ferramentas necessárias aos processos de gestão de riscos;
- d. Mapeamento de riscos institucionais, desenvolvendo uma visão consolidada dos riscos;
- e. Planejamento e oferta de ações de capacitação em gestão de riscos, de forma integrada à gestão da qualidade;
- f. Medição do desempenho da gestão de riscos, em nível institucional (avaliação de maturidade);
- g. Levantamento de necessidades de ações corretivas e preventivas para melhoria da maturidade da gestão de riscos.
- h. Ação de disseminação e conscientização de servidores para internalização dos processos e mudança gradual de cultura voltada para a gestão de riscos.



No segundo semestre de 2017, o IBGE publicou Resolução do Conselho Diretor (R.CD 28/2017, de 25/08/2017) que cria o Comitê de Governança, Conformidade e Riscos e a respectiva Portaria da Presidência (P. PR 882/2017, de 28/10/2017) que designa seus membros: dois representantes de todas as Unidades Organizacionais (Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências, Diretoria de Informática, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Coordenação Operacional dos Censos), dois chefes de Unidades Estaduais e dois integrantes do Comitê Institucional da Qualidade e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE.

São atribuições do Comitê:

- a. Propor a política de gestão de riscos, integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às demais políticas institucionais e assegurar a implantação do modelo de Gerenciamento de Riscos para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos e estabelecimento, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.
- b. Assegurar que os riscos sejam gerenciados e monitorados de acordo com a política de gestão de riscos e garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis.
- c. Assegurar o cumprimento dos princípios éticos e de boa governança e incentivar a adoção de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, garantindo aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões.
- d. Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos, promover o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave e a institucionalização da gestão de riscos e controles internos, oferecendo suporte para sua implementação.

Em 2017 foram realizadas duas reuniões do Comitê: a primeira, em 06/11/2017 e a segunda, em 11/12/2017. Um cronograma de reuniões regulares mensais já foi estabelecido para o ano de 2018. As atas das reuniões realizadas estão publicadas e disponibilizadas para consulta por qualquer servidor, em SharePoint criado para compartilhamento de informações sobre o tema (<http://w3.cgov.ibge.gov.br>). Neste espaço, também uma Biblioteca foi estruturada com *links* para diversos documentos de referência sobre gestão de riscos.

A elaboração da política de gestão de risco do IBGE é uma prioridade sob a responsabilidade do Comitê. Em 2017 foram iniciadas as discussões para sua elaboração e reunidos exemplos de políticas de gestão de riscos recentemente publicadas por outros órgãos da administração pública federal para servirem de



referência. A publicação da política de gestão de risco do IBGE e sua implementação gradual são ações previstas para o ano de 2018.

Para nivelar o conhecimento dos membros do Comitê a respeito do tema e iniciar sensibilização de servidores, o IBGE promoveu algumas ações de capacitação em 2017, a saber:

- Palestra do Assessor Especial de Controles Internos do Ministério do Planejamento aos servidores do IBGE: “Gerenciamento de Riscos à luz da IN Conjunta MP/CGU 01/2016”;
- Curso: “ISO 31000 – Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos”, turma ministrada pela QSP, em São Paulo, com a participação de um servidor do IBGE, no período de 21/08/2017 a 25/08/2017, carga horária total de 40 horas, incluindo prova e certificação profissional do servidor (*Certified ISO 31000 Risk Management Professional C31000*);
- Curso *in company*: “Gestão de Riscos”, ministrado pela CGU aos representantes do Comitê de Governança, Conformidade e Riscos, no período de 21/11/2017 a 23/11/2017, carga horária total de 24 horas.

Sabendo que gestão de riscos, gestão da qualidade, gestão de processos, gestão da segurança das informações são elementos que se complementam e se apoiam mutuamente, o Comitê de Governança, Conformidade e Riscos, o Comitê Institucional da Qualidade (também instituído em 2017) e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE trabalham de forma integrada. Os projetos estratégicos relacionados aos temas riscos e qualidade fazem parte do Programa de Modernização Institucional e são acompanhados pelos Comitês.

Neste sentido, em 2017, também o IBGE efetuou junto à ABNT assinatura para acesso a todos os servidores do IBGE à versão eletrônica de normas internacionais de gestão, com destaque às normas de gestão de risco (ABNT ISO/TR 31004: 2015, ABNT ISO/IEC 31010: 2012, ABNT NBR ISO 31000: 2009, ABNT ISO Guia 73: 2009), gestão da qualidade (ABNT NBR ISO 9000: 2015, ABNT NBR ISO 9001: 2015 e ABNT NBR ISO 9004: 2010) e tecnologia da informação (ISO/IEC 27000: 2013, ISO/IEC 27035: 2016, ABNT NBR ISO 27031: 2016 e outras).

Além dessas ações específicas para iniciar uma gestão de riscos formalizada e sistematizada no IBGE, destacamos que os gestores têm consciência dos riscos que podem prejudicar o alcance de seus objetivos e ações para o tratamento dos riscos são colocadas em prática. Entre os riscos envolvidos no processo de produção de informações, destacam-se os riscos de quebra na segurança das informações, de



erros de coleta, apuração ou divulgação de dados, de resistência à prestação de informações. Todos esses pontos estão sendo tratados em projetos estratégicos institucionais relacionados ao aumento da segurança da informação, à implementação da gestão por processos, do sistema de gestão da qualidade e da cultura da melhoria contínua, bem como a sistematização de novas práticas que levem à redução da carga de solicitação excessiva de informação aos informantes.

No IBGE, os riscos críticos identificados nos diferentes processos de gestão, produção e suporte são avaliados em reuniões periódicas do Conselho Diretor, que estabelece as diretrizes e recomendações, visando à atuação dos gestores na realização de ajustes imediatos em suas rotinas de trabalho para tratamento ao risco e eficácia dos controles.

A Auditoria Interna agrega valor e melhora as operações da organização, com a prestação de serviços de avaliação que compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE. Quando eventuais situações adversas ou críticas, são identificadas e comunicadas à Administração, esta prontamente adota as medidas adequadas a cada caso. Atualmente, a equipe de auditores vem se preparando para incorporar em suas ações os princípios da auditoria baseada em riscos.

Quanto aos controles internos para reduzir os riscos críticos identificados no processo de produção de informações, a Instituição dispõe de algumas estratégias, estruturas e atos normativos que asseguram o cumprimento de seus objetivos, a obediência à legislação vigente e a proteção dos recursos em geral, reduzindo os riscos porventura identificados. Nesse aspecto é relevante mencionar:

- Procedimentos para o tratamento do sigilo das informações individualizadas e funcionamento do Comitê de Sigilo. Grupo de Trabalho sobre Segurança das Informações Estatísticas, com atribuições de examinar e propor processos de trabalho com vistas ao aprimoramento da segurança das informações de natureza estatística e à manutenção de seu sigilo;
- Procedimentos de segurança física e eletrônica - segurança física das instalações, controle de acesso, defesa contra *hackers*, transmissão dos dados com criptografia, remoção de atributos de identificação e proteção contra adulteração dos arquivos de dados;
- Realização de testes dos instrumentos e procedimentos de coleta;



- Realização de testes dos sistemas de coleta e apuração;
- Trabalho contínuo das equipes de controle e supervisão das atividades de campo em todas as pesquisas;
- Avaliação e acompanhamento contínuo do processo e análise dos resultados;
- Plano Anual de Treinamento visando ações de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores do IBGE;
- Publicação de manuais de procedimentos para lidar com erros de divulgação e mau uso dos dados e informações, valendo pela importância citar os documentos “Procedimentos para Lidar com Erros de Divulgação de Dados e Informações Estatísticas do IBGE” e “Procedimentos para Lidar com o Mau Uso dos Dados e Informações Estatísticas e Geoespaciais do IBGE”, que estão formalizados internamente por meio da norma de serviço da Diretoria de Pesquisa e do Conselho Diretor sobre os assuntos;
- Investimento na relação com os informantes, aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e de processos de trabalho, visando a eficiência com redução de custos e desonerando os informantes, o que inclui investimentos em formas alternativas de obtenção dos dados, intensificação de ações para acesso e uso de registros administrativos, conforme recomendação da Comissão Estatística das Nações Unidas;
- Oficina de Relação com o Informante do IBGE, como instância propositiva e responsável pela realização de estudos, consultas e levantamentos sobre temas afetos à relação com o informante;
- Implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e documentos complementares dessa Política. A POSIC e seus documentos complementares - (i) o Plano de Capacitação Contínua em Segurança da Informação, (ii) o Plano de Continuidade do Negócio, (iii) o Plano de Gerenciamento de Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações, e (iv) o Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações - definem diretrizes estratégicas e operacionais, responsabilidades e competências para garantir a confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das informações, além de outros princípios, difundindo as boas práticas e a cultura de segurança da informação no corpo de colaboradores do IBGE;
- Implementação da Política de Comunicação Integrada como um instrumento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação do IBGE;
- Realização de concurso para a reestruturação do quadro de pessoal, sempre que autorizado, em função das aposentadorias e do uso de novas tecnologias.
- O acompanhamento do cronograma de trabalho e da avaliação de desempenho, tanto individual quanto institucional; e
- A estrutura formada pela GEPAD, pela Comissão de Ética do IBGE e pela AUD. Assim, fica garantida a apuração de indícios de irregularidades, de modo a se promover a responsabilização em caso de comprovação.



4

Áreas Especiais da Gestão



4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 4 - Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	5.544	338	723
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	0	5.544	338	723
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5.530	336	719
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	12	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	5.050	2.801	1.949
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	4	0	6
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	0	10.598	3.139	2.678

Fonte: Fita espelho referente a dez/2017 e demais atualizações do SIAPE.

Notas:

- O número de ingressos no exercício refere-se à reposição de servidores nomeados do concurso público regido pelos editais 01/2015 e 02/2015.
- O número de ingressos para servidores com contratos temporários refere-se às contratações feitas pelo Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital 02/2016.
- O número de lotação autorizada para contratos temporários é igual ao número de vagas previstas e autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, presentes no edital 02/2016.
- O número de egressos dos contratados temporários refere-se às saídas por término de contrato no interesse da administração, por fim do tempo previsto em contrato ou a pedido. Os ingressos são a reposição desta força de trabalho.

Tabela 5 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	740	4.804
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1 + 1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4)	740	4.804
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	726	4.804
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	5.050
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	3
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	741	9.857

Fonte: Fita espelho referente a dez/2017 e demais atualizações do SIAPE.



Tabela 6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	390	370	368	378
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	67	63	23	347
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	50	21	316
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	8	0	5
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	2	2
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	8
1.2.5. Aposentados	0	1	0	16
1.3 Funções Comissionadas do Poder Executivo	323	314	345	31
2. Funções Gratificadas	0	1.259	564	454
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1.259	564	454
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2)	0	1.322	587	801

Fonte: Sistema de Dados Administrativos – SDA – acesso em jan/2018 e fita espelho do SIAPE referente a dez/2017.

Tabela 7 - Quantitativo de ativos por escolaridade real

Faixa Etária	Escolaridade Real	Nível Superior	Nível Intermediário	Total
0-30	Doutorado	3		
	Ensino Superior	98	488	
	Especialização	41	4	995
	Mestrado	62		
31-40	Ensino Médio		299	
	Doutorado	56		
	Ensino Superior	74	530	
	Especialização	155	13	1.192
41-50	Mestrado	180		
	Ensino Médio		184	
	Doutorado	84		
	Ensino Superior	39	127	685
51-60	Especialização	156		
	Mestrado	229		
	Ensino Médio		50	
	Doutorado	69		
> 60	Ensino Superior	25	592	1.655
	Especialização	138	1	
	Mestrado	99		
	Ensino Médio		731	
> 60	Doutorado	27	1	
	Ensino Superior	22	269	
	Especialização	135		1.003
	Mestrado	29		
	Ensino Médio	2	518	
Total de Ativos Permanentes				5.530

Fonte: Fita espelho de dez/2017.



Análise:

A reposição do quadro de servidores do IBGE vem sendo apontado como o maior desafio da área de recursos humanos da Instituição nos últimos seis anos. Uma grande parte das agências se encontra em situação extremamente preocupante, pois faltam servidores para a execução de atividades básicas. A grande maioria dos servidores ingressou na Instituição na década de 1980 e completam seu tempo de serviço, podendo solicitar aposentadoria. Em dezembro de 2017, 32% do quadro já recebia abono de permanência.

O número de servidores que tiveram aposentadoria concedida tem aumentado. Em 2017, teve-se o maior número de aposentadorias concedidas da história do IBGE. Foram mais de 600 servidores que deixaram o Instituto apenas neste ano, representando mais de 10% da força de trabalho efetiva e o dobro das vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento, referente aos 50% do último concurso.



4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 8 - Demonstrativo das despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Despesas Variáveis			Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e evidenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	358.512.536,86	8.282.440,64	266.315.842,11	19.435.133,26	46.946.528,62	2.558.445,37	10.067.145,56	304.406,46	637.178,02	713.059.656,90
Exercícios	2016	345.602.284,71	12.919.228,30	300.510.904,72	20.099.425,55	47.163.323,08	2.412.387,53	9.054.511,79	4.696.433,33	754.013,98	743.212.512,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	82.403.864,79	288.909,09	4.498.313,55	1.315.901,35	39.279.123,03	2.387.573,66	3.089,90	374,68	0,00	130.177.150,05
Exercícios	2016	74.047.147,93	328.504,06	4.422.390,77	1.361.319,84	40.145.853,59	2.429.893,98	3.155,82	49.661,43	0,00	122.787.927,42
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	503.968,24	0,00	28.871,07	19.070,03	54.740,97	0,00	1.603,31	0,00	0,00	608.253,62
Exercícios	2016	642.996,10	0,00	33.311,47	15.519,92	78.241,44	0,00	1.608,18	0,00	0,00	771.677,11
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	6.620.651,51	0,00	4.364.815,05	351.070,01	489.008,30	20.544,00	0,00	597,20	31.395,72	11.878.081,79
Exercícios	2016	6.820.780,61	0,00	5.497.873,82	359.881,26	535.041,74	29.238,43	664,35	300.062,29	32.772,00	13.576.314,50
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	81.899.896,55	0,00	4.450.334,34	1.287.346,34	39.213.415,69	2.387.573,66	0,00	374,68	0,00	129.238.941,26
Exercícios	2016	73.404.151,83	0,00	4.379.322,52	1.336.900,32	40.060.657,15	2.429.893,98	0,00	49.661,43	0,00	121.660.587,23

Fonte: Sistema de Dados Administrativos – SDA – acesso em jan/2018 e fita espelho do SIAPE.



4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Permanece como maior desafio do Instituto, a reposição de seu quadro de pessoal efetivo. Chegamos ao final de 2017 com 5.544 servidores efetivos, distribuídos em mais de 600 unidades. Este quadro não é suficiente para dar conta de todos os desafios que uma instituição responsável pela produção de informações estatísticas e geocientíficas possui.

A reposição de servidores efetivos nos concursos autorizados nos últimos seis anos não tem dado conta de restabelecer a mão de obra necessária para o IBGE. Isto coloca em risco o andamento de operações cruciais para a sociedade brasileira, como a PNAD contínua e o censo agropecuário.

Além disso, consta pendente por parte do Ministério do Planejamento a revisão da carreira, proposta pelo IBGE no final de 2014 como parte de um acordo firmado entre a Direção da instituição e a representação dos trabalhadores. Esta revisão do Plano de Carreira é fundamental para colocar a carreira do IBGE em patamar condizente com os desafios enfrentados rotineiramente por seus trabalhadores.

As ações de treinamento e capacitação dos servidores realizadas pela Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA) no ano de 2017 atingiram o resultado de 7.253 concluintes de cursos e/ou participantes de ações de capacitação nas modalidades presencial, a distância e híbrida.

Foram realizados 56 eventos de capacitação na modalidade presencial, destacando-se os vários cursos em gestão de projetos, processos e risco, todos temas importantes para implementação do planejamento estratégico no IBGE. Destaca-se, ainda, a continuidade da parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Escola de Administração Fazendária na modalidade presencial, iniciativas que buscam a eficácia das ações de capacitação em todo o Governo Federal. O IBGE capacitou 74 servidores na Semana Orçamentária, envolvendo todas as Unidades Estaduais (UEs) e administração central.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade a distância, vale mencionar que os mesmos se destinaram principalmente aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilita aos servidores o recebimento homogêneo de instruções para a coleta de dados, bem como uma diminuição dos custos relativos às ações de treinamento, alcançando toda a rede de coleta do IBGE. Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados



6.404 servidores, com destaque para o Treinamento das Pesquisas Estruturais por Empresas (1.407 concluintes) e Pesquisa de Orçamento Familiar (1.225 concluintes). Também se destaca a oferta de diversos cursos transversais para os servidores novos e demais servidores do IBGE: Conhecendo o IBGE, Introdução ao Geoprocessamento, Introdução à Demografia, Libras e Elaboração de Gráficos e Tabelas Estatísticas.

Em paralelo às modalidades presencial e a distância, destaca-se a experiência de capacitação na modalidade híbrida dos Seminários em Rede CTA. Em 2017, o tema dos seminários, Direitos Autorais, reuniu especialistas reconhecidos no tema e capacitou 96 servidores.

Do ponto de vista das iniciativas de suporte a esses produtos, a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento implementou a nova proposta de Levantamento de Necessidades; atualizou, já em 2017, o catálogo de eventos de capacitação tomado como referência para o levantamento do mesmo ano e implementou a nova estrutura gerencial, definindo as gerências de suporte e tecnologia e de solução de capacitação. Avançou ainda no seu mapeamento de processo, incluindo a Coordenação de Planejamento e Supervisão na revisão dos processos mapeados.

Em 2017, a gerência de Desenvolvimento de Pessoas da Coordenação de Recursos Humanos realizou diversas ações de desenvolvimento de pessoas, sendo as principais ações:

- Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que, com objetivo de desenvolver competências comportamentais (Desenvolvimento de Equipes; Relacionamento Interpessoal; Visão Sistêmica; Gestão do Conhecimento; Gestão da Excelência; Ética e Orientação à Sociedade), capacitando 315 gestores de diversas áreas do IBGE;
- Programa Educação Financeira, atingiu 41 servidores neste ano;
- Programa Novo Tempo que, com o objetivo de facilitar a reflexão sobre o momento da aposentadoria, atendeu 35 servidores; e
- PNeste ano, foram também analisadas 93 solicitações de Licença Capacitação e 610 solicitações para participação em eventos de capacitação de curta duração.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A política de contratação de estagiários no IBGE tem o objetivo de oferecer a oportunidade de capacitação e qualificação profissional de estudantes em áreas nas quais eles possam, além de aprender, auxiliar os trabalhos de alguma forma. Considerando as especificidades dos trabalhos realizados na Instituição, a presença dos estagiários é muito mais forte nas áreas meio do que nas áreas fim.



A tabela abaixo apresenta a distribuição dos estagiários por nível superior e nível médio, separados em áreas fim ou áreas meio, com a evolução destes números pelos trimestres de 2017. O montante de despesa gasto com estagiários foi de R\$ 3.043.337,74.

Tabela 9 - Composição do quadro de estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágios Vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1. Nível Superior	419	436	434	410
1.1 Área Fim	322	330	318	301
1.2 Área Meio	97	106	116	109
2. Nível Médio	153	177	183	169
2.1 Área Fim	84	96	98	80
2.2 Área Meio	69	81	85	89
3. Total (1 + 2)	572	613	617	579

Fonte: Sistema de Dados Administrativos IBGE, acesso em jan/2018.

O IBGE possui uma área específica para a seleção e o acompanhamento dos estagiários. Todos possuem a supervisão prevista em Lei e muitos participam de treinamentos e ações para seu desenvolvimento. O planejamento do quadro de estagiários é realizado por cada uma das áreas do IBGE e consolidado pelo RH com um ano de antecedência.

Por fim, vale ressaltar que todos os estagiários são avaliados semestralmente e, caso não atendam às necessidades e aos padrões estabelecidos por cada uma das áreas, são capacitados ou, em último caso, têm seu contrato de bolsa encerrado.

No Anexo 3 encontra-se a relação dos contratos de serviços de pessoal de apoio à Unidade.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículo é a IN do MP nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como normativos internos relacionados à referida IN, são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:



- Ordem de Serviço nº 4, de 25 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para registro de ocorrência de condutores autorizados a conduzir veículos oficiais ou a serviços do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 6, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos para controle de utilização de veículos oficiais em todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 7, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos para solicitação automatizada de veículos oficiais, próprios ou alugados, por todos os usuários lotados na Administração Central e nas Unidades Estaduais do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 1, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por multa de infração de trânsito e respectivo ressarcimento ao erário;
- Ordem de Serviço nº 2, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por acidente de trânsito visando à reparação do veículo e ressarcimento de danos.
- Ordem de Serviço nº 1, de 6 de junho de 2017 - Estabelece procedimentos para o registro diário de deslocamentos e custos com a utilização e manutenção de veículos oficiais, no Sistema de Veículos.

Por conta dos levantamentos e estudos que são realizados em todo o país, é imprescindível que o IBGE possua uma frota de veículos própria, capaz de viabilizar a realização da coleta de dados – que constitui parte crítica na logística de suas atividades fim – e, conseqüentemente, a tempestividade na divulgação dos resultados.

Ainda que o Instituto não detenha um estudo que avalie as implicações de eventual escolha pela terceirização integral da frota, sazonalmente são realizadas locações para suprir demandas de coleta de dados pontuais em zonas urbanas e rurais, que extrapolam a capacidade de atendimento pela frota de veículos própria.

Não obstante a frota de veículos próprios ainda não ser a ideal para as atividades inerentes a instituição, optou-se pela aquisição, em razão do alto custo dos gastos com locação, cuja média mensal de preços praticados no mercado é da ordem de R\$ 1.500,00. Em 2017 foram adquiridos e entregues 388 novos veículos para atender às demandas do Censo Agropecuário.

Durante o exercício de 2017 foram realizados vários remanejamentos na frota do IBGE, havendo a transferência de veículos entre as unidades para atendimento às necessidades de serviço de cada estado. Além disso, no caso de veículos inservíveis ou fora de uso, foram efetuados leilões para desfazimento.

Com relação à composição da frota, trata-se de um universo de 1.735 veículos, dos quais 1.195 são a álcool, 242 a gasolina e 298 a diesel. A média anual de quilômetros rodados, por tipo de combustível, está apresentada na Tabela 10, conforme distribuição na Sede e nas Unidades Estaduais do IBGE.


Tabela 10 - Média anual de quilômetros rodados por tipo de combustível nas unidades do IBGE

Unidade	Álcool			Gasolina			Diesel		
	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.
Sede	38	320.403	8.432	1	2.540	2.540	14	136.235	9.731
AC	12	58.972	4.914	0	0	0	12	231.538	19.295
AL	23	219.100	9.526	5	12.035	2.407	7	55.319	7.903
AM	13	104.705	8.054	8	14.747	1.843	7	69.979	9.997
AP	9	9.139	1.015	1	2.965	2.965	8	99.704	12.463
BA	79	758.003	9.595	17	47.996	2.823	24	263.860	10.994
CE	27	474.884	17.588	20	29.514	1.476	16	293.866	18.367
DF	18	223.204	12.400	2	14.262	7.131	19	211.761	11.145
ES	27	321.297	11.900	8	21.888	2.736	1	5.335	5.335
GO	41	564.272	13.763	17	106.283	6.252	16	294.717	18.420
MA	29	219.071	7.554	10	0	0	8	174.845	21.856
MG	163	1.303.688	7.998	14	64.881	4.634	9	130.781	14.531
MS	23	122.297	5.317	11	15.845	1.440	10	84.857	8.486
MT	29	238.064	8.209	0	0	0	23	586.622	25.505
PA	30	273.415	9.114	18	14.627	813	21	245.895	11.709
PB	21	203.364	9.684	3	2.770	923	5	106.300	21.260
PE	40	388.676	9.717	8	572	72	10	117.021	11.702
PI	33	404.000	12.242	12	10.602	884	6	202.267	33.711
PR	72	642.306	8.921	22	31.733	1.442	9	103.864	11.540
RJ	51	582.751	11.426	4	12.642	3.161	8	65.521	8.190
RN	25	197.588	7.904	2	5.931	2.966	5	95.512	19.102
RO	10	109.094	10.909	0	0	0	7	180.343	25.763
RR	13	90.839	6.988	10	22.548	2.255	9	85.139	9.460
RS	72	664.280	9.226	9	74.454	8.273	9	93.252	10.361
SC	54	525.776	10.111	20	43.725	2.186	11	131.610	11.965
SE	19	106.970	5.630	8	29.144	3.643	5	73.684	14.737
SP	202	1.521.905	7.534	12	51.951	4.329	10	114.290	11.429
TO	22	300.297	13.650	0	0	0	9	192.826	21.425
Total	1.195	10.948.360	9.162	242	633.655	2.618	298	4.446.943	14.923

Fonte: IBGE, 2018.

Em 2017, as despesas associadas à manutenção da frota somaram R\$ 10,9 milhões, considerando os seguintes tipos de despesas:

Tabela 11 - Despesas com manutenção da frota de veículos

Tipo de Despesa	Valor (R\$)
Combustível	5.851.227,01
Óleo Lubrificante	125.565,76
Lavagem e Lubrificação	122.865,07
Substituição de Peças	2.837.565,31
Mão de Obra	1.460.435,52
Pneus e Câmaras	264.928,67
Estadia	154.432,19
Outros	128.055,49
Seguro	53.100,44
Total	10.998.175,46

Fonte: IBGE, 2018.



Atualmente, a frota de veículos do IBGE está com a idade média de dez anos. Esse fator, associado ao custo de manutenção, substituição de peças e, sobretudo, à disponibilidade orçamentária, é considerado para a realização do plano de substituição.

Para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o IBGE possui um *Sistema de Veículos* cuja inserção dos dados se dá através dos documentos listados abaixo:

- Serviço de Veículo (SEV) - tem como finalidade registrar o condutor do veículo e anotação de cada movimentação (origem e destino), bem como a hora de início e fim de cada movimento, as respectivas quilometragens iniciais e finais e a finalidade. Tais dados, ao final do expediente, são lançados no sistema;
- Requisição de Veículos (REV) - destina-se a registrar a solicitação de transporte por meio da frota, por servidor, onde estão informados o local de destino e serviço a serem executados pelo solicitante do veículo.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A cada inventário realizado anualmente, as Unidades do IBGE indicam o *status* de conservação de cada veículo. Posteriormente, a comissão de alienação e desfazimento de materiais avalia, classifica e destina os veículos suscetíveis de alienação.

Em 2017, o IBGE realizou sete leilões, nos quais foram alienados 113 veículos da Sede e das Unidades Estaduais Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo. O valor de avaliação total dos veículos foi R\$ 625.632,73, sendo arrecadados R\$ 1.126.676,00 com as vendas e representando um ágio de 80% (Tabela 12).

Tabela 12 - Distribuição de veículos alienados e seus respectivos valores

Unidade Estadual	Quantidade total de veículos	Valor total de avaliação	Valor total de venda
Acre	4	R\$ 23.118,22	R\$ 48.200,00
Alagoas	6	R\$ 43.400,00	R\$ 61.511,00
Bahia	12	R\$ 42.497,40	R\$ 105.750,00
Ceará	17	R\$ 114.500,00	R\$ 271.700,00
Espírito Santo	12	R\$ 51.500,00	R\$ 57.200,00
Mato Grosso	8	R\$ 58.900,00	R\$ 80.450,00
Mato Grosso do Sul	9	R\$ 85.700,00	R\$ 113.300,00
Pará	10	R\$ 71.727,11	R\$ 168.100,00
Rio de Janeiro	7	R\$ 53.900,00	R\$ 108.300,00
Sergipe	6	R\$ 15.600,00	R\$ 18.866,00
São Paulo	17	R\$ 36.390,00	R\$ 43.810,00
Sede	5	R\$ 28.400,00	R\$ 49.489,00
Total geral	113	R\$ 625.632,73	R\$ 1.126.676,00

Fonte: IBGE, 2018.



4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Para a realização das atividades de levantamento e estudos, em todo o país, voltados para a produção e a disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, é necessário que o IBGE possua imóveis, para instalação tanto das Unidades Estaduais, quanto das Agências de coleta de dados.

O IBGE possui 66 imóveis próprios, sendo que deste total, dez estão desocupados por problemas estruturais dos prédios que se encontram sem condições de uso, e dois terrenos, que requerem disponibilidade orçamentária e financeira para construção.

Em 2017, foram gastos R\$ 2.371.571,59 com reformas em cinco imóveis, como segue: (i) Reforma das copas e banheiro da ala 2 do edifício sede do IBGE, na Avenida Franklin Roosevelt, onde estão situados a Presidência e a Diretoria Executiva; (ii) Substituição dos elevadores da ENCE; (iii) Reforma dos sanitários e copas da sede da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UE-MS); (iv) Substituição dos carpetes por piso vinílico nos pavimentos ocupados pelo IBGE no edifício da Av. Chile, onde estão situadas as Diretorias de Informática, de Pesquisas e parte da Geociências; (v) Reforma parcial da sede da Unidade Estadual de Santa Catarina (UE-SC).

No mesmo período foi pago o valor de R\$ 128.076,77 com projetos contratados externamente, sendo: (i) Reforma e adaptações em imóvel cedida para a sede da UE/AM (finalizado); (ii) Projeto Executivo para *DataCenter* Canabarro; (iii) Projeto Executivo para *DataCenter* São Paulo.

Em 2017, houve a atualização no valor de dois imóveis da sede, provenientes de benfeitorias, no valor total de R\$ 1.817.910,92, sendo R\$ 1.691.387,61 no imóvel da Rua Equador e R\$ 126.523,31 no imóvel da Rua General Canabarro.

As legislações que regulam a forma de controle, aquisição e locação de imóveis são:

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 - Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, regulamentado pela Portaria 249, de 13 de junho de 2012.
- Como normativos internos são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:
- Ordem de Serviço nº 3, de 9 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de bens imóveis a serem observados por todas as Unidades Administrativas do IBGE;



- Ordem de Serviço nº 2, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante convênio de cooperação técnica;
- Ordem de Serviço nº 1, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante cessão;
- Ordem de Serviço nº 6, de 28 de setembro de 2011 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de vagas de garagem e de imóvel para ser utilizado como estacionamento, e devem ser adotados por todas as Unidades Administrativas do IBGE.

Além do sistema SPLunet⁶, o IBGE possui um sistema institucional “Sistema de Bens Imóveis” para o acompanhamento e controle das locações, uma vez que, por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 583 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma infraestrutura de imóveis visando a coleta de dados imprescindíveis para a realização das suas atividades.

A Tabela 13 apresenta a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União.

Tabela 13 - Distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União

Localização Geográfica	Exercício 2017
Acre	1
Alagoas	1
Amazonas	1
Bahia	4
Ceará	7
Distrito Federal	2
Espírito Santo	0
Goiás	1
Maranhão	6
Minas Gerais	4
Mato Grosso	3
Mato Grosso do Sul	1
Pará	2
Pernambuco	2
Piauí	1
Paraíba	0
Paraná	1
Rio de Janeiro	16
Rio Grande do Norte	1
Rondônia	1
Roraima	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	1
São Paulo	4
Sergipe	1
Tocantins	3
Total	66

Fonte: SPLunet, 2018.

⁶ Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União: ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União com o objetivo de manter atualizado e operacional o cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, Unidade Gestora (UG) ou locatários e arrendatários.



4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O IBGE não possui nenhum imóvel cedido a terceiro para utilização de espaço físico.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Como política para obtenção de imóveis, por meio de normativos internos, é orientado a todas as Unidades, previamente à opção pela locação de um imóvel, a consulta à Gerência Regional de Patrimônio da União, ao governo estadual, prefeituras locais e outros órgãos públicos, quando for o caso, acerca da disponibilidade de imóveis para cessão. Desse resultado conseguiu-se um total de 194 imóveis cedidos. No entanto, em virtude da crise econômica que atravessa o país, alguns convênios foram descontinuados e, por consequência, substituídos por locações perfazendo um total de 376 imóveis, em todo o território nacional.

A Tabela 14 apresenta a distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros.

Tabela 14 - Distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros

Localização Geográfica	Exercício 2017
Acre	3
Alagoas	5
Amazonas	4
Amapá	1
Bahia	38
Ceará	6
Distrito Federal	5
Espírito Santo	7
Goiás	18
Maranhão	20
Minas Gerais	34
Mato Grosso do Sul	9
Mato Grosso	8
Pará	14
Paraíba	9
Pernambuco	13
Piauí	12
Paraná	36
Rio de Janeiro	23
Rio Grande do Norte	4
Rio Grande do Sul	37
Rondônia	5
Santa Catarina	23
Sergipe	6
São Paulo	28
Tocantins	8
Total	376

Fonte: SDA, Sistema de Imóveis/IBGE.



4.3 Gestão da tecnologia da informação

A Diretoria de Informática (DI), de acordo com a R.CD nº 23 de 19 de setembro de 2016, é responsável pela administração dos recursos de Informática e pelo gerenciamento do processo permanente de prospecção, absorção e disponibilização de novas tecnologias, bem como pela administração do acervo de dados do IBGE, atividades estratégicas para o cumprimento da missão institucional.

A DI e o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) orientam a utilização dessas tecnologias nas atividades de produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, estabelecendo uma linguagem comum às unidades do IBGE e outros órgãos governamentais. Esta orientação se dá através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) do IBGE, documento que norteia o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Instituição.

O PDTI do IBGE é revisto e publicado anualmente e utiliza como princípio norteador o documento Estratégia Geral de Tecnologias da Informação (EGTI). Este documento indica, de forma panorâmica, quais as tecnologias que serão objeto de análise por parte do corpo técnico do IBGE, para estudos, verificação de adequação às necessidades, aquisição, incorporação, uso, manutenção e suporte. O EGTI trata, muitas vezes, de tecnologias necessárias ao trabalho ou de prospecções que sejam, de alguma forma, interessantes para melhorias ou mesmo mudanças de processo de trabalho da Instituição, mas ressalta que a vinculação de qualquer tecnologia deve estar inserida, de forma direta ou indireta, ao Planejamento Estratégico do IBGE.

A Diretoria de Informática, responsável pela administração e suporte da infraestrutura e dos serviços de informática, presta assistência específica às diferentes áreas setoriais do IBGE, desenvolvendo programas e sistemas customizados, segundo as demandas e necessidades.

A força de trabalho dessa Diretoria apresenta 243 servidores efetivos e 36 estagiários. Cabe destacar que não existem funcionários de TI de outros órgãos, bem como, funcionários terceirizados prestando serviços de TI.

O órgão tem passado por uma grande perda de funcionários efetivos, principalmente em decorrência de aposentadorias. Este fato tem sobrecarregado os servidores presentes em suas tarefas diárias e impactado na disponibilidade para realização de treinamentos mais efetivos. Observa-se que no período de 2017, um servidor realizou e concluiu o mestrado em Informática e um servidor encontra-se cursando doutorado em Ciência da Informação.



Quanto ao gerenciamento de serviços TIC implementados na unidade, destacam-se:

- O gerenciamento de serviços de TIC relativo a solicitações dos usuários internos quanto a requisição e incidentes, são centralizados em uma única Central de Atendimento (GLPI - *Gestionnaire Libre de Parc Informatique*), com os seguintes requisitos: (i) possuir uma ferramenta *web* única, flexível para a necessidade da organização e facilmente acessado por todos os colaboradores; (ii) possuir um fluxo único de atendimento; (iii) dados *online* auxiliando desde o usuário até os níveis gerenciais; Baixo custo (realizada em *software* livre); (iv) níveis de visibilidade de informações entre os Complexos do Rio de Janeiro e Unidades da Federação.
- Manutenção do Parque Computacional através do *Microsoft System Center*. O *Microsoft System Center (Configuration Manager)* tem como função apoiar a área de informática do IBGE a gerenciar e acompanhar sua infraestrutura, composta de estações trabalho, servidores e elementos ativos de rede, juntamente com o desenvolvimento de configurações padrões para os microcomputadores de toda a rede IBGE a fim de garantir maior segurança para as informações da Instituição. Este sistema permite a administração, a gestão, a criação e distribuição de pacotes de *softwares* segundo autorizações. A utilização do *System Center*, entre outras funções, permite a avaliação da frequência de uso de produtos que estejam instalados no computador de cada funcionário. O *Microsoft System Center (Operations Manager)* é responsável pelo gerenciamento de falhas e de desempenho de todos os servidores Linux e Windows, banco SQL Server, aplicações (através de requisições em portas TCP, *get http*, *get icmp* e *get snmp*), *hardware* físico e das máquinas virtuais Hyperv e VMWare.
- Para o gerenciamento dos Dispositivos Móveis de Coleta (DMC), utilizados na coleta de dados, é utilizada a Solução *Mobile Device Management (MDM)* da marca sueca SNOW, adquirida por licitação pública na modalidade de pregão eletrônico, que possibilita a administração remota de todos os dispositivos, controlando o tráfego de dados, o funcionamento de todos os dispositivos, permitindo assistência remota em caso de falhas nos aplicativos, controle de acesso, formatação do equipamento sem possibilidade de perda de dados sensíveis coletados em caso de roubo ou extravio, entre outras funcionalidades.
- Gerenciamento e Monitoração de Redes faz uso de metodologias/tecnologias que promovem o gerenciamento de rede com base em *softwares* livre, código-fonte aberto, permitindo sua customização e personalização com base no ambiente de rede do IBGE.
- Gerenciamento centralizado dos *firewalls* do IBGE, permitindo a prevenção, identificação e resposta a ameaças e ataques à segurança das redes do IBGE, além do fácil acesso a informações de acessos dos usuários internos e externos, com informações disponíveis em tempo real ou por meio de relatórios personalizados.
- Gerenciamento da rede sem fio que também é feito de forma centralizada e com informações em tempo real dos dispositivos e usuários que acessam as redes do IBGE.



Na área de desenvolvimento ocorre a utilização do *Team Foundation (Microsoft)* e do *Redmine (software livre)*, que permite aos gerentes de projeto e desenvolvedores gerenciar o processo de desenvolvimento da solução, bem como facilitar o processo de colaboração entre os membros da equipe.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos

Conforme descrito no PDTI 2018, no prelo, o resultado do investimento realizado pelo IBGE nos anos de 2016 e 2017, tanto pelo projeto de repotencialização do parque instalado quanto pelo projeto do Censo Agropecuário, possibilitou a realização dos seguintes itens de maior relevância que estavam classificados como Metas e Ações de 2016-2017:

- Criação de *Data Center* Secundário do IBGE na UE/SP – inaugurado em 20 de outubro de 2017, conforme proposta técnica sugerida em PDTIs anteriores teve a concordância do Conselho Diretor do IBGE e encara-se como fundamental à segurança dos dados e da produção de informações do IBGE, em caso de inoperância do CPD Principal;
- Censo Agropecuário – iniciado em 1º de setembro de 2017, com previsão de término da fase de coleta em 28/02/2018, o PDTI anterior indicou um número significativo de aquisições e de serviços que ocupou, de sobremaneira, as equipes da DI e da DE. A operação censitária é, na Diretoria de Informática, um projeto que demanda que todas as coordenações estejam não somente sincronizadas, mas também integradas, tornando-se um projeto central que exige atenção contínua;
- Repotencialização do parque instalado de TIC – negociação pelo ex-presidente do IBGE e pela Diretoria Executiva de Emenda Parlamentar – Projeto de Lei que ofereceu orçamento específico ao IBGE para repotencialização de equipamentos servidores e toda uma gama de equipamentos, *software* e serviços demandados pela DI a partir do levantamento do CTIC e percepção de melhorias da DI, ocorrido no final de dezembro de 2016, possibilitando aquisições significativas para a Instituição. Fora esse investimento significativo, houve também o aporte financeiro para a realização do Censo Agropecuário.

Para a operação do Censo Agropecuário, foram adquiridos 27.166 DMCs, todos enviados para as Unidades Estaduais, a fim de serem distribuídos pelos postos de coleta. Uma reserva técnica é mantida nas UEs para fazer frente às perdas com roubos, furtos ou quebras que acontecem numa operação desse porte. Findo o Censo Agropecuário, o IBGE reutilizará os mesmos para as operações estatísticas contínuas (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, entre outras), para as pesquisas geocientíficas, e uso na administração dos recursos materiais, como frota de automóveis. Além desses DMCs, o IBGE adquiriu também, para o Censo



Agropecuário, 1.800 *laptops* com processador Celeron que serão distribuídos para as UEs, 225 *laptops* com processador i7 para atender a demanda de técnicos que trabalhem com desenvolvimento de sistemas e tratamento de imagens e que tenham necessidade de mobilidade.

Para o projeto de repotencialização do parque de TIC e para o Projeto do Censo Agropecuário do Brasil, foram adquiridos:

- 17 servidores para serem utilizados nas UEs, atendendo ao projeto de deslocamento de servidores entre as Unidades Estaduais;
- 16 lâminas *blades*;
- 25 Servidores de *rack*;
- 150 TB *storage* para o *Data Center* Canabarro;
- *Virtual Tape Library* (StoreOnce 4500), para armazenamento e replicação dos *backups* entre *sites*, com capacidades de 200TB (Canabarro e Chile) e 80TB (SP);
- 3 PB de armazenamento em fita no robô TS4500;
- 1 NAS de 120 TB;
- 2 *switches* SAN de 16 Gbps para *Data Center* da Canabarro e 8 Gbps para os CPDs Chile e SP;
- 80 TB *storages* AllFlash;
- 969 *desktops*;
- 225 *laptops* i7;
- 50 *laptops* 2 em 1;
- 187 *switches* gerenciáveis (com e sem PoE) de camada 2;
- 6 *switches* de núcleo, de camada 3, de grande porte para os *Data Centers*;
- 14 *switches* de topo de *rack* para os *Data Centers*;
- 10 *firewalls* e 1 *software* de gerenciamento destes equipamentos;
- 300 pontos de acesso *Wi-Fi* e equipamentos de gerenciamento da solução;
- 2410 roteadores sem fio para postos, subáreas e agências;
- 600 *switches* não gerenciáveis para as agências;
- 620 adaptadores VoIP (ATA);
- 35 equipamentos de videoconferência em alta definição.



Dentre as Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade, observa-se:

- Gerenciamento e Monitoração de Redes - uso de metodologias/tecnologias que promovem o gerenciamento de rede com base em *softwares* livre, código fonte aberto, permitindo sua customização e personalização com base no ambiente de rede do IBGE.
- Aquisição dos *switches* L3 (*switches* de núcleo para Unidade Estaduais) para atender ao Projeto de Aquisição para Ativos de Redes, que visa a utilização dos ativos próprios em detrimento ao contrato de prestação de serviço para estes tipos de ativos de redes;
- Em 2017 foi implantado o Projeto de publicação de AS (Sistema Autônomo) - planejamento via processo para contratação de provedores de acesso à *internet* para transporte e publicação do AS do IBGE, dando independência dos blocos de endereços IP públicos utilizados no IBGE, dos provedores de serviço de acesso *internet* e da política de roteamento.
- Aquisição de *firewalls* e *switches* de *Data Center* visando a substituição e modernização dos equipamentos de comunicação e segurança de redes em detrimento ao contrato de prestação de serviços para estes tipos de ativos de rede.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Dentre os inúmeros sistemas desenvolvidos e utilizados pela Instituição, apresentam-se:

Para a área de Pesquisas Estatísticas:

- Conjunturais: Abate, Couro, Leite, POG, Estoq, LSPA, PIM PF, IPP Indústria Extrativa e de Transformação, PNAD Contínua, PMS, PMC, SINAPI e SINPC;
- Estruturais Econômicas: PPM, PEVS, PAM, SIMCAD, PAIC, PIA Empresa, PIA Produto, PAC e PAS.
- Estruturais Sociodemográficas: Registro Civil, AMS, PNSB, Munic e Estadiv.
- Para novos projetos estatísticos: ampliação do SNIPC, Censo Demográfico 2020, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), POF, Censo Agropecuário 2017 e SNPA.

Para a área de Geociências:

- Área Territorial Brasileira – 2016;
- Áreas Urbanizadas do Brasil;
- Atlas Nacional Digital do Brasil - versão 2017;
- Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil;



- Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária – Cana;
- Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016;
- Malha Municipal - 2016;
- Mapas Municipais para Estimativas Populacionais;
- Mapeamento de Recursos Naturais – 101 folhas (escala 1:250.000) nos temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia – 2007 e Vegetação – 2010;
- Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil;
- Regiões Geográficas;
- Tipologia Intraurbana.

Para a área de Disseminação de Informações:

- Página Institucional;
- IBGE *Teen* – Disseminação de informações para o público adolescente;
- IBGE 7 a 12 – Disseminação de informações para o público infantil;
- SIDRA (Sistema de Informações para Dados Agregados) e BME (Banco Multidimensional de Estatísticas).

Para a área Administrativa e Educacional:

- Processos Automatizados – Acidente de Trânsito, Ausência para Doação de Sangue, Ausência por Casamento, Ausência por Falecimento de Pessoa da Família, Autorização para Dirigir Viaturas Oficiais, Certidão de Nada Consta, Comprovação de Escolaridade dos Dependentes, Designação de Gestores de Contratos, Designação de Operador de Documentos Fiscais, Expedição de Materiais (Solicitação), Fiscalização de Contratos, Indenização de Trabalho no Campo, Contestação de GRU para Telefonia, Licenças Paternidade e Capacitação, Manutenção Predial, Participação em Evento de Curta Duração, Requisição de Veículos, Ressarcimento de Plano de Saúde e Odontológico;
- Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência;
- Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta;
- SDA – Sistema de Dados Administrativos;
- Sistema de Afastamento do país;
- Sistema de Afastamento de Pós-Graduação;
- Sistema de Auxílio Transporte;
- Sistema de Avaliação de Desempenho;



- Sistema de Concurso Público;
- Sistema de Saúde;
- Sistema de Estrutura Orçamentária;
- Sistema de Suprimento de Fundos;
- Sistema de Documentos Fiscais;
- Sistema de Protocolo;
- Sistema de Unidades Organizacionais;
- Sistema de Atos e Documentos;
- Sistema de Almoxarifado;
- Sistema de Bens Móveis;
- Sistema de Bens Imóveis;
- Sistema de Veículos;
- Sistema de Contratos;
- Sistema de Gratificação DAS-FG;
- Escola Virtual;
- Sistema de Gestão de Alunos;
- Central de Atendimento

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Os anos de 2016 e 2017 foram um tanto complexos para a Instituição e para o próprio país. Particularmente no IBGE, ocorreu uma mudança na Diretoria de Informática em meados de abril de 2017 e, em seguida, uma mudança na Presidência do IBGE. Tais alterações resultaram em um atraso no Planejamento Estratégico do IBGE, que se esgotou em janeiro de 2016, e o mesmo ainda não pôde ter sido concluído, apesar dos esforços da Diretoria Executiva e das equipes que compuseram as inúmeras oficinas de trabalho e discussões com todo corpo do IBGE.

Apesar disso, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (PDTI) 2018 encontra-se em fase de finalização. O PDTI 2018 retrata, de forma



preliminar, a primeira versão do Planejamento Estratégico de 2016 a 2020, que se encontra em nova reestruturação, dada a recente presidência no IBGE, devendo ser aprovado no primeiro trimestre de 2018.

O PDTI, que prevê a atualização anual, foi devidamente discutido no Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (CTIC), tendo como um dos princípios norteadores o alinhamento dos objetivos institucionais de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) às estratégias e metas da instituição, de maneira inteligente, cooperativa e menos onerosa aos cofres públicos.

Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização do PDTI segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; bem como do Tribunal de Contas da União; da Controladoria-Geral da União; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Em razão da necessidade de atendimento às exigências legais dos órgãos reguladores do Governo Federal, foram elaborados, em 2013, os documentos Estratégia Geral de Tecnologias da Informação para 2013-2015 (EGTI 2013-2015), que traz os objetivos estratégicos da área de TI na Instituição para o período considerado, e encontra-se disponibilizado, tanto na Intranet quanto no portal do IBGE na *internet*, para consulta pública. Cabe destacar que, a partir da publicação do novo Planejamento Estratégico do IBGE para 2016-2020, ter-se-á uma nova EGTI 2016-2020.

Para a elaboração do PDTI 2018, assim como os anteriores, todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE foram consultadas quanto às suas demandas de TIC. O referido documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE como aderentes às políticas da Instituição nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos.

O CTIC, que tem o objetivo de reunir competências para elaboração e gestão permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, é formado por: três representantes da Diretoria de Informática, sendo um deles o Diretor de Informática, que exerce a Presidência do Comitê, e o outro a Secretaria-Executiva; dois representantes da Diretoria-Executiva; dois representantes da Diretoria de Pesquisas; dois representantes da Diretoria de Geociências; dois representantes do Centro de Documentação e Disseminação



de Informações; um representante da Coordenação Operacional de Censos; um representante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; um representante do Gabinete da Presidência.

Cabe destacar que o IBGE obteve menções muito honrosas nos dois últimos levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU, tendo, em dezembro de 2016, sido classificado como o primeiro colocado no grupo Fundações (total de 15 fundações), primeiro colocado no grupo SISP – Poder Executivo (total de 225 instituições) e quinto colocado geral, de 368 instituições – um reconhecimento externo de sua gestão nessa área. Tal excelente colocação obriga a Diretoria, no entanto, a manter ou melhorar seus índices mensurados pelo TCU. O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando fortemente em novas frentes de trabalho quanto ao aumento de maturidade na gestão das TICs, como o investimento e esforços quanto à Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), quanto à Gestão de Riscos em TICs e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores.

Identificamos no PDTI um instrumento de consulta e de trabalho para todos os funcionários e colaboradores do IBGE no que diz respeito à existência e às tendências institucionais no uso das TICs.

Quanto à periodicidade das reuniões do Comitê, houve reuniões gerais do CTIC, durante o ano de 2017 e já em 2018, tratando fundamentalmente dos seguintes pontos: novo levantamento de necessidades para o PDTI anual, levantamento de demandas das Unidades Estaduais, validação do levantamento, leitura e crítica do PDTI 2018 e, por último, de levantamento e distribuição de cópias de programas adquiridos. Por ser um colegiado, todas as demandas são apresentadas e discutidas, o que o IBGE julga ser bastante salutar. Além das reuniões formais, o CTIC tem um canal de comunicação ágil através de uma lista de participantes no correio eletrônico, onde novas legislações, regulamentações e decisões de órgãos externos ou do Conselho Diretor do IBGE são habitualmente disseminadas entre os membros dessa lista.

As últimas versões do PDTI e do EGTI encontram-se disponibilizados no sítio do IBGE e arquivados nos Documentos Institucionais, no seguinte endereço:

<https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge.html>



4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

As diretrizes institucionais para a sustentabilidade foram planejadas para serem implementadas no trabalho cotidiano de gestores, servidores e demais profissionais, em uma concepção de sensibilização e conscientização, voltadas tanto para a racionalização de gastos públicos quanto para a promoção de mudanças de hábitos e atitudes em prol da sustentabilidade.

As diretrizes e ações relacionadas à sustentabilidade são discutidas e definidas pelo Comitê Gestor da Sustentabilidade (CGS), presidido pelo Diretor Executivo do IBGE e composto por representantes de todas as Diretorias e dois representantes de Unidades Estaduais. As reuniões acontecem no Rio de Janeiro. Para 2018 está prevista a publicação de nova portaria de designação dos membros do CGS, posto que alguns dos servidores que compunham o Comitê já se aposentaram.

Pretende-se que as ações planejadas pelo Comitê Gestor sejam implementadas com o suporte dos Grupos Executivos de Sustentabilidade (GES), formados por servidores, indicados pelas Unidades Estaduais e demais Complexos do IBGE, que concluíram o curso de capacitação no tema em 2015 e 2016. Os GES irão atuar de forma integrada, em nível nacional, nas ações que promovam práticas e hábitos de consumo sustentáveis, sendo responsáveis locais pela implementação e monitoramento de ações socioambientais, pelo subsídio de informações para compor a base de dados para o cálculo dos indicadores estabelecidos e pela disseminação estadual da cultura da sustentabilidade, seguindo diretrizes discutidas pelo Comitê Gestor. Atualmente, entretanto, as iniciativas de sustentabilidade nos estados são realizadas de modo pontual e pouco coordenadas. Esperamos que a atuação articulada aconteça a partir de 2018, com a institucionalização dos GES e sob a supervisão do CGS.

Em 2017, foi elaborado o Relatório de Resultados do Plano de Logística Sustentável 2014-2016 (PLS). Esse relatório apresenta e analisa os resultados dos indicadores e das ações do referido plano implementadas no período, constituindo um importante subsídio para a elaboração do novo PLS do IBGE. O documento em sua versão final formatada e revisada será publicado na intranet da Diretoria Executiva no início de 2018.

Apresentado em sua versão preliminar pela Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS) às demais coordenações da Diretoria Executiva no mês de outubro de 2017, o Relatório de Resultados do PLS 2014-2016 representa um marco no que diz respeito



à identificação de importantes questões metodológicas relacionadas à medição e acompanhamento do desenvolvimento do IBGE no âmbito da sustentabilidade. Tais questões serão objetos de discussão, por parte do CGS, para que a elaboração e posterior implementação do próximo PLS institucionalize métodos e práticas de monitoramento de indicadores, a fim de que os resultados por eles gerados possam ser utilizados como instrumentos de gestão para a proposição de melhorias.

A análise dos dados revelou alguns avanços no período 2014-2016: o percentual de bens móveis adquiridos pela Coordenação de Recursos Materiais (CRM), utilizando critérios de sustentabilidade, saltou de 0% em 2014 para 45% em 2016. Este indicador, contudo, caiu para 25% em 2017. Quanto aos contratos de obras e manutenção predial celebrados pela CRM em 2014, 80% deles utilizaram critérios de sustentabilidade. Em 2015, este percentual alcançou o valor de 100%, marca que foi mantida nos anos subsequentes de 2016 e 2017.

Em 2017 o IBGE investiu em capacitação para a elaboração de relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*. A publicação dessa modalidade de relatório possui os seguintes objetivos: (i) avaliar o nível de maturidade de uma organização no âmbito de seu desenvolvimento sustentável; (ii) comunicar aos *stakeholders* os esforços e o progresso organizacional nas dimensões econômica, social e ambiental; (iii) monitorar de forma contínua o desempenho organizacional no campo da sustentabilidade; (iv) viabilizar o *benchmark* com outras instituições; (v) evidenciar como a organização influencia e é influenciada por expectativas e tendências relacionadas ao desenvolvimento sustentável; e (vi) subsidiar o planejamento de mudanças gerenciais rumo à sustentabilidade. Ademais, as diretrizes da GRI têm sido amplamente adotadas por empresas de diversos países quando estas elaboram seus relatórios de sustentabilidade.

Nesse contexto, foi financiado pelo IBGE a participação de um de seus servidores da Diretoria Executiva no Treinamento para Elaboração de Relatório de Sustentabilidade GRI, oferecido pelo Instituto COPPEAD de Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Espera-se que em 2018 a elaboração do novo PLS do IBGE e posterior publicação de seus relatórios de acompanhamento já sejam beneficiados pelo conteúdo do referido treinamento. Também em 2018 estão previstos novos investimentos em capacitação do quadro de servidores ligados à elaboração e implementação do PLS, de modo a tornar o plano mais efetivo e viabilizar a disseminação do conhecimento assimilado pelos alunos aos demais servidores do Instituto.



Adicionalmente às atividades de capacitação, houve a participação de servidores da Diretoria Executiva em eventos relacionados a boas práticas de gestão e troca de experiências organizacionais no campo da sustentabilidade. Foram exemplos desses eventos em 2017: (i) Gestão Ambiental no Poder Público: A Experiência do TRE-RJ, evento promovido pelo Exército Brasileiro no Município do Rio de Janeiro; (ii) Seminário de Engajamento e Estratégia para Sustentabilidade, evento promovido pela consultora Report Sustentabilidade e a GRI, também no Município do Rio de Janeiro; e (iii) Cerimônia de lançamento do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizada no Município de Niterói. A participação de servidores em eventos como esses deve continuar em 2018, a fim de promover a incorporação e disseminação de melhores práticas presentes no mercado e no setor público dentro do IBGE, além de estimular a criação de *networking* que auxilie o Instituto a aprimorar a sua gestão.

O PLS 2014-2016 está disponível no sítio do IBGE na intranet. O Plano e suas ações, desdobramentos, documentos de referência, decisões do Comitê Gestor e próximos passos, estão também publicados na intranet da Diretoria Executiva.

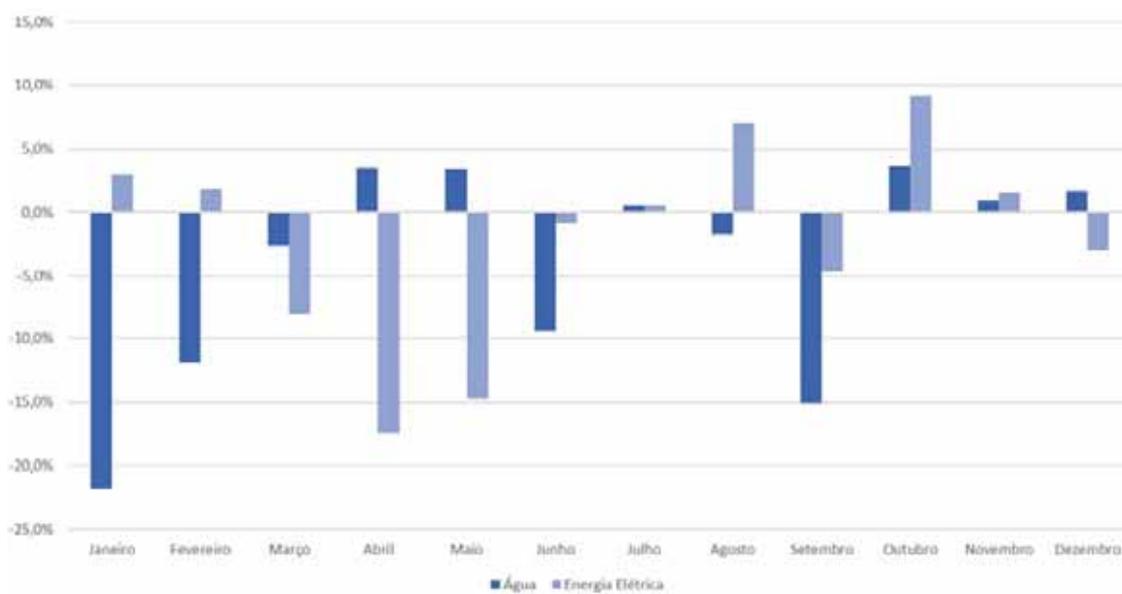
Quanto à coleta seletiva e destinação para associações e cooperativas de catadores, algumas unidades já realizam todo o processo, mas ainda é preciso avançar com relação ao PLS institucional para ter esse modelo implementado em toda a Instituição. Já em relação à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), não há participação direta do IBGE na mesma, embora o Instituto pretenda elaborar o seu próximo PLS compreendendo os seis eixos temáticos da A3P: (i) uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) gestão adequada de resíduos gerados; (iii) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (iv) sensibilização e capacitação dos servidores; (v) compras públicas sustentáveis; e (vi) construções sustentáveis.

O IBGE vem envidando esforços para garantir o monitoramento do consumo, especialmente de água e energia elétrica, em atendimento às orientações ministeriais e, nesse caso, alguns resultados já podem ser observados. Após a publicação da Portaria número 23/2015, que “Estabelece práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água”, há o monitoramento sistemático pelo Ministério do Planejamento quanto à utilização do Sistema Esplanada Sustentável (SisPES). Nesse sistema são informados mensalmente os dados referentes ao consumo de água e energia elétrica de todas as unidades do IBGE. Assim, através da comparação mês a mês entre os anos de 2016 e 2017, verifica-se uma queda significativa tanto no consumo de água



quanto no consumo de energia elétrica ao longo do ano de 2017, conforme observado no Gráfico 6. Cabe destacar, porém, que aperfeiçoamentos no monitoramento de tais indicadores ainda devem ser realizados de modo a garantir a inexistência de qualquer inconsistência relacionada aos dados coletados.

Gráfico 6 - Variação do consumo mensal de água e de energia elétrica - IBGE - 2017/2016



Fonte: Sistema de Documentos Fiscais SDF/IBGE.

Apesar de avanços no tema nos últimos anos, o IBGE ainda necessita aperfeiçoar seu processo de gestão da logística sustentável, o que inclui o planejamento de ações e a definição dos mecanismos e rotinas de análise das informações, tomada de decisões e mobilização de gestores e servidores para o alcance de resultados. Em 2018 será atualizado o Plano de Gestão da Logística Sustentável para o período 2018-2020 e serão executadas e monitoradas as ações prioritárias de sustentabilidade e de racionalização de gastos, assegurando aderência ao Plano Estratégico e às determinações e diretrizes legais, incluindo as recomendações do TCU para melhoria do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA), indicador pelo qual será avaliado o desempenho dos órgãos da administração pública federal no âmbito da sustentabilidade.

Ao término de 2017, houve a atualização do Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional 2017-2027. Nesse contexto, a dimensão da sustentabilidade organizacional foi inserida no Objetivo Estratégico: "Implementar a gestão voltada para resultados". A esse Objetivo associa-se o Projeto "IBGE sustentável", com o objetivo geral de institucionalizar a Gestão da Logística Sustentável no IBGE, contribuindo para a criação de uma cultura organizacional que promova, gradualmente, a melhoria



contínua das práticas de sustentabilidade e de racionalização de gastos no IBGE. O projeto tem início previsto para janeiro de 2018 e previsão de término em janeiro de 2020. O projeto inclui:

- a. Retomar o trabalho do Comitê Gestor da Sustentabilidade (CGS) e atualizar a portaria de designação de seus integrantes;
- b. Entender e analisar a situação atual do processo de Gestão da Logística Sustentável;
- c. Revisar, atualizar e publicar o Plano de Gestão da Logística Sustentável do IBGE para o período 2018-2020, contendo objetivos e responsabilidades, ações prioritárias para sustentabilidade, racionalização de gastos, otimização de processos e eliminação de desperdícios, indicadores, metas e prazos de execução, assegurando aderência às diretrizes legais sobre o tema;
- d. Formalizar a atuação dos Grupos Executivos da Sustentabilidade (GES), envolvendo as Unidades Estaduais;
- e. Acompanhar a implementação das ações priorizadas durante o período de vigência do Plano, instituindo rotinas de coleta e análise periódica de dados e indicadores e estabelecendo mecanismos de monitoramento de desempenho e de tomada de decisão;
- f. Elaborar e publicar semestralmente relatório com os resultados alcançados a partir da implantação das ações do PLS, conforme preconizado pela IN MPOG nº10/2012;
- g. Elaborar e publicar ao término de cada ano o relatório de acompanhamento do PLS, contendo a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente, conforme preconizado pela IN MPOG nº10/2012;
- h. Inserir Módulo do projeto estratégico IBGE Sustentável no Sistema de Dados Administrativos (SDA), possibilitando o acesso do usuário aos indicadores do PLS e ao valor do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade do Instituto;
- i. Redesenhar uma nova forma de trabalho e implementar melhorias no processo de Gestão da Logística Sustentável; e
- j. Ativar a nova operação, com o acompanhamento dos gestores para apuração de resultados.

O Projeto gerará como entregas ainda em 2018: (i) PLS revisado e implementado; (ii) Projeto IBGE sustentável ampliado, divulgado, com parte das ações implementadas e acompanhadas por meio de indicadores.

O início efetivo dos projetos estratégicos, incluindo a implementação do PLS revisado e o acompanhamento das ações e resultados pelo Comitê Gestor, é intenção para



2018 e espera-se que resulte na mudança gradual de cultura, em maior racionalização dos gastos ordinários (energia elétrica, água, telefone, papel etc.), efetivo combate a pequenos desperdícios e hábitos e práticas institucionais voltadas para a sustentabilidade.

Pretende-se que em 2018 sejam publicados no sítio do IBGE na internet os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas nos projetos e no PLS e sejam apresentadas as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores, contribuindo para o aumento gradativo da conscientização e mobilização do quadro de colaboradores do Instituto, além de promover a adequação e ampliação das práticas de sustentabilidade por todo o IBGE.

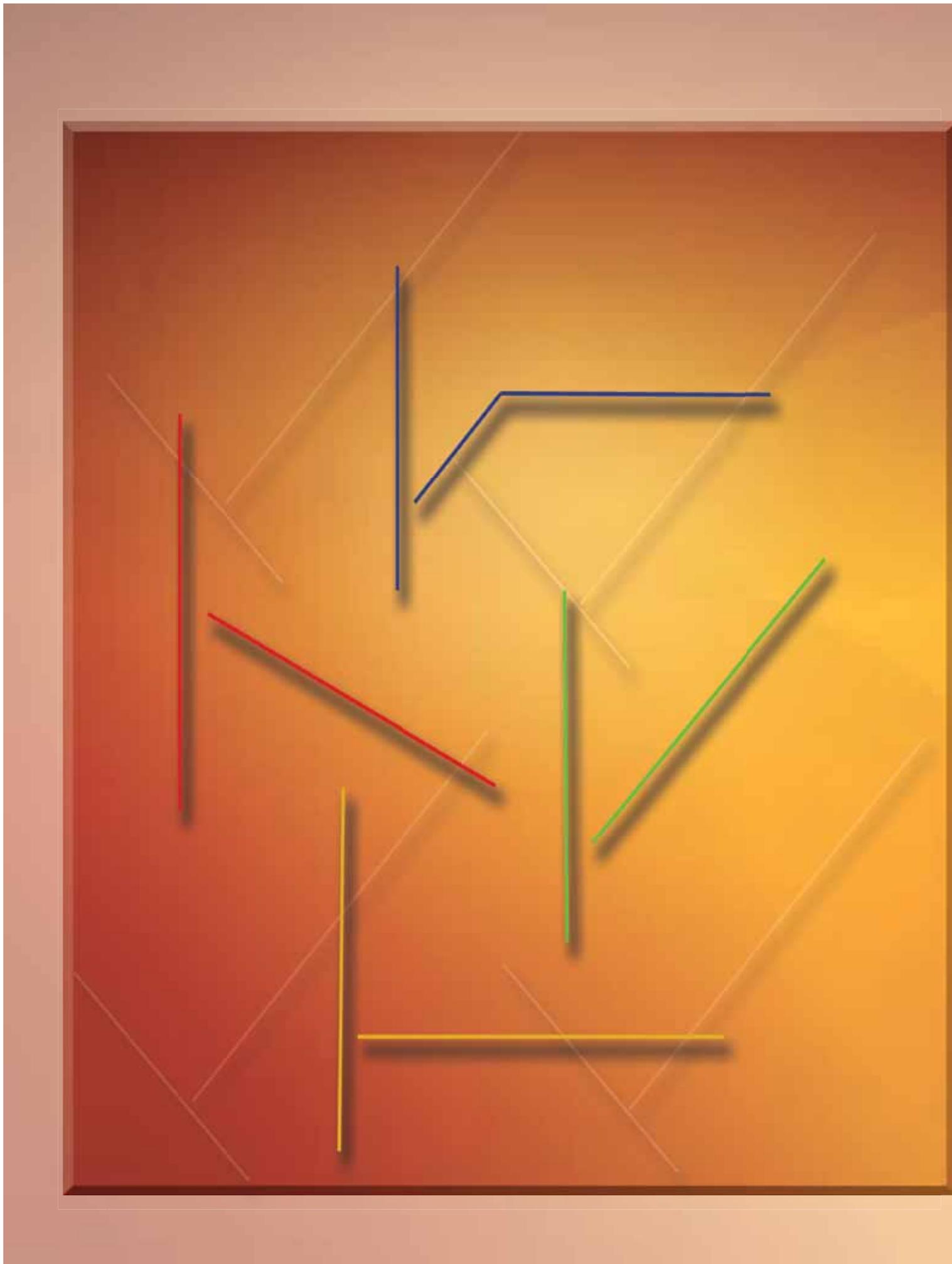
Fazendo uma síntese crítica da atuação do IBGE e aplicação do tema, pode-se concluir que ações de sustentabilidade têm sido planejadas e implementadas, porém não na velocidade ideal e ainda sem a devida coordenação entre as Unidades. Até o momento, não foi possível instituir processos de rotina e ações coesas e integradas, sistematicamente e sem descontinuidade, nem avançar na definição de padrões gerenciais para orientar o funcionamento das práticas propostas. Também as formas de controle e o monitoramento dos indicadores precisam ser revistos e implementados como um processo de trabalho. Assim, existem ainda grandes desafios neste tema para clara percepção de mudanças. Indicadores relativos à responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento social precisam ser repensados e os resultados monitorados e estratificados para melhor análise do desempenho das ações, resultados e planos.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IBGE como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário em geral, e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação. Nesse sentido, vem utilizando seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial, adotando processos de produção com novos padrões ambientais, sociais e econômicos. Dentre as práticas adotadas destacam-se:



- Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- Licitações para aquisições de bens de natureza divisível com cota reservada de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Licitações voltadas exclusivamente para aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade;
- Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas exigindo a comprovação recolhimento da contribuição previdenciária, FGTS, pagamento de salários, fornecimento de vale-transporte e auxílio alimentação quando cabível, pagamento de 13º salário, entre outros; e
- Projetos de engenharia contemplando itens que consomem menos recursos (energia, água) ou utilizem materiais não agressores ao meio ambiente, tais como lâmpadas LED de baixo consumo elétrico, equipamentos de ar condicionado do tipo *inverter* e com gás ecológico, torneiras temporizadas, válvulas de descarga de dois fluxos em bacias sanitárias e temporizadas em mictórios, sensores de presença em banheiros e corredores para acionamento de lâmpadas, tintas, vernizes e colas a base de água, dentre outras medidas.



5

Relacionamento com a Sociedade



5.1 Canais de Acesso do Cidadão

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constitui-se no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções:

- Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas;
- Produção de informações estatísticas;
- Produção de informações geocientíficas;
- Produção de informações ambientais;
- Disseminação de informações.

Os serviços de atendimento do IBGE são prestados a todo e qualquer cidadão, não sendo necessária a apresentação de nenhum documento nem requerida nenhuma informação obrigatória dos cidadãos.

O provimento de informações pelo IBGE é realizado através de suas unidades de disseminação, nas capitais, sinalizadas com a logomarca da Instituição, com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como também bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.

Através do Portal do IBGE na Internet, o seu principal canal de comunicação, disponibiliza os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas e arquivos para download e banco de dados.

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e também na Loja Virtual.

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca.

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail ibge@ibge.gov.br, respondendo aos usuários em um prazo padrão de cinco dias. Informações rápidas são atendidas através de seu call center (0800-721-8181), com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.

Em casos de maior complexidade, o atendimento é feito pela Coordenação de Atendimento Integrado que está localizada na Rua General Canabarro, 706 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ.

Os usuários, ao serem atendidos, são recebidos por profissionais especialmente dedicados a prestar informações do IBGE.

Nos atendimentos presenciais os usuários são atendidos imediatamente sendo seguidas as prioridades de atendimento aos idosos e gestantes.



As Unidades de Atendimento do IBGE contam com limpeza, conforto e acessibilidade voltados a possibilitar aos usuários condições adequadas de atendimento.

Cada demanda por informações dos usuários é analisada pelas Equipes de Atendimento do IBGE que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou através da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE.

Ao encaminhar, por escrito, uma demanda por informações, o usuário é informado, por correspondência, pelo IBGE, quanto à estimativa de prazo de resposta.

A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas, encaminhadas às Equipes de Atendimento do IBGE, pode ser feita através de chamadas telefônicas ou de e-mail.

Havendo problema com um dos sistemas de atendimento, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo IBGE.

As respostas às solicitações serão encaminhadas preferencialmente por e-mail, mas poderão utilizar os mesmos canais utilizados pelo cidadão no momento da sua manifestação, a saber: telefone ou atendimento presencial.

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), do IBGE, para posterior resposta ao cidadão.

O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser dilatado.

5.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

O indicador TSU permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.



A pesquisa de 2017 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 119,84%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando como resultados, taxas variando entre 113,15% e 119,84%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Através do Portal do IBGE na Internet, < www.ibge.gov.br > , são disponibilizados os resultados das pesquisas do IBGE em páginas dinâmicas e arquivos para download e banco de dados.

No Portal também é dado acesso à informação, em atendimento à Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Ainda, no Portal, em cumprimento à determinação da Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, o IBGE divulga informações contidas nos seus Processos de Contas Anuais.

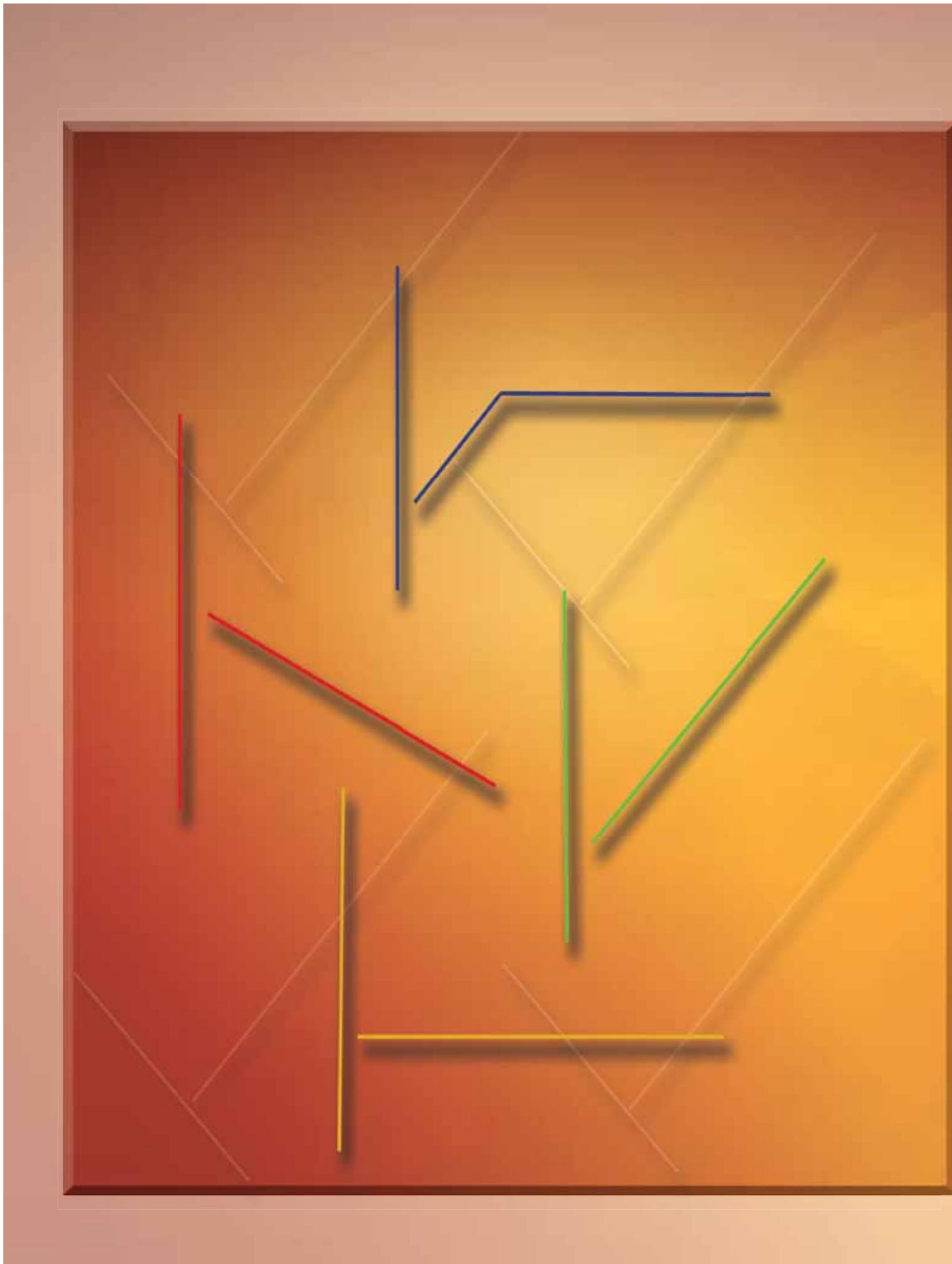
5.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Carta do IBGE de Serviços ao Cidadão informa sobre os serviços prestados, as formas de acesso e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O acesso ao conteúdo da Carta é feito através do portal do IBGE na internet em sua página referente à Instituição, Documentos Institucionais, tendo o seguinte endereço direto:

< https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge.html?option=com_content&view=article&id=16147 >

Por fim, o Instituto, além de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, adota normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, dispensando atendimento prioritário, bem como eliminando barreiras arquitetônicas e nas comunicações e informações.



6

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



6.1 Desempenho financeiro no exercício

No que diz respeito à Programação Financeira da entidade, que deve ser entendida como os mecanismos responsáveis por racionalizar a liberação dos recursos financeiros necessários ao custeio das despesas previstas da lei orçamentária anual, através da compatibilização entre o ritmo da realização das despesas previstas e a probabilidade de arrecadação, verificou-se que no ano de 2017 não houve contingenciamento de financeiro, apenas observou-se a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecido pelo Poder Executivo.

Ao analisar o Balanço Financeiro do encerramento do exercício de 2017, verificou-se que o aumento da disponibilidade de caixa durante o exercício foi de 132%, R\$ 55.560.188,15. A grande redução nas deduções da receita orçamentária está relacionada com as devoluções das inscrições do concurso que foi cancelado no exercício de 2016. Houve um crescimento nas receitas com alienação de bens móveis. Os Dispendios Orçamentários foram superiores aos Recebimentos Orçamentários em 1,18%.

As despesas empenhadas nesse exercício, quando comparadas ao exercício de 2016, apresentaram um aumento aproximado de 24%. Esse aumento se deve, em grande parte, à realização do Censo Agropecuário 2017. Do total empenhado, 5,64% não foi liquidado e 94,27% foi liquidado e pago.

Com relação à inscrição de Restos a Pagar não Processados, verifica-se que houve um significativo aumento no exercício de 2017. Dos valores inscritos, 82,75% são referentes ao grupo " Outras Despesas Correntes", sendo 60,43% no elemento 04 (Contratação por Tempo Determinado) e 12,49% no 39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), mais uma vez reflexo do Censo Agropecuário 2017.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na NBC T 16.9 e na NBC T 16.10, tais como:

Em 2011, foram contabilizadas as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens móveis adquiridos a partir de 2010.



Em 2012, passaram a ser registrados os Ajustes para Perdas de Créditos a Receber e os Ajustes para Perdas em Dívida Ativa. Ambos são atualizados anualmente, no encerramento do exercício, levando em consideração as contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, em comparação com períodos anteriores.

Em 2015, foi realizado o registro da Reavaliação dos bens móveis adquiridos antes de 2010 e foi contabilizada a Depreciação.

Com relação à avaliação dos créditos e das dívidas, a Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), em atendimento aos princípios contábeis da Oportunidade, da Competência e da Prudência, por meio da Gerência de Contabilidade (GECON), publicou a Ordem de Serviço nº 01/2016, com base na Nota Técnica GECON nº 01/2016, que trata do registro do ajuste das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa.

A amortização dos bens intangíveis foi de fato registrada no segundo semestre de 2016 quando foram feitas as primeiras classificações de *softwares* com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função da utilização e da obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são *pro-rata*.

Já o registro da Depreciação, tanto dos bens móveis adquiridos antes de 2010, como aqueles adquiridos após 2010 é feito mensalmente, utilizando-se o método das quotas constantes. Ademais, tanto as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação e do valor residual, bem como a estimativa da vida útil econômica dos bens móveis estão contidas na macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autárquica e Fundacional.

Cumprir lembrar que o IBGE detém o Sistema de Dados Administrativos (SDA) que, especificamente, no seu módulo de bens móveis, vem sendo aprimorado continuamente de forma a viabilizar a emissão de relatórios que auxiliem os registros contábeis da depreciação, recalculada mensalmente, considerando as movimentações dos bens.

Por fim, constata-se que o impacto da adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 relativos a depreciação, amortização, reavaliação e perdas estimadas sobre o patrimônio do IBGE no exercício de 2017 foi de R\$ (11.457.841,91).



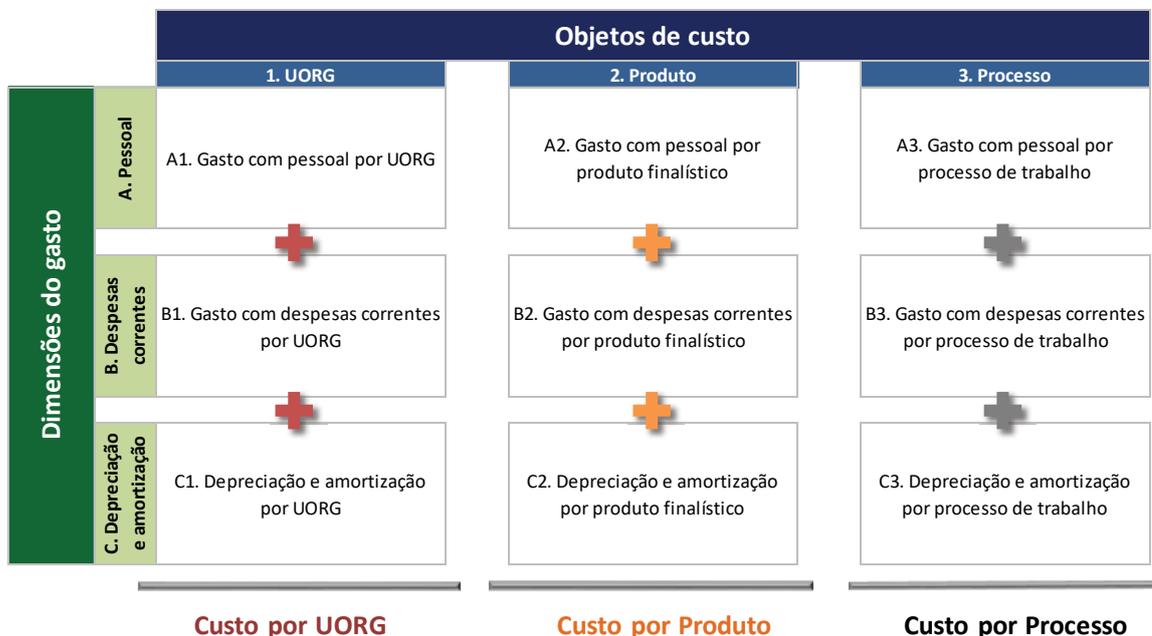
6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No que diz respeito à implantação de custos no IBGE, o exercício de 2017 foi marcado pela: (i) continuidade do desenvolvimento e crítica da metodologia previamente concebida, (ii) pelo estudo dos sistemas administrativos internos que darão suporte à formação do custo, (iii) pela formalização da estrutura organizacional administrativa dedicada ao desenvolvimento e implantação da sistemática de apuração de custos e (iv) pelo estabelecimento de uma parceria estratégica com a Gerência de Informação de Custos da Secretaria do Tesouro Nacional – GEINC/COINC/STN.

Avanços no desenvolvimento da metodologia

Em se tratando da continuidade no desenvolvimento da metodologia de apuração de custos, as discussões internas que ocorreram em 2017 foram cruciais para a consolidação de um modelo de trabalho sobre o qual será desenvolvida toda a sistemática que dará suporte à apropriação do custo. A figura abaixo (Figura 21) retrata de maneira visual o modelo de trabalho mencionado:

Figura 21 – Modelo de trabalho para a apropriação do custo





Nesse sentido convencionou-se que os objetos de custo contemplados pela metodologia de apuração do custo serão:

- Unidades Organizacionais – UORGs
 - Constituem este objeto de custo as diversas agências locais, coordenações e diretorias da instituição que atuam tanto em âmbito finalístico quanto em atividades de suporte.
- Produtos
 - Constituem este objeto de custo as pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos produzidos pela instituição. A lista de produtos que terão seus custos apurados ainda está em desenvolvimento pelas áreas técnicas.
- Processos
 - Constituem este objeto de custo as atividades que compõem o processo de produção estatística e geocientífica de acordo com a metodologia *Generic Statistical Business Process Model* (GSBPM). A relação de processos que terão seus custos apurados ainda está em análise pelas áreas técnicas.

Além da cristalização desse modelo, outras discussões e tomadas de decisão ocorridas em 2017 também tiveram relevância no que diz respeito à construção da metodologia. Dentre elas podem ser citadas: (i) a opção pela inclusão, não só das atividades finalísticas da instituição na formação do custo, mas também das atividades meio, (ii) a determinação do método de codificação dos centros de custo a serem registrados na fase de liquidação da despesa, (iii) as análises críticas acerca das possíveis dinâmicas para a apropriação do custo de pessoal e (iv) a agregação de representantes da área finalística às reuniões de trabalho.

Estudo dos sistemas administrativos

Outra forte vertente do trabalho desenvolvido pelo IBGE em 2017 diz respeito ao estudo de seus sistemas administrativos em operação. Tal iniciativa teve por propósito identificar as capacidades e as limitações dos sistemas, de modo que fossem identificados os ajustes cabíveis. Por meio dessa atividade, por exemplo, identificou-se a defasagem da estrutura organizacional cadastrada no SIORG em relação à estrutura vigente e puderam ser feitas as correções necessárias.

Institucionalização da apuração do custo

O IBGE sempre zelou pela aplicação eficiente e racional de seus recursos, porém, em 2017 a instituição tomou a decisão de fazê-lo de maneira estruturada e institucionalizada. A materialização dessa decisão foi a criação de uma gerência



administrativa de custos, iniciativa essa que faz parte de um projeto estratégico voltado à implementação do sistema de contabilidade de custos na instituição. Esse projeto está associado ao objetivo estratégico “Promover gestão orçamentária voltada para resultados” de acordo com o Planejamento Estratégico 2017-2027.

Nesse contexto, o gerenciamento de custos no IBGE passou a ser uma responsabilidade da Gerência de Custos (GCUSTO) que constitui uma das subunidades gerenciais da Coordenação de Orçamento e Finanças (COF).

Parcerias estratégicas

Na busca por referências o IBGE, ao longo do projeto de implantação, procurou outras instituições públicas que pudessem auxiliar na transferência de conhecimento sobre o assunto e uma parceria valiosa estabelecida no exercício de 2017 foi com a Secretaria do Tesouro Nacional. A instauração desse contato com a Gerência de Informações de Custo da Secretaria do Tesouro Nacional (GEINC/COINC/STN), criou um importante fluxo de informações entre o IBGE e as mais recentes novidades no que diz respeito a custos no setor público. Essa parceria decididamente acelerou o processo de entendimento acerca do Sistema de Informação de Custo (SIC) e da metodologia aplicada pelo mesmo, criando referências importantes para a composição da metodologia existente no IBGE.

Observações Gerais

Apesar do bom progresso apresentado pelo projeto em 2017, houve forte impacto do Censo Agropecuário 2017 que redistribuiu parte dos recursos humanos de desenvolvimento de sistemas e inviabilizou o cronograma inicialmente estabelecido. Esse desvio de mão-de-obra desacelerou de certa forma a elaboração do sistema de custos, mas espera-se retomar o cronograma planejado durante o exercício de 2018.

No que diz respeito às práticas de tratamento e alocação utilizadas, aos impactos observados na atuação da UPC e no processo de tomada de decisões e aos relatórios utilizados para análise de custos, a Instituição não pode responder tais questões, uma vez que o projeto ainda não foi inteiramente implantado, conforme descrito anteriormente.



6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Toda execução orçamentária, financeira e patrimonial do IBGE é realizada no SIAFI. Portanto, os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/64 são extraídos inteiramente desse sistema, sem nenhuma possibilidade de confecção manual por esta instituição.

As demonstrações contábeis encontram-se no Anexo 4 e suas notas explicativas foram transcritas nos parágrafos abaixo.

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela STN, que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Com relação à contabilização por competência, esta tem sido aplicada parcialmente uma vez que o desenvolvimento do sistema de controle de entrada das Notas Fiscais está em fase de finalização. Essa ferramenta é necessária para o acompanhamento da contabilização, tendo em vista o grande número de processos de pagamento do IBGE.

As principais práticas contábeis estão resumidas da seguinte forma:

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado até o segundo semestre de 2017, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de doações/perdas de Assistentes Pessoais Digitais (PDA's), doações de *smartphones*, baixa de materiais bibliográficos considerados inservíveis e registro de alienações do exercício anterior feitas, somente, neste exercício. No ano de 2017, especificamente, houve registros da depreciação referente a exercício anterior na Unidade do Piauí. Esses registros não foram realizados em tempo hábil, pois a Unidade estava sem contador durante o ano de 2016.

Amortização do Ativo Intangível

A amortização dos bens intangíveis foi efetivamente registrada no segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são *pro-rata*.



Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O ajuste contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da DGC e da ENCE passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 123119910 – Material de Uso Duradouro (consumo).

As seguintes bibliotecas passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executados na conta 123110402 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente) são elas: Ibegeana, DGC e ENCE.

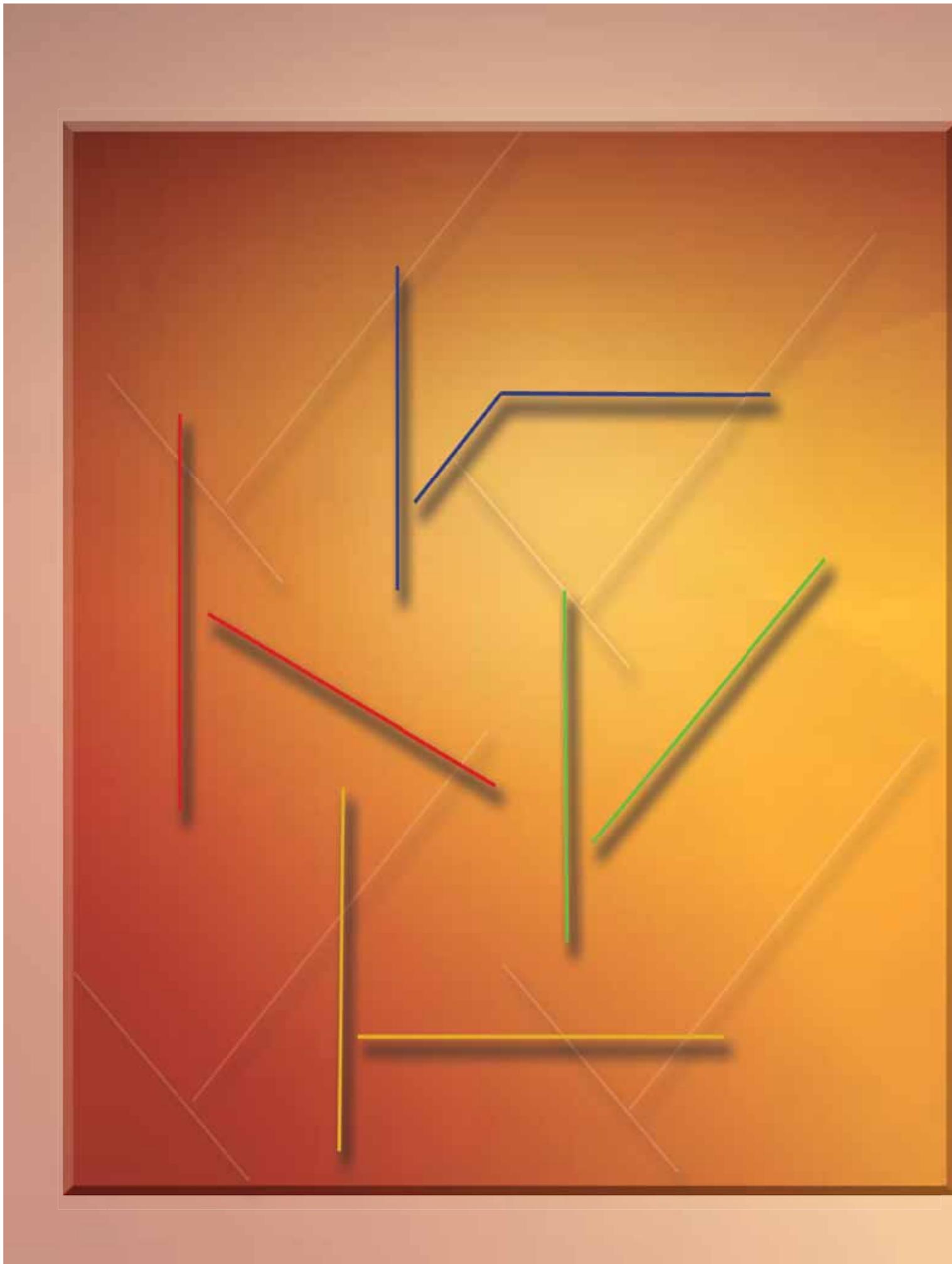
O CDDI publicou a Nota de Serviço 001/2014, de 04 de novembro de 2014, que dá publicidade e regulamenta o uso do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

Os bens bibliográficos caracterizados como imobilizado ainda não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação foi feito contato com a STN que por meio da mensagem SIAFI 2016/0973048 orientou que a depreciação dos bens classificado nesse grupo fosse implementada. A COF/GECON está em contato com o CDDI com o intuito de implementar esse procedimento.

Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. No entanto, esta rotina ainda não está em conformidade com os princípios contábeis vigentes e com a nova contabilidade pública nacional, relativos à apuração de resultados. Dessa maneira, o IBGE está se organizando para implantar com urgência a adoção dos procedimentos de apropriação de custos para o adequado registro contábil desta produção, a fim de que seja efetivamente calculado o valor fidedigno dos bens produzidos na instituição e eventual perda ou ganho com as vendas.

Devido ao exposto acima, atualmente, foram registradas as transações referentes a publicações na conta 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento não há condições de realizar a contabilização correta, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados. Para a realização dessa contabilização, seria necessária a apuração de custo do processo produtivo dessas publicações.



7

Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle



7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Por meio do Ofício 0007/2017-TCU/SecexAmbiental, de 24 de janeiro de 2017, Processo TC 028.938/2016-0, reiterado pelo Ofício de requisição 4-452/2016-TCU/SecexAmbiental, também de 24 de janeiro de 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) requisitou ao IBGE informações concernentes à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, as quais foram atendidas integralmente pelo Ofício IBGE/PR nº 20, de 10 de fevereiro de 2017, e seus respectivos anexos.

Em referência ainda ao Processo TC 028.938/2016-0, o TCU, por meio do Ofício de requisição 16-452/2016-TCU/SecexAmbiental, de 21 de fevereiro de 2017, requisitou ao IBGE informações específicas, concernentes à meta 4 do ODS 2, as quais foram plenamente atendidas pelo Ofício IBGE/PR nº 37, de 7 de março de 2017, e respectivo anexo.

Por meio do Ofício 0099/2017-TCU/SeinfraUrbana, de 20 de março de 2017, Processo TC 023.031.938/2008-3, o TCU informou o IBGE da decisão contida no Acórdão 398/2017-TCU-Plenário, Sessão de 15 de março de 2017, o qual trata de verificação da abrangência e confiabilidade do SINAPI. É o seguinte o texto do Acórdão, em seu item 1.9.2: “recomendar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [...] que envide esforços para priorizar o início da coleta de novas famílias de insumos que forem demandados pela Caixa Econômica Federal em virtude do processo de aferição do Sinapi”. O IBGE, em parceria com a CAIXA, vem efetivando a implantação de novos insumos, seja iniciando novas famílias ou revisando a composição das famílias existentes. Eventuais dificuldades durante a implantação são tratadas por ambas as instituições, IBGE e CAIXA, com o objetivo da imediata resposta à necessidade de preços de referência para novas composições. O segundo ciclo de revisão das famílias está em andamento, tendo as categorias profissionais como foco inicial.

Também em referência ao Processo TC 028.938/2016-0, o TCU, por meio do Ofício 0080/2017-TCU/SecexAmbiental, de 22 de março de 2017, facultou ao IBGE a possibilidade de tecer comentários sobre o “Relatório de auditoria de avaliação da preparação do governo federal brasileiro para implementar os requisitos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. O IBGE efetivamente respondeu ao pedido, com os comentários julgados pertinentes, em 30 de março de 2017, por meio eletrônico (*e-mail* produzido pela Chefe de Gabinete da Presidência do IBGE).



Por meio do Ofício 0296/2017-TCU/SecexAmbiental, de 18 de setembro de 2017, referente ao Processo TC 028.938/2016-0, o TCU deu ciência ao IBGE do Acórdão 1968/2017-TCU-Plenário, pelo qual o Tribunal apreciou o processo de Relatório de Auditoria TC 028.938/2016-0. A determinação de dar ciência ao IBGE deriva do item 9.4 do citado Acórdão. No parágrafo 34 do voto, o Relator reproduz recomendação feita no Relatório de Auditoria, qual seja: “Recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União: [...] ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com base na Lei 10.683/2003, art. 27, inciso XVII, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” c/c Lei 10.180/2001, art. 2º, inciso V, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base na Lei 5.878/1973, art. 2º, § 1º, e art. 9º c/c Decreto 4.740/2010, Anexo I, art. 2º [...] que desenvolvam um plano para estruturação do monitoramento integrado das políticas públicas, definindo responsáveis, prazos e produtos, considerando as características inerentes aos ODS (multissetorial, multinível e de longo prazo), e que avaliem a conveniência de contemplar nesse plano as contribuições que podem ser decorrentes da adaptação de sistemas existentes, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), e do Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), em construção, possibilitando avaliações transversais ao longo do tempo, de forma contínua e permanente, compreendendo as três esferas da federação”. Em atendimento a essa recomendação, o IBGE estruturou 17 grupos de trabalho, por ODS, com participantes das instituições, para a definição de planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores globais ODS. Também desenvolveu uma Plataforma para os Indicadores ODS, que está sendo construída em um ambiente colaborativo e abrigará os indicadores produzidos pelas instituições brasileiras, com suas respectivas fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas. A Plataforma também divulgará e compartilhará as informações relativas aos ODS. Estas atividades compõem o Eixo Estratégico E3 – Agenda 2030 Brasil (Internalização) do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS. O IBGE realizou o II Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030, em Brasília (Enap), nos dias 26 e 27 de setembro. O evento contou com o apoio da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Contou com a participação de cerca de 200 representantes de 50 instituições, em sessões plenárias e sessões temáticas (por ODS), nas quais foram discutidos os indicadores visando a sua produção para os meses subsequentes.



Pelo Ofício de requisição 4-421/2017-TCU/SecexAmbiental, de 19 de outubro de 2017, Processo TC 029.427/2017-7, o TCU requisitou ao IBGE novas informações concernentes à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as quais foram atendidas em sua totalidade pelo Ofício IBGE/PR nº 438, de 7 de novembro de 2017, e respectivo anexo.

Acompanhamento de deliberações do TCU: o próprio Gabinete da Presidência do IBGE, administrativamente, em conjugação com o Conselho Diretor e com o Gabinete da Diretoria Setorial Técnica que executa o trabalho requerido pelo Tribunal de Contas da União, responsabiliza-se pelo acompanhamento das deliberações do TCU, não havendo, porém, sistema informatizado para tanto.

No que diz respeito a pendências de atendimento às determinações constantes dos acórdãos do TCU, constatou-se não haver tais pendências.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Durante o ano de 2017, oito recomendações da CGU estiveram em atendimento pelo IBGE. Quatro delas dizem respeito ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE:

Recomendação 162448

Elabore e execute plano de trabalho que vise aumentar a aderência aos indicadores do Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE e aos indicadores do NOAF cuja avaliação não tenha sido considerada “Plenamente aderente”, contendo os seguintes atributos: Definição de prioridade de implementação de melhorias por indicador, explicitando os critérios utilizados que deverão incluir, no mínimo, as variáveis: nível de aderência, criticidade e relevância; Definição de cronograma de implantação, segmentado em etapas enquanto marcos de controle de implementação, e decomposto em iniciativas para atingimento dos objetivos; Definição dos atores, dos recursos envolvidos e das lideranças de cada iniciativa; e Definição e aplicação de metodologia de monitoramento da evolução do plano de trabalho, incluindo criação, alimentação e uso de indicadores de progresso das iniciativas.

Recomendação 162450

Desenvolva e incorpore ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE apêndice que estabeleça critérios mensuráveis (quantitativos ou qualitativos) para avaliação de cada indicador.



Recomendação 162451

Desenvolva e incorpore ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE textos explicativos que exponham claramente o contexto e o objetivo de cada indicador, de modo a reduzir as possibilidades de diferentes interpretações.

Recomendação 162452

Defina e implemente rotina de monitoramento e avaliação periódica da aderência ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE, com base em critérios mensuráveis anteriormente estabelecidos.

As recomendações acima citadas estão sendo paulatinamente atendidas pelo Plano Permanente de Providências (PPP), que apresenta um conjunto de projetos e iniciativas a serem implementados em curto e médio prazo, visando ao incremento da aderência do IBGE ao seu Código de Boas Práticas. Dentre as providências, foram incluídas ações voltadas à institucionalização de uma cultura de monitoramento de indicadores em diferentes níveis institucionais, para acompanhamento da aderência ao Código, bem como para monitoramento de cada operação estatística em seus diferentes estágios de produção.

As ações e produtos previstos no PPP foram incluídos no Sistema Monitor da CGU, para o devido acompanhamento, e o PPP vem sendo cumprido adequadamente pelo IBGE.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Tabela 15 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
14	14	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2018.

O IBGE possui em sua estrutura uma gerência responsável pelo controle de todos os processos administrativos disciplinares instaurados nas Unidades Estaduais e na



Sede. Nos casos de dano ao erário, quando comprovada a culpa do servidor, é providenciado o ressarcimento ao Erário nos autos do próprio processo que apurou a responsabilidade. Na hipótese de não ocorrer o respectivo ressarcimento, o processo é encaminhado à Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas legais, relativas à inscrição do servidor na Dívida Ativa da União.

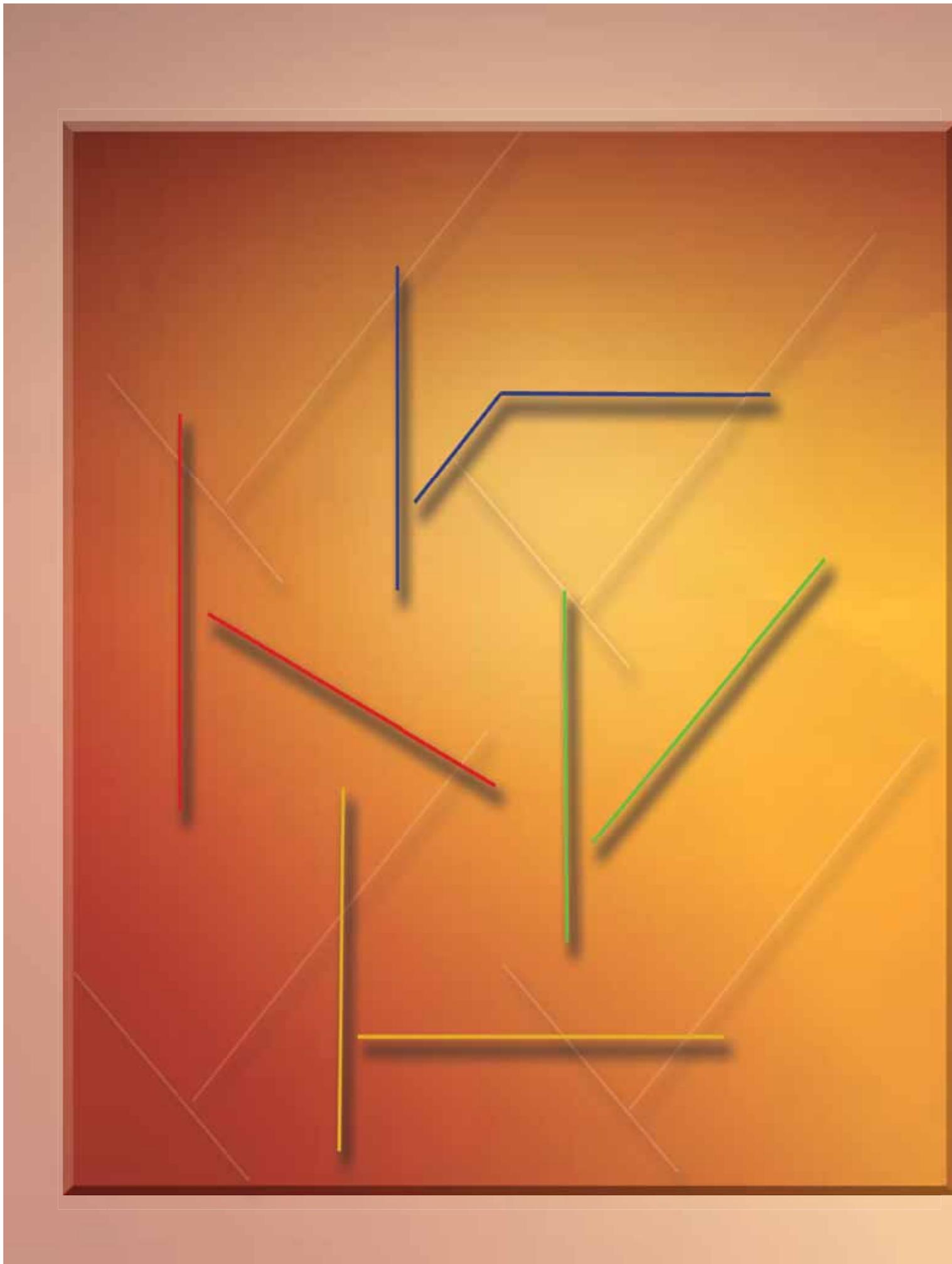
No exercício de 2017 foram instaurados 47 procedimentos disciplinares, dos quais 14 destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, o que corresponde a 29% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especial.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O IBGE observa o cronograma de pagamentos de obrigações estipulado no art. 5º da Lei nº 8.666/1993. O controle é feito internamente pela ferramenta institucional Sistema de Dados Administrativos (SDA), no módulo Financeiro. O início acontece a partir da autorização dos gestores de contratos para pagamento dos fornecedores, de acordo com a data de vencimento prevista em contrato. As autorizações são contabilizadas no SIAFI e paralelamente registradas no SDA. Essas informações são organizadas automaticamente por ordem de vencimento dos compromissos a serem pagos por cada uma das unidades gestoras do IBGE, gerando um Relatório de Contas a Pagar. Tal Relatório subsidia a emissão de ordens bancárias por ordem cronológica de vencimento em consonância com o SIAFI.

Registre-se que o IBGE é uma fundação pública, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seguindo as legislações federais que regulam as formas de contratações.



Anexos

Anexo 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Anexo 2 – Macroprocessos Finalísticos

Anexo 3 – Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Anexo 4 – Demonstrações Contábeis



Anexo 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Continua

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Executiva	<p>É o órgão do IBGE que exerce as atividades de planejamento e coordenação geral da Instituição, incluindo a administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade. A Diretoria-Executiva é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) • Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS) • Coordenação de Recursos Humanos (CRH) • Coordenação de Recursos Materiais (CRM) 	Fernando José de Araújo Abrantes	Diretor	Desde 08/07/2013
Diretoria de Pesquisas	<p>É o órgão do IBGE que produz e sistematiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País.</p> <p>A Diretoria de Pesquisas executa ainda as ações que cabem ao IBGE na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação estatística, e é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Agropecuária (COAGRO) • Coordenação de Contas Nacionais (CONAC) • Coordenação de Índices de Preços (COINP) • Coordenação de Indústria (COIND) • Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ) • Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) • Coordenação de Serviços e Comércio (COSEC) • Coordenação de Trabalho e Rendimento (COREN) 	Roberto Luis Olinto Ramos	Diretor	Até 01/06/2017
Diretoria de Geociências	<p>É o órgão do IBGE que produz e sistematiza as informações de natureza cartográfica, geodésica, geográfica e de recursos naturais e meio ambiente, imprescindíveis ao conhecimento, à análise e à avaliação do território nacional, objetivando subsidiar a sua gestão e seu ordenamento.</p> <p>A Diretoria de Geociências também executa as ações que cabem ao IBGE nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação geocientífica. É composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Cartografia (CCAR) • Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE) • Coordenação de Geodésia (CGED) • Coordenação de Geografia (CGEO) • Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN) 	Cláudio Dutra Crespo	Diretor	A partir de 15/08/2017
		Wadih João Scandar Neto	Diretor	Desde 28/09/2011

Conclusão

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Informática	<p>É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de informática e de administração da base de dados do Instituto, preservando a integridade das informações e proporcionando apoio técnico para o acesso a elas.</p> <p>A Diretoria de Informática é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas (COADS) • Coordenação de Metodologia e Banco de Dados (COBAD) • Coordenação de Serviços de Informática (COINF) 	José Sant Anna Bevilaqua	Diretor	Desde 12/08/2016
Centro de Documentação e Disseminação de Informações	<p>É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve produtos e serviços de informação, promovendo sua divulgação e comercialização.</p> <p>O Centro de Documentação e Disseminação de Informações também divulga a imagem do IBGE e preserva a memória institucional.</p> <p>É composto pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Atendimento Integrado (COATI) • Coordenação de Marketing (COMAR) • Coordenação de Produção (COPRO) • Coordenação de Projetos Especiais (COPES) 	David Wu Tai	Coordenador- Geral	Desde 20/07/1995
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	<p>É o órgão do IBGE que planeja e desenvolve atividades de ensino e pesquisa, nas áreas estatística e geográfica, mantendo cursos de graduação, pós-graduação e especialização. Também é responsável por oferecer treinamento e aperfeiçoamento profissional aos funcionários do Instituto.</p> <p>É composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Graduação (CEGRAD) • Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA) 	Maysa Sacramento de Magalhães	Coordenador- Geral	Desde 27/08/2014

Fonte: IBGE, 2018



Anexo 2 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Estatísticas	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, social e econômica do país	16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate - 4, Couro - 4, Leite - 4, POG - 4); 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques; 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA); 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil (PIM-PP); 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC); 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor da Indústria Extrativa e de Transformação (IPP); 12 resultados da PNAD Contínua Mensal; 4 resultados da PNAD Contínua Trimestral; 24 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPC); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15); 4 resultados do IPCA-E; 12 resultados do SINAPI. 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; Pesquisa Anual de Comércio - PAC; Pesquisa Anual de Serviços - PAS; Pesquisa da Agricultura Municipal - PAM; Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS; Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM; Pesquisa Industrial Anual - PIA); 2 resultados das pesquisas estruturais sócio-demográficas (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais / Municipais - ESTADIC / MUNIC; Estatísticas do Registro Civil - REGCI). 4 Contas Nacionais Trimestrais; Produto Interno Bruto dos Municípios - 2010-2015; Sistema de Contas Nacionais do Brasil - 2010-2015; Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária do Governo - Brasil 2015, Contas Regionais do Brasil - 2010-2015; 3 Prognósticos de Safra; Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2016; Estimativas de População - 2017. Pesquisa de Serviços de Hospedagem - PSH; suplemento da PNAD 2014: "Educação e Qualificação Profissional"; suplementos da PNAD 2015: "Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade", "Prática de Esportes e Atividade Física" e "Estatísticas de Empreendedorismo 2015"; Suplementos de Esportes das Pesquisas de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e Municipais (Munic) de 2016; Suplementos da PNAD Contínua: "Renda Domiciliar per Capita 2016", "Características gerais dos moradores", "Características gerais dos domicílios", "Rendimentos de todas as fontes", "Características adicionais do mercado de trabalho", "Educação", "Trabalho Infantil", "Acesso à internet e à televisão e posse de telefone celular móvel para uso pessoal" e "Outras formas de trabalho".	Governo e Sociedade	Diretoria de Pesquisas

Continua

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Geocientíficas	<p>Produção de dados e informações geoespaciais – IG de referência, temáticos e especiais, compreendendo, dentre outros: redes de controle geodésico e todos os seus produtos derivados, planos cartográficos básicos e temáticos de qualquer tipo, malhas territoriais, informações de recursos naturais e produtos cartográficos especiais.</p>	<p>71 cartas imagem abrangendo parte dos estados do Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, escala 1:100.000; versão 2016 da Base Cartográfica Continua do Estado do Rio de Janeiro, escala 1:25.000 (RJ25); versão 2017 da Base Cartográfica Continua do Brasil, escala 1:250.000 (BC250); Mapa Físico do Brasil, escala 1:2.500.000; Mapas Políticos Regionais do Brasil – Sudeste, Sul, Norte, Nordeste e Centro Oeste; Mapa das Indicações Geográficas, escala 1:5.000.000; Manual Técnico de Avaliação da Qualidade de Dados Geoespaciais; determinação de coordenadas de 329 pontos de controle medidos em campo para subsidiar o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal.</p> <p>Operação de 138 estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC), disponibilizando 40.000 arquivos no ano; operação de 6 estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG), disponibilizando 1.300 arquivos no ano; medição de 3.000 estações geodésicas visando a melhoria da qualidade do modelo geoidal.</p> <p>Mapas Municipais para fins estatísticos das Estimativas Populacionais 2016; Malha Municipal – 2016; Área Territorial oficial do Brasil – 2016; Atlas Nacional Digital do Brasil - versão 2017; Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias e das Áreas Urbanizadas do Brasil 2015; Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação sócio econômica nas concentrações urbanas do Brasil; Série Redes e Fluxos: Ligações Rodoviárias e Hidroviárias – 2016; publicação “A geografia da cana-de-açúcar”, segundo volume de série que compõe o Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária; duas edições semestrais da Revista Brasileira de Geografia (RBG); Mudanças na Cobertura e Uso da Terra do Brasil, ano base 2014.</p>	<p>Governo e sociedade</p>	<p>Diretoria de Geociências</p>

Continuação



Continuação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Processos de pesquisa, difusão e implementação de metodologias estatísticas e computacionais ligadas à modernização do processo de produção das informações.	Criação do Comitê Institucional da Qualidade (CIQ) com o objetivo de estabelecer a política da qualidade do IBGE e elaborar um plano de trabalho para a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade Institucional; mapeamento dos processos das Pesquisas Anuais por Empresas (PIA, PAC, PAS e PAIC) como parte do projeto de modernização e de qualidade estatística, visando identificar riscos e oportunidades de melhorias; melhoria da documentação estatística fornecida aos usuários do sistema de metadados estatísticos, abrangendo informações sobre os métodos, conceitos e aspectos-chave utilizados nas operações estatísticas bem como a inclusão de novas categorias de metadados: de variáveis, de processos e de qualidade; adoção do GSBPM (Generic Statistical Business Process Model) como instrumento de referência para documentação de processos e para a avaliação e melhoria da qualidade dos processos; publicação do livro "40 Anos da Unidade de Métodos Estatísticos do IBGE: Alguns Passos", como parte da série Documentos para Disseminação - Memória Institucional, nº 22, reunindo artigos que representam a evolução dos trabalhos nessa área; realização do 6º Seminário de Metodologia do IBGE (SMI 2017), cujo tema principal do evento foi Censos. Divulgação da publicação "Tipologia Intraurbana", resultado de trabalho conjunto de técnicos da Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ) da Diretoria de Pesquisas e da Coordenação de Geografia (CGEO), da Diretoria de Geociências, que teve por objetivo a criação de agrupamentos das áreas de ponderação utilizando a técnica estatística de análise de agrupamentos a partir das variáveis do Censo Demográfico 2010; Definição do conjunto de indicadores de qualidade associados às operações estatísticas visando posterior disponibilização de relatórios de qualidade para usuários pela internet; atualização dos cadastros e malhas das estruturas territoriais referentes aos limites político-administrativos dos municípios brasileiros, às áreas especiais e aos setores censitários.	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências e Diretoria de Informática.

Continuação				
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Ambientais	Produção sistemática de dados e informações ambientais desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados no sistema de informação geográfica (banco de dados), compreendendo temas de recursos hídricos, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.	120 folhas cartográficas, na escala 1:250.000, disponibilizando um conjunto de informações geospaciais de Geologia (rochas), Geomorfologia (relevo), Pedologia (solos) e Vegetação, finalizando a cobertura total do Brasil.	Governo e sociedade	Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências



		Continuação		
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Censitárias	<p>Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional.</p>	<p>Produção de insumos para a coleta em 116.964 setores censitários rurais, visando garantir a cobertura do território nacional para a realização do Censo Agropecuário 2017, cujo alvo é a área rural dos municípios brasileiros, onde estão localizados quase todos os estabelecimentos agropecuários.</p> <p>Atividades de preparo para o início da coleta do Censo Agropecuário, definida para o período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018: finalização do questionário; atualização da Base Territorial; desenvolvimento de sistemas para uso na coleta; desenvolvimento de processos seletivos e licitatórios para a contratação serviços especializados; aquisição de equipamentos e materiais diversos; desenvolvimento do Projeto Básico do Censo Agropecuário 2017; implantação de Comissões Municipais de Geografia e Estatísticas; desenvolvimento do programa de treinamento; contratação e treinamento de servidores temporários e recenseadores.</p>	<p>Governo e sociedade</p>	<p>Presidência, Diretoria de Geociências e Unidades Estaduais</p>

		Continuação	
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes
Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões a fim de garantir que todas as informações sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.	Realização das reuniões da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR); realização de capacitações de instituições produtoras de geoinformações para a INDE, por meio de treinamentos; adesões à INDE do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ), da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (EMPLASA), representando a Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo, da Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins e, em nível Federal, a adesão da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.	Governo, sociedade, áreas finalísticas do IBGE
Disseminação de Informações	Organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação.	Publicação de livros e periódicos; acesso e atendimento de usuários aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas, na ordem de 76,6 milhões.	Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Anexo 3 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Continua

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Ascensorista	17.633.418/0001-39	31/08/2013	30/08/2017	Ensino médio Completo	Encerrado (E)
2014	Contratação de médicos	73.887.424/0004-36	02/11/2014	02/02/2018	Superior Completo	Encerrado (E)
2016	Telefonista	11.395.635/0001-51	04/03/2016	03/03/2018	Ensino médio Completo	Encerrado (E)
2012	Manutenção predial	68.565.530/0044/50	11/12/2012	10/03/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2012	Manutenção predial	68.565.530/0046-12	11/12/2012	10/03/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2012	Manutenção predial	68.565.530/0046-12	11/12/2012	10/03/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2012	Manutenção predial	68.565.530/0047-01	11/12/2012	10/03/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Limpeza e conservação	68.565.530/0001-10	03/04/2015	02/04/2018	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado (P)
2012	Governança	34.252.940/0001-08	05/05/2012	04/05/2018	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado (P)
2016	Serviços gerais de apoio	04.350.057/0001-71	22/11/2016	21/05/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2015	Serviços gerais de apoio (técnico em administração escolar ENCE)	07.046.566/0001-01	27/05/2015	26/05/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2014	Secretariado (ENCE)	68.565.530/0001-10	09/07/2014	08/07/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Auxiliar de biblioteca	11.395.635/0001-51	01/08/2017	31/07/2018	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2016	Copeiragem	06.080.116/0001-64	03/08/2016	02/08/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2016	Portaria	09.169.438/0001-72	18/08/2016	17/08/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Serviço profissionais para atendimento à demandas de saúde	07.046.566/0001-01	21/08/2017	20/08/2018	Superior Completo	Ativo Normal (N)
2017	Serviço profissionais para atendimento à demandas de saúde	74.634.767/0001-09	04/09/2017	03/09/2018	Superior Completo	Ativo Normal (N)
2013	Governança (manutenção infra telecom)	35.868.918/0001-31	12/09/2013	11/09/2018	Superior Completo	Ativo Prorrogado (P)
2014	Secretariado (Sede, DI, DE)	68.565.530/0001-10	20/09/2014	19/09/2018	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado (P)
2013	Motorista	09.370.244/0001-30	23/09/2013	22/09/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Manobrista	68.565.530/0001-10	02/10/2015	01/10/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Vigilância ostensiva (vigilância armada)	05.234.289/0001-27	03/10/2015	02/10/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Recepção	05.333.566/0001-59	14/10/2016	13/10/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Operação, manutenção dos equipamentos de climatização do data center Canabarro/RJ	07.018.158/0002-19	30/10/2017	29/10/2018	Curso Técnico Completo	Ativo Normal (N)
2014	Serviços gerais de apoio (inspetoria acadêmica)	07.046.566/0001-01	11/11/2014	11/11/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Serviços gerais de apoio (operação reprografia e áudio/vídeo)	11.395.635/0001-51	14/02/2015	13/02/2019	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e conservação	13.212.587/0001-44	01/09/2017	01/09/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2013	Apoio administrativo, técnico e operacional	11.661.499/0001-02	03/09/2013	03/09/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2016	Vigilância ostensiva	09.406.386/0001-00	17/03/2016	16/03/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e conservação	15.150.504/0001-65	14/09/2017	14/09/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Manutenção e conservação de bens imóveis, apoio administrativo, técnico e operacional	15.150.504/0001-65	20/09/2017	20/09/2018	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2016	Vigilância ostensiva	02.103.266/0001-95	06/01/2016	04/01/2019	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2016	Limpeza e conservação	17.643.237/0001-93	02/05/2016	02/05/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.633.003/0001-01	04/08/2017	04/08/2019	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	04.278.447/0001-88	01/12/2016	01/12/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2014	Limpeza e conservação	14.768.911/0001-78	19/05/2014	19/05/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.360.290/0001-23	30/10/2017	20/12/2018	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2017	Limpeza e conservação	15.150.504/0001-65	03/10/2017	11/10/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2012	Apoio administrativo, técnico e operacional	05.333.566/0001-59	26/12/2012	26/04/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2015	Apoio administrativo, técnico e operacional	15.351.310/0001-28	08/05/2015	07/05/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	19.048.341/0001-65	01/11/2016	31/10/2018	Alfabetizado	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	24.921.066/0001-82	23/10/2017	23/10/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2013	Limpeza e conservação	36.770.857/0001-38	01/07/2013	30/06/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2014	Apoio administrativo, técnico e operacional	19.048.341/0001-65	01/09/2014	31/08/2018	Alfabetizado	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	12.148.207/0001-97	02/10/2017	01/10/2018	Alfabetizado	Ativo Normal (N)

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos/ Diretoria-Executiva do IBGE

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de copa e cozinha	15.715.620/0001-84	01/02/2016	31/01/2019	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e conservação	15.454.201/0001-36	17/11/2017	16/11/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Limpeza e conservação	01.569.755/0001-74	08/11/2017	07/11/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	01.569.755/0001-74	01/09/2017	31/05/2018	Alfabetizado	Ativo Normal (N)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	01.569.755/0001-74	10/02/2016	09/08/2018	Alfabetizado	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	19.152.814/0001-70	28/04/2017	28/04/2018	Alfabetizado	Ativo Normal (N)
2013	Apoio administrativo, técnico e operacional	04.712.320/0001-25	24/07/2013	23/07/2018	Alfabetizado	Ativo Prorrogado (P)
2014	Limpeza e conservação	15.312.517/0001-93	18/08/2014	17/08/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	15.312.517/0001-93	05/12/2016	04/12/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2015	Vigilância ostensiva	09.167.445/0001-35	09/12/2015	08/12/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Manutenção e conservação de bens imóveis	08.488.463/0001-56	01/04/2015	01/04/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e conservação	09.484.770/0001-21	05/06/2017	04/06/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Normal (N)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	09.484.770/0001-21	10/07/2016	09/07/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado (P)
2013	Limpeza e conservação	14.846.479/0001-96	22/11/2013	22/11/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado (P)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	10.710.117/0001-12	03/11/2016	02/11/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e conservação	02.589.131/0001-81	06/09/2017	06/09/2018	Sem Exigência	Ativo Normal (N)
2014	Apoio administrativo, técnico e operacional	02.589.131/0001-81	01/05/2014	30/04/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	17.523.081/0001-07	05/07/2017	05/07/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	01.096.716/0001-05	05/07/2017	05/07/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Vigilância ostensiva	05.554.220/0001-80	01/02/2017	01/02/2019	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2017	Limpeza e conservação	18.296.524/0001-37	03/04/2017	03/04/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Limpeza e conservação	09.422.042/0001-95	03/05/2017	03/05/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Vigilância ostensiva	01.696.924/0001-37	08/11/2017	08/11/2018	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2014	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.462.424/0001-17	14/05/2014	14/05/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e conservação	19.609.199/0001-88	16/06/2014	16/06/2018	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Vigilância ostensiva	08.644.690/0001-23	04/03/2017	04/03/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Serv. de apoio admin., técnico e operacional	096.204.958-10	08/04/2017	31/05/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	04.959.902/0001-00	21/08/2017	21/08/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	04.959.902/0001-00	07/08/2017	26/11/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2013	Serv. de apoio admin., técnico e operacional, manutenção e conservação de bens imóveis	09.438.067/0001-87	03/05/2013	02/05/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado (P)
2015	Limpeza e conservação	07.545.455/0001-31	01/03/2015	01/03/2018	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado (P)
2015	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.444.187/0001-61	02/03/2015	02/03/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	09.288.324/0001-41	22/11/2016	22/11/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2015	Limpeza e conservação	01.219.144/0001-04	03/12/2015	03/12/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2013	Limpeza e conservação	03.761.180/0001-12	02/09/2013	01/09/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	13.153.640/0001-83	03/10/2016	02/10/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	36.990.588/0001-15	23/11/2017	22/11/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2015	Limpeza e conservação	84.038.678/0001-53	19/10/2015	19/10/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2015	Limpeza e conservação	07.454.361/0001-57	28/05/2015	28/05/2018	Sem exigência	Ativo Prorrogado (P)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.634.564/0001-25	04/12/2017	03/08/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.618.334/0001-72	18/12/2017	18/12/2019	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2013	Vigilância ostensiva	10.533.299/0001-01	04/03/2013	05/03/2018	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Vigilância ostensiva	10.533.299/0001-01	01/02/2017	31/01/2019	Ensino Fundamental Completo	Ativo Normal (N)
2015	Apoio administrativo, técnico e operacional	07.593.524/0001-82	31/07/2015	31/07/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2018	Limpeza e conservação	04.959.902/0001-00	17/01/2018	21/12/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2015	Limpeza e conservação	15.039.942/0001-50	09/07/2015	09/07/2018	Sem Exigência	Ativo Prorrogado (P)
2013	Apoio administrativo, técnico e operacional	06.982.630/0001-95	07/05/2013	07/05/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Apoio administrativo, técnico e operacional	08.604.419/0001-64	15/04/2015	15/04/2019	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)

Conclusão

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Manutenção e conserv. de bens imóveis, limpeza e conservação	12.607.740/0001-70	01/07/2015	01/07/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Serviços de limpeza e conservação	006.907.365-17	06/09/2017	05/09/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2017	Serviços de limpeza e conservação	080.217.188-54	31/08/2017	03/09/2018	Sem exigência	Ativo Normal (N)
2018	Apoio administrativo, técnico e operacional	10.861.443/0001-20	02/01/2018	02/01/2020	Ensino médio Completo	Ativo Normal (N)
2016	Apoio administrativo, técnico e operacional	03.930.084/0001-50	04/01/2016	04/09/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Apoio administrativo, técnico e operacional	04.795.101/0001-57	01/06/2015	01/06/2018	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos/ Diretoria-Executiva do IBGE



Anexo 4 - Demonstrações contábeis

Continua

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ/Encerrado
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 09/07/2018	PÁGINA 1
TÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
SUBTÍTULO		DISPÊNDIOS	
ORGAO SUPERIOR		2017	
25205 - FUNDO INST BRASILEIRO DE GEOLOGIA E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		2016	
20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO		2017	
ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS	2016	2017
Receitas Orçamentárias		15.992.722,13	22.997.499,65
Ordinárias	Despesas Orçamentárias	1.487.448,76	1.403.241,38
Vinculadas	Ordinárias	14.688.999,29	36.141.788,85
Atenção de Bens e Direitos	Vinculadas	1.403.730,00	356.289,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	Educação	13.285.261,29	35.065.499,85
(-) Deduções da Receita Orçamentária	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-283.725,81	-5.347.539,56
	Operação de Crédito		4.713.162,99
	Alienação de Bens e Direitos		144.862,50
	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		5.920.266,85
	Outros Recursos Vinculados a Fundos		16.060,38
Transferências Financeiras Recebidas	Transferências Financeiras Concedidas	2.862.193.161,11	104.731.068,11
Resultante da Execução Orçamentária	Resultante da Execução Orçamentária	2.870.390.470,31	98.618.312,39
Repassar Recebido	Repassar Concedido	2.772.335.225,50	24.759,07
Subrepasso Recebido	Subrepasso Concedido	98.055.244,81	98.055.244,01
Independentes da Execução Orçamentária	Repassar Devolvido	81.603.090,80	538.268,51
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	Independentes da Execução Orçamentária	76.582.738,72	7.112.753,72
Demais Transferências Recebidas	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		5.600.811,89
Demais Transferências Recebidas	Demais Transferências Concedidas	5.210.261,08	8.503,21
Movimentação de Saldo Patrimoniais	Demais Transferências Concedidas	8.836.678,96	1.323.839,83
Aporte ao RGPS	Movimento de Saldo Patrimoniais		
Aporte ao RGPS	Aporte ao RGPS		
	Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	Recebimentos Extraorçamentários	85.482.542,29	81.683.473,63
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.751.610,74	1.720.929,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	163.287.224,16	70.312.749,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.500.370,30	5.432.130,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.041,97	16.732,58
Ordens Bancárias não Sacadas - Crédito de Pagamento	Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.001,00	9.204,11
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.977,36	4.722,23
Arrecadação de Outra Unidade	Arrecadação de Outra Unidade		2.670,60
Demais Recebimentos	Demais Recebimentos	63,61	155,64
Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	42.131.389,93	97.681.578,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.131.389,93	97.681.578,08
TOTAL	TOTAL	3.183.796.829,40	3.183.796.829,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	DEZ(Ene/fev)
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO	05/02/2018	PÁGINA	1
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16.393.322,00	16.393.322,00	14.735.984,13	-1.657.337,87
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.303.279,00	2.303.279,00	3.738.367,83	1.435.088,83
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	86.434,00	86.434,00	130.031,35	44.467,35
Valores Mobiliários	2.216.845,00	2.216.845,00	3.607.636,48	1.390.501,48
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	13.941.187,00	13.941.187,00	9.506.629,12	-4.434.557,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	13.941.187,00	13.941.187,00	9.506.629,12	-4.434.557,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-11.885,12	-11.885,12
Outras Receitas Correntes	148.856,00	148.856,00	1.502.852,30	1.353.996,30
Multas Administrativas, Contributivas e Judiciais	-	-	9.630,87	9.630,87
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	1.144.127,93	1.144.127,93
Demais Receitas Correntes	148.856,00	148.856,00	349.093,50	200.237,50
RECEITAS DE CAPITAL	120.079,00	120.079,00	1.166.738,00	1.046.659,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	120.079,00	120.079,00	1.166.738,00	1.046.659,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	120.079,00	120.079,00	1.166.738,00	1.046.659,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Continuação

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO
		2017	DEZ(Enferado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA
SUBTÍTULO	25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO	06/02/2018	2
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	16.513.401,00	16.513.401,00	15.902.722,13	-610.678,87
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilizária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilizária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	16.513.401,00	16.513.401,00	15.902.722,13	-610.678,87
DEFICIT				
TOTAL	16.513.401,00	16.513.401,00	2.881.788.089,45	2.881.788.089,45
DEFICIT				
TOTAL	16.513.401,00	16.513.401,00	2.887.690.811,58	2.881.777.410,58
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	2.966.063.384,00	2.969.269.821,00	2.815.072.110,43	2.679.944.430,17	2.677.416.489,51	143.187.710,57
Juros e Encargos da Dívida	2.142.322.019,00	2.196.343.745,00	2.150.004.826,88	2.150.004.826,88	2.145.264.398,26	46.338.916,12
Outras Despesas Correntes	813.731.365,00	761.916.076,00	665.067.283,55	529.939.603,29	528.182.140,25	96.848.794,45
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	35.037.984,00	87.960.694,00	82.618.701,15	54.469.167,25	54.235.469,17	5.341.892,85
Inversões Financeiras	35.037.984,00	87.960.694,00	82.618.701,15	54.469.167,25	54.235.469,17	5.341.892,85
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.991.091.368,00	3.046.220.415,00	2.897.690.811,58	2.734.403.597,42	2.731.651.967,68	148.529.603,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilizária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilizária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	DEZ(Encerrado)
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOS E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO	05/02/2018	PÁGINA	3
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

		DESPESA					
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.991.091.368,00	3.046.220.415,00	2.897.890.811,58	2.734.403.587,42	2.731.651.967,88	148.529.603,42
TOTAL		2.991.091.368,00	3.046.220.415,00	2.897.890.811,58	2.734.403.587,42	2.731.651.967,88	148.529.603,42

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.084.956,46	15.369.270,90	11.519.050,32	11.518.807,90	5.281.759,16	1.653.660,30
Pessoal e Encargos Sociais	4.103,92	1.346.976,27	883.004,05	883.004,05	466.976,14	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.080.852,54	14.023.394,63	10.636.046,27	10.635.803,85	4.814.783,02	1.653.660,30
DESPESAS DE CAPITAL	1.098.663,65	62.943.478,66	62.378.280,46	62.378.280,46	1.120.517,86	543.343,99
Investimentos	1.098.663,65	62.943.478,66	62.378.280,46	62.378.280,46	1.120.517,86	543.343,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.183.620,11	78.312.749,56	73.897.330,78	73.897.088,36	6.402.277,02	2.197.004,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	552,75	1.737.105,03	1.720.926,60	433,82	16.295,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.646.285,27	1.646.285,27	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	552,75	90.819,76	74.643,33	433,82	16.295,36
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	552,75	1.737.105,03	1.720.926,60	433,82	16.295,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ/Encerrado	EMISSÃO 05/02/2018	PAGINA 1
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
SUBTÍTULO 25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOE E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO					
ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO					
ATIVO		2017	2016	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO		PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	128.910.447,28	76.161.149,95	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	18.031.909,05	17.022.823,13
Créditos a Curto Prazo	97.691.578,08	42.131.389,93	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14.685.381,47	16.001.305,96
Clientes	-	9.481,87	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.835.217,31	85.922,26
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	21.905.040,29	25.489.497,78	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	19,00	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	9.313.163,04	8.590.780,37	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	665,87	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.531.291,27	935.594,91
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	489.997.588,78	377.359.609,50	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	200.584,99	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.267.462,03	657.517,03	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	639.092,75	657.517,03	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.141.604,17	1.799.013,41	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.303.511,42	-1.131.498,38	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	429.369,28	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	200.584,99	-
Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	18.232.494,04	17.022.823,13
Propriedades para Investimento	-	-		-	-
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	-	-	Resultados Acumulados	600.675.542,02	436.517.936,32
Bens Móveis	481.626.198,11	375.407.317,19	Resultado do Exercício	163.951.480,07	30.076.625,22
Bens Imóveis	318.668.809,48	102.154.884,06	Resultados de Exercícios Anteriores	436.517.936,32	388.460.590,52
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-136.736.103,40	-116.586.240,73	Ajustes de Exercícios Anteriores	206.124,73	7.051.720,68
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Apóses / Contas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	288.793.692,03	273.252.432,53	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.675.542,02	436.517.936,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	302.200.114,82	275.524.911,80		-	-
Bens Imóveis	-3.406.422,79	-2.272.479,27		-	-
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	7.103.928,64	1.294.775,28		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	7.103.928,64	1.294.775,28		-	-
Intangível	10.775.592,24	1.295.055,45		-	-
Softwares	-	-		-	-

		MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ.(Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EMISSÃO 05/02/2018	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO				
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO				
				VALORES EM UNIDADES DE REAL	
	DESTINAÇÃO DE RECURSOS				
TOTAL					-71.489.012,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	DEZ(Enviado)
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTADÍSTICA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO	05/02/2018	PÁGINA	1
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	171.007.199,78	35.046.283,28
Receita de Contribuições	2.973.436.956,57	2.389.485.739,72
Receita Patrimonial	14.747.849,25	31.146.895,08
Receita Agropecuária	130.831,35	160.617,75
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	9.506.828,12	25.887.151,44
Remuneração das Disponibilidades	3.007.430,48	3.369.911,81
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.502.852,30	1.828.314,08
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-11.865,12	834.206,57
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-11.865,12	820.477,80
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	273.728,77	-
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários	2.958.700.972,44	2.357.444.538,07
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.500.370,36	5.432.190,58
Transferências Financeiras Recebidas	6.977,38	4.722,23
Arrecadação de Outra Unidade	2.952.183.561,11	2.352.004.850,02
Demais Recebimentos	63,61	2.670,60
Demais Recebimentos	155,64	155,64
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas	-2.802.429.756,79	-2.354.439.456,44
Legislativo	-2.484.749.431,62	-2.102.134.929,24
Judiciário	-	-38.301,35
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.347.772.463,85	-1.106.940.871,40
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-156.817,36	-164.825,33
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-802.964,26
Previdência Social	-1.138.530.465,22	-689.303.161,93
Saúde	-280.236,32	-514.181,65
Trabalho	-	-1.015.133,54
Educação	-26.453,89	-270.506,32
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-

Continuação

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ(Encerrado)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS			
25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEÓL. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO			
20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO			
TÍTULO	EMISSÃO 09/02/2018	PÁGINA 2	
VALORES EM UNIDADES DE REAL			
	2017	2016	
Agricultura		-71.903,50	
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços		-828.549,43	
Comunicações			
Energia			
Transporte		-5.965,88	
Desporto e Lazer			
Encargos Especiais		-2.195.834,64	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Carimão de Pagamento			
Juros e Encargos da Dívida	23.001,00	9.204,11	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas	-205.883.802,39	-164.008.457,89	
Intergovernamentais			
A Estados e/ou Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais	-205.882.272,77	-183.962.108,09	
Outras Transferências Concedidas	-21.520,62	-10.349,03	
Outros Desembolsos das Operações	-111.796.522,78	-88.296.089,51	
Despêndios Extraorçamentários	-8.095.469,87	-5.499.324,04	
Transferências Financeiras Concedidas	-105.731.099,11	-82.820.745,47	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-115.447.011,63	-4.243.927,13	
INGRESSOS	1.166.738,00	256.289,00	
Alienação de Bens	1.166.738,00	256.289,00	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
DESEMBOLSOS	-116.613.749,63	-4.500.216,13	
Aquisição de Ativo Não Circulante	-105.867.120,25	-3.989.467,74	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos	-10.746.629,38	-510.748,39	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
INGRESSOS	-	-	
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estaduais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXERCÍCIO	PERÍODO
	2017	DEZ(Entrada)
	EMISSÃO	PÁGINA
	05/02/2018	3
SUBTÍTULO		
25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		
ORGÃO SUPERIOR	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	2017	2016
Amortização / Refinanciamento da Dívida Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.560.188,15	30.802.356,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	42.131.389,93	11.528.033,78
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	97.691.578,08	42.131.389,93

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017		PERÍODO DEZ/Encerrado					
		EMISSÃO 06/02/2018		PÁGINA 1					
TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS							
SUBTÍTULO		25206 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO							
ORGÃO SUPERIOR		20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO							
		VALORES EM UNIDADES DE REAL							
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Apções/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016						398.490.590,52			398.490.590,52
Varição Cambial									
Ajustes de Exercício Anterior									
Aumento/Redução de Capital									
Resgate/Reemissão de Apções e Cotas									
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos									
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Resultado do Exercício									
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio									
Provisão Tributária - IRCS s/ Res. de Reavaliação									
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Saldo Final do Exercício 2016						438.517.938,32			438.517.938,32
Saldo Inicial do Exercício 2017						438.517.938,32			438.517.938,32
Varição Cambial									
Ajustes de Exercício Anterior									
Aumento/Redução de Capital									
Resgate/Reemissão de Apções e Cotas									
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos									
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Resultado do Exercício									
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio									
Provisão Tributária - IRCS s/ Res. de Reavaliação									
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Saldo Final do Exercício 2017						600.675.542,02			600.675.542,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOL. E ESTADÍSTICA - FUNDAÇÃO	2017	DEZ (Encerrado)
ORGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	EMISSÃO	PÁGINA
		05/02/2018	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.087.913.443,75	2.419.176.537,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9.651.380,65	26.181.203,37
Venda de Mercadorias	215.168,96	280.264,43
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9.436.211,69	25.891.918,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.631.685,64	3.416.017,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	124,94	3.217,14
Variações Monetárias e Cambiais	24.124,22	42.888,18
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.607.436,48	3.369.911,81
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.043.724.079,49	2.380.886.540,19
Transferências Intragovernamentais	2.902.193.561,11	2.352.004.859,02
Transferências Intergovernamentais	-11.895,12	894.206,57
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multip governamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	91.542.383,50	7.087.474,00
Valorização e Ganhos e Desincorporação de Passivos	26.793.494,12	25.023.210,42
Reavaliação de Ativos	14.371.726,51	23.275.330,54
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	12.420.675,50	500.185,40
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.092,11	1.247.694,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.112.803,85	3.669.566,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Continuação

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ(Enfermado)
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 05/02/2018	PÁGINA 2
SUBTÍTULO 25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOL. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO			
ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO			
VALORES EM UNIDADES DE REAL			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2017	2016	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	26.320,74	78.353,34	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.086.483,11	3.591.215,35	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	2.923.961.962,78	2.389.100.912,58	
Remuneração a Pessoal	1.293.633.718,24	1.058.728.547,47	
Encargos Patronais	980.518.153,37	821.330.508,00	
Benefícios a Pessoal	205.014.208,27	164.040.886,14	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	88.854.516,11	72.136.860,81	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	546.840,49	311.481,92	
Aposentadorias e Reformas	1.130.339.662,08	976.621.271,63	
Pensões	907.378.207,32	766.886.475,60	
Benefícios de Prestação Continuada	221.564.877,26	188.239.878,83	
Benefícios Eventuais	-	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.396.577,50	1.491.917,20	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	269.037.277,74	227.358.454,69	
Uso de Material de Consumo	20.163.832,42	13.415.025,74	
Serviços	223.268.388,04	197.376.852,79	
Depreciação, Amortização e Ecaução	25.680.077,28	16.563.472,16	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	98.726,65	137.863,58	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	83.582,73	112.181,70	
Variações Monetárias e Cambiais	1.115,04	487,91	
Descontos Financeiros Concedidos	14.028,28	25.193,97	
Aportes ao Banco Central	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Concedidas	187.865.189,26	88.061.379,92	
Transferências Intragovernamentais	105.731.098,11	82.826.745,47	
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências a Instituições Privadas	-	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	22.280,09	16.801,65	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	82.111.843,06	5.217.972,80	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.902.485,05	14.197.647,08	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	276.811,88	8.573.569,99	
Perdas com Alienação	1.147.788,33	391.700,70	
Perdas Involuntárias	441.293,38	655.066,27	
Incorporação de Passivos	-	18.478,63	
Destinoração de Ativos	15.037.801,48	3.558.796,49	





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	DEZ(Encerrado)
EMISSÃO	05/02/2018	PÁGINA	3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOD. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Tributárias		516.854,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	806.175,85	106.220,20
Contribuições	106.543,57	411.633,89
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	696.632,28	79.220,80
Custo das Mercadorias Vendidas	71.429,51	79.220,80
Custos dos Produtos Vendidos	71.429,51	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.207.288,40	23.399.673,32
Premiações	78.285,80	28.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	397.080,00	351.920,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24.731.922,60	23.021.753,32
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	163.951.480,97	30.075.625,22

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE

www.ibge.gov.br
wap.ibge.gov.br

atendimento
0800-721-8181

